



ABNER SANTOS MENDONÇA

**NARRATIVAS DOCUMENTAIS COMO DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA
INSTITUCIONAL: A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO SUL DIANTE DAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024**

CANOAS, 2026

ABNER SANTOS MENDONÇA

**NARRATIVAS DOCUMENTAIS COMO DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA
INSTITUCIONAL: A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO SUL DIANTE DAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais – linha de pesquisa em Memória, Cultura e Gestão.

Orientação: Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Borges

Coorientação: Prof. Dr. Renaldo Vieira de Souza

CANOAS, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M539n Mendonça, Abner Santos.

Narrativas documentais como dispositivos de memória institucional [manuscrito] : a atuação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul diante das enchentes de maio de 2024 / Abner Santos Mendonça – 2026.

145 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Borges”.

“Coorientação: Prof. Dr. Renaldo Vieira de Souza

1. Memória institucional. 2. Memória social. 3. Enchentes.
4. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. I. Borges, Maria de Lourdes. II. Souza, Renaldo Vieira de. III. Título.

CDU: 94(816.5)

Bibliotecária responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

ABNER SANTOS MENDONÇA

**“NARRATIVAS DOCUMENTAIS COMO DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA
INSTITUCIONAL: A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL DIANTE DAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024”**

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdir José Morigi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Paula Pinhal de Carlos
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Renaldo Vieira de Souza
Coorientador - Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Borges
Orientadora e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 15 de junho de 2026.

RESUMO

A presente pesquisa analisa como as narrativas documentais sobre as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção de sua memória institucional. O estudo parte da compreensão de que os documentos institucionais não apenas registram fatos, mas participam da produção e circulação de sentidos sobre a atuação institucional. A pesquisa fundamenta-se principalmente nas contribuições de Halbwachs (2006), Pollak (1992), Thiesen (2013), Linde (2005; 2008), Le Goff (1990) e Ketelaar (2001; 2002; 2005), articulando discussões sobre memória social, memória institucional e narrativas documentais. Metodologicamente, caracteriza-se como qualitativa e descritiva, utilizando a análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). O *corpus* documental foi composto por reportagens do Jornal da Universidade, trechos do Relatório de Gestão de 2024 e transcrições de materiais audiovisuais produzidos pela UFRGS. Após levantamento e triagem, foram selecionados sessenta e sete documentos para análise. O processo analítico identificou dois temas centrais: a atuação prática da universidade na crise e a atuação da universidade na crise por meio do conhecimento. Esses temas desdobraram-se em subtemas relacionados à identificação de impactos, à gestão e mobilização de recursos, ao engajamento da comunidade universitária, à universidade como articuladora de redes, à pesquisa científica sobre a crise e à comunicação e divulgação científica. Os resultados evidenciam que as narrativas documentais analisadas operam como dispositivos de memória institucional ao registrar, organizar e atribuir sentidos à experiência da crise. Nesse contexto, conclui-se que essas narrativas auxiliam na construção da memória institucional da universidade ao selecionar acontecimentos considerados significativos, produzir referências sobre a atuação institucional e projetar interpretações que passam a orientar a compreensão da experiência vivida e das formas de atuação diante de futuras emergências climáticas.

Palavras-chave: memória institucional; memória social; narrativas documentais; enchentes de 2024; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This study analyzes how documentary narratives about the actions undertaken by the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) during and in the aftermath of the May 2024 floods contribute to the construction of its institutional memory. The research is grounded in the understanding that institutional documents do not merely record facts but also participate in the production and circulation of meanings regarding institutional action. The study is primarily based on the contributions of Halbwachs (2006), Pollak (1992), Thiesen (2013), Linde (2005; 2008), Le Goff (1990), and Ketelaar (2001; 2002; 2005), bringing together discussions on social memory, institutional memory, and documentary narratives. Methodologically, the research is qualitative and descriptive in nature and employs the thematic analysis approach proposed by Braun and Clarke (2006). The documentary corpus comprised articles published in the *Jornal da Universidade*, excerpts from the 2024 Management Report, and transcripts of audiovisual materials produced by UFRGS. Following the processes of data collection and screening, sixty-seven documents were selected for analysis. The analytical process identified two central themes: the university's practical response to the crisis and the university's response to the crisis through knowledge production. These themes unfolded into subthemes related to the identification of impacts, the management and mobilization of resources, the engagement of the university community, the university as a network articulator, scientific research on the crisis, and science communication and dissemination. The findings indicate that the documentary narratives analyzed function as devices of institutional memory by recording, organizing, and attributing meanings to the experience of the crisis. In this context, it is concluded that these narratives contribute to the construction of the university's institutional memory by selecting events considered significant, producing references regarding institutional action, and projecting interpretations that come to guide the understanding of the lived experience and forms of action in future climate emergencies.

Keywords: institutional memory; social memory; documentary narratives; 2024 floods; Federal University of Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 — Ponte que liga os municípios de Lajeado e Estrela.....	55
Fotografia 2 — Aeroporto Internacional Salgado Filho inundado.....	56
Fotografia 3 — Início da enchente na Avenida A.J. Renner, no bairro Farrapos, Porto Alegre – RS.....	57
Fotografia 4 — Avenida A.J. Renner 11 dias após o início da enchente.....	58
Fotografia 5 — Unidade de saúde Farrapos submersa pelas águas da enchente....	59
Fotografia 6 — Foto aérea da Escola de Administração durante as enchentes.....	60
Fotografia 7 — Abrigo do ginásio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid).....	61
Figura 1 — Mapa temático da Fase 3 da análise temática.....	83
Figura 2 — Mapa temático da Fase 4 da análise temática.....	86
Figura 3 — Mapa temático final.....	89
Quadro 1 — Síntese das bases conceituais.....	52
Quadro 2 — Composição do corpus documental da pesquisa.....	72
Quadro 3 — Narrativas documentais sobre a identificação de impactos.....	93
Quadro 4 — Narrativas documentais sobre a gestão e mobilização de recursos.....	97
Quadro 5 — Narrativas documentais sobre o engajamento da comunidade universitária.....	100
Quadro 6 — Narrativas documentais sobre a universidade como articuladora de redes.....	103
Quadro 7 — Narrativas documentais relacionadas à pesquisa científica sobre a crise	106
Quadro 8 — Narrativas documentais relacionadas à comunicação e divulgação científica.....	110
Quadro 9 — Expressões da memória em situações de catástrofe nas narrativas documentais.....	113

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Questão de Pesquisa.....	18
1.2 Objetivos.....	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Memorial.....	26
2 BASES CONCEITUAIS.....	30
2.1 Memória social em situações de crise.....	30
2.2 Memória Institucional e disputas de sentido.....	39
2.3 Narrativas documentais.....	47
3 CONTEXTO.....	55
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	63
4.1 Classificação da Pesquisa.....	63
4.2 Coleta de Dados.....	68
4.2.1 Delimitação e Composição do Corpus Documental.....	72
4.3 Tratamento dos Dados.....	75
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOCUMENTAIS.....	91
5.1 Tema: Atuação prática da universidade na crise.....	92
5.1.1 Subtema: Identificação de impactos.....	92
5.1.2 Subtema: Gestão e mobilização de recursos.....	96
5.1.3 Subtema: Engajamento da comunidade universitária.....	99
5.1.4 Subtema: Universidade como articuladora de redes.....	102
5.2 Tema: Atuação da universidade na crise por meio do conhecimento.....	105
5.2.1 Subtema: Pesquisa científica sobre a crise.....	105
5.2.2 Subtema: Comunicação e divulgação científica.....	110
5.3 Memória em situações de catástrofe nas narrativas documentais.....	112
6 DISCUSSÃO DAS NARRATIVAS DOCUMENTAIS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	117
6.1 Narrativas e mobilização da memória institucional na crise.....	118
6.2 A dimensão coletiva da memória institucional.....	120
6.3 Narrativas documentais e a construção da memória institucional.....	124

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE A — Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa.....	145

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, está vinculado à Linha de Pesquisa Memória, Cultura e Gestão, na qual a memória institucional constitui uma das temáticas abordadas. A investigação tem como foco a memória institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), analisada a partir das narrativas construídas sobre as ações desenvolvidas pela instituição durante e em decorrência das enchentes ocorridas em maio de 2024, em Porto Alegre.

Ao longo de sua trajetória de mais de 90 anos, a UFRGS enfrentou diversos desafios que, além de exigirem significativa capacidade de resposta, contribuíram para a construção de sua memória institucional. Entre os eventos marcantes, destacam-se a enchente de 1941 em Porto Alegre, o período da ditadura militar, sucessivas crises econômicas, os *impeachments* de dois presidentes da República, a pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, as enchentes de maio de 2024.

Em especial, a pandemia de COVID-19 representou um desafio de grande complexidade, diante do qual a UFRGS foi levada a adaptar suas práticas administrativas e acadêmicas frente a uma crise sanitária sem precedentes. Esse processo de adaptação, no entanto, foi marcado por incertezas e dificuldades operacionais, especialmente no que se refere à implementação de um modelo de ensino alternativo (Rodrigues; Lungui, 2020).

Nos primeiros meses de 2020, mesmo diante da suspensão das aulas presenciais, a universidade demorou a definir e implementar um novo formato de funcionamento. Tal demora decorreu de obstáculos como a dificuldade de acesso à internet por parte de uma parcela significativa dos estudantes e a necessidade de estabelecer diretrizes institucionais para o ensino remoto (Rodrigues; Lungui, 2020). Paralelamente, os servidores da UFRGS precisaram reorganizar suas rotinas de trabalho em um contexto de distanciamento físico, lidando com limitações de infraestrutura doméstica, sobrecarga de tarefas e adaptação a novas ferramentas digitais. Esse cenário persistiu até o início do plano de Ensino Remoto Emergencial,

cerca de quatro meses após a interrupção do calendário letivo (Rodrigues; Lungui, 2020; Ewald, 2020).

Poucos anos após esse cenário de crise sanitária, a universidade foi novamente colocada à prova diante de uma nova emergência de grandes proporções: as enchentes de maio de 2024. Esse evento teve origem em um período de chuvas intensas e contínuas, iniciado em 27 de abril de 2024, que atingiu diversas regiões do Rio Grande do Sul e se estendeu por cerca de dez dias ininterruptos (G1, 2024).

O transbordamento de rios como o Taquari e o Caí, cujas bacias hidrográficas se interligam, provocou a convergência de grandes volumes de água para o lago Guaíba, resultando em uma enchente de proporções inéditas em Porto Alegre (G1, 2024). Em 6 de maio de 2024, o lago Guaíba atingiu a marca histórica de 5,33 metros — o maior nível já registrado — configurando-se como o maior desastre natural da história da capital gaúcha (G1, 2024).

Os impactos do evento foram severos e amplamente distribuídos pelo território urbano, afetando diretamente 46 bairros das regiões norte, central e sul da cidade (Munhoz, 2024). Estima-se que aproximadamente 160.210 pessoas, cerca de 12% da população de Porto Alegre, tenham sido atingidas. Esse cenário resultou no desalojamento de milhares de moradores e no comprometimento de infraestruturas estratégicas, como a Estação Rodoviária de Porto Alegre, o Aeroporto Internacional Salgado Filho, 22 unidades de saúde e 160 escolas (SMAMUS, 2024; G1, 2024; Munhoz, 2024).

Inserida nesse cenário, a UFRGS também sofreu impactos diretos decorrentes das enchentes. A Escola de Administração, localizada no Centro Histórico, teve seu andar térreo completamente devastado, com perdas significativas de equipamentos, mobiliário e acervo bibliográfico, além de danos à estrutura física do edifício (Lungui, 2024). Além disso, o prédio que abriga os transmissores da Rádio da Universidade, situado no município de Eldorado do Sul, teve seu andar térreo invadido pela água, comprometendo a rede elétrica da edificação (Lungui, 2024).

Apesar dos danos materiais, a UFRGS mobilizou uma série de ações emergenciais, como o acolhimento de aproximadamente 600 pessoas no ginásio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), a assistência a animais

resgatados por meio da Faculdade de Medicina Veterinária e a atuação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas no fornecimento de informações à população e à imprensa (UFRGS, 2024e).

Essas iniciativas, amplamente documentadas em meios institucionais da própria Universidade, especialmente no Jornal da Universidade, em materiais audiovisuais institucionais e no Relatório de Gestão, constituíram um conjunto expressivo de registros e narrativas sobre a atuação da Universidade diante de um evento extremo, evidenciando tanto os impactos sofridos quanto as respostas institucionais construídas no enfrentamento da crise.

A análise desses registros, portanto, demanda um enquadramento teórico capaz de compreender os processos pelos quais tais experiências são coletivamente elaboradas e ressignificadas. Nesse sentido, tornam-se centrais as contribuições teóricas dedicadas à compreensão dos processos sociais de construção da memória.

Destaca-se, nesse contexto, Halbwachs (2006), uma das principais referências nos estudos sobre memória social, ao afirmar que toda memória é, em essência, coletiva. Em consonância com essa perspectiva, Pollak (1992) observa que a memória se trata de um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações contínuas. Para o autor, a memória está relacionada à forma como a realidade é percebida, e não a uma realidade objetiva sustentada por fatos verificáveis (Pollak, 1992). Candau (2016) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a memória não constitui uma representação fiel do passado, mas sim uma construção permanentemente atualizada.

Destacando que nem todos os elementos são retidos pela memória, Pollak (1992) sustenta que, embora a memória coletiva apresente maior grau de organização, ela continua sendo seletiva. Além disso, sua estruturação está sujeita a modificações conforme o contexto em que é evocada, evidenciando seu caráter dinâmico e influenciado pelas preocupações do presente (Pollak, 1992).

Ainda que a memória se caracterize por transformações e variações, Pollak (1992) enfatiza a presença de elementos relativamente estáveis na memória coletiva. Nesse sentido, a reconstrução de um conjunto de lembranças somente é

possível porque há concordância quanto aos elementos considerados essenciais, mesmo que persistam algumas divergências entre eles (Halbwachs, 2006).

Nessa mesma linha, segundo Pollak (1992, p. 7), “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”, processo que o autor denomina de “trabalho da própria memória em si”. Esses períodos, contudo, podem ser interrompidos por momentos de crise, que tendem a provocar abalos na memória coletiva e demandam processos de rearrumação da memória, geralmente custosos e associados à perda ou redefinição de unidade e coerência (Pollak, 1992).

É a partir dessas formulações teóricas que a memória é compreendida, neste trabalho, como um fenômeno coletivo, seletivo e sujeito a transformações, especialmente em contextos marcados por situações de crise. Sob essa ótica, crises tendem a mobilizar processos de reorganização da memória, nos quais elementos relativamente estáveis coexistem com novas interpretações do passado. Nesse sentido, as enchentes de maio de 2024 são tomadas, nesta pesquisa, como um acontecimento potencialmente capaz de tensionar elementos de referência previamente consolidados e de mobilizar processos narrativos relacionados à memória institucional da UFRGS.

Ademais, a compreensão desse fenômeno encontra respaldo em estudos que têm se debruçado sobre a relação entre memória social e situações de crise, especialmente em contextos de catástrofes, desastres e eventos climáticos extremos, ainda que a literatura dedicada especificamente a essas temáticas permaneça relativamente limitada.

Ao abordarem a escrita sobre catástrofes, Farias e Pinto (2016) a compreendem como expressão de um dever de memória, impulsionado por políticas que buscam evitar o esquecimento de determinados acontecimentos. A produção de narrativas e documentos sobre catástrofes pode, assim, contribuir para a preservação de experiências e saberes que, de outro modo, poderiam ser silenciados (Farias; Pinto, 2016).

De forma complementar, Neves (2013), ao analisar a enchente ocorrida em São Luiz do Paraitinga (SP), em 2010, evidencia como eventos críticos produzem rupturas na continuidade do cotidiano. Tais eventos instauram descontinuidades

temporais e simbólicas que impactam a memória social por meio de narrativas, silêncios e disputas discursivas.

Complementando esse entendimento, Arruda e Colácios (2024), historiadores que abordam a memória social a partir de uma perspectiva histórica, propõem uma análise centrada na Geada Negra de 1975, ocorrida no norte do Paraná. Em sua pesquisa, os autores destacam que desastres naturais possuem potencial para marcar de forma significativa a memória coletiva das regiões em que ocorrem, tornando-se referências temporais rememoradas periodicamente (Arruda; Colácios, 2024). Assim, marcos temporais originados em eventos extremos da natureza assumem relevância histórica ao delimitarem simbolicamente um “antes” e um “depois” na trajetória das comunidades atingidas (Arruda; Colácios, 2024).

No mesmo campo de discussão, Gonçalves *et al.* (2024) examinam a memória social associada às enchentes em Canoas (RS), situando o evento extremo de maio de 2024 em um contexto de recorrência de inundações e de vulnerabilidade socioambiental. Os autores destacam, ainda, a centralidade das narrativas na elaboração coletiva das experiências traumáticas vividas pela população atingida.

Ampliando esse debate para uma abordagem comparativa internacional, Kokorsch *et al.* (2025) analisam o papel da memória em comunidades expostas a riscos naturais recorrentes. Os autores distinguem entre memória ativa e memória passiva, demonstrando como a ativação ou o silenciamento das experiências passadas influencia a percepção do risco, as respostas coletivas e os processos de aprendizado social.

Em conjunto, esses estudos reforçam a compreensão da memória social como um processo dinâmico e situado, particularmente relevante em contextos de crise, catástrofe e eventos climáticos extremos. Nesse sentido, ao reconhecer os impactos desses eventos na memória coletiva das comunidades, abre-se espaço para considerar de que maneira tais experiências também se inscrevem no âmbito das instituições, demandando uma reflexão sobre a memória institucional por elas produzida.

Para que se compreenda o conceito de memória institucional, é necessário, primeiro, aprofundar a compreensão sobre as instituições. Thiesen (2013) afirma que há diversos tipos de instituições, que emergem de diferentes demandas sociais.

Além disso, a autora destaca que o caráter coletivo constitui parte essencial da natureza das instituições, o que impede que sejam concebidas como um fenômeno individual. Linde (2008), por sua vez, compreende as instituições como uma categoria abrangente, que engloba tanto grupos formais quanto informais, bem como práticas consolidadas e facilmente identificáveis.

Segundo Andrade (2002), institucionalizar significa criar uma diferenciação de sentido, ou seja, atribuir um significado específico a algo, que se repete de forma organizada e, com o tempo, vai se consolidando, ganhando reconhecimento e legitimidade por parte das comunidades envolvidas. Esse processo envolve a criação de normas que estabelecem o que é considerado aceitável, prevendo sanções ou correções em caso de desvios em relação ao que foi institucionalizado (Andrade, 2002).

Nesse processo, Barbosa (2010) contribui para a compreensão da memória institucional ao concebê-la como a (re)construção dos fatos e eventos significativos da organização, os quais são selecionados e reorganizados com o propósito de promover um vínculo entre a instituição e seus públicos. A memória institucional, portanto, projeta o futuro com base no passado e no presente (Barbosa, 2010), sendo marcada por sua seletividade, uma vez que o surgimento de novas lembranças exige o esquecimento de outras, resultando em um movimento contínuo entre lembrar e esquecer (Thiesen, 2013). Essa dinâmica seletiva da memória institucional torna-se particularmente evidente quando observada à luz das situações de crise vivenciadas pelas instituições.

Nesse sentido, segundo Thiesen (2013), é característico das instituições lidar com crises em seu duplo significado: como espaço de práticas conflituosas e criadoras, oriundas da multiplicidade de sujeitos que as constituem; e como lugar de exclusão da diferença, no qual a crise representa uma ameaça e desafia valores institucionalizados (Thiesen, 2013). Nesse segundo aspecto, as mudanças demandam processos coletivos e de longa duração para que possam, de fato, se consolidar (Thiesen, 2013). Assim, torna-se fundamental abandonar a noção de que as instituições possuem uma aparência de permanência absoluta, uma vez que estão sujeitas a transformações, aos condicionamentos históricos e às mudanças sociais (Andrade, 2002).

Diante do exposto, torna-se possível compreender a memória institucional como um processo coletivo, marcado pela institucionalização de sentidos, pela seleção de fatos e eventos considerados significativos e pela dinâmica entre lembrar e esquecer (Andrade, 2002; Barbosa, 2010; Thiesen, 2013).

Considerando que as instituições são atravessadas por crises e transformações, sujeitas a condicionamentos históricos e a mudanças sociais, as enchentes de 2024 podem ser compreendidas como um evento potencialmente capaz de tensionar práticas, normas e valores institucionalizados na UFRGS. Nesse contexto, as ações desenvolvidas pela universidade, bem como os modos pelos quais são registradas, narradas e organizadas, constituem elementos relevantes para a análise de possíveis processos de construção da memória institucional diante de eventos extremos.

A partir desse entendimento, torna-se possível examinar produções acadêmicas que abordaram empiricamente a memória institucional da UFRGS, explorando diferentes dimensões desse processo e contribuindo para a compreensão dos modos pelos quais a memória institucional da universidade vem sendo construída, registrada e interpretada ao longo do tempo.

Destacam-se, nesse sentido, os estudos de Bratkowski (2016), Cotta (2017) e Gutierrez e Borges (2017; 2020), que abordam a memória institucional da UFRGS a partir de diferentes unidades acadêmicas e contextos, evidenciando sua relação com a identidade institucional, com práticas e hábitos institucionalizados e com situações de crise e transformação. Em conjunto, essas pesquisas contribuem para a compreensão dos modos pelos quais a memória institucional da universidade vem sendo construída, registrada e reinterpretada ao longo do tempo.

Contudo, tais estudos não se debruçam especificamente sobre a memória institucional em contextos de eventos climáticos extremos. Assim, a presente pesquisa busca contribuir para esse campo ao compreender de que maneira as enchentes de 2024 tensionaram práticas, narrativas e registros institucionais da UFRGS, bem como seus possíveis desdobramentos para a memória institucional da universidade.

Assim, ao tomar esses registros e narrativas, produzidos em um contexto de crise, como objeto de análise, impõe-se a necessidade de aprofundar a reflexão

sobre a articulação entre narrativas e documentos no processo de construção da memória institucional. Tal articulação revela-se fundamental para compreender como as instituições constroem sua memória, uma vez que esse processo envolve escolhas, interpretações e estratégias que articulam o passado às demandas do presente (Thiesen, 2013; Barbosa, 2010).

Nesse processo, Le Goff (1990) destaca o papel dos documentos como instrumentos fundamentais da memória coletiva, compreendidos como vestígios do passado. A partir dessa perspectiva, Samaran (1961 *apud* Le Goff, 1990) propõe uma concepção ampliada de documento, que abrange não apenas registros escritos, mas também imagens, sons e outras formas de expressão.

No entanto, Le Goff (1990) ressalta que o documento não deve ser compreendido como um vestígio neutro ou passivo, mas como um produto social, moldado por condições históricas, relações de poder e processos de seleção, interpretação, esquecimento e silêncio. Assim, o documento deve ser abordado de forma crítica.

Ampliando essa discussão, Ketelaar (2001; 2002; 2005) volta-se para os arquivos, compreendendo-os como produtos de práticas sociais e culturais. Nessa perspectiva, os processos de criação, organização, preservação e uso dos registros envolvem escolhas interpretativas que produzem sentidos e operam em um campo de tensões entre poder e proteção (Ketelaar, 2002). Essa compreensão é aprofundada por Ketelaar (2005) ao propor a noção de “comunidades de registro”, segundo a qual os documentos tornam-se ativos à medida que circulam, são compartilhados e recontextualizados, contribuindo para a produção de memórias coletivas.

Ao compreender documentos e arquivos como espaços de produção e circulação de sentidos, essas contribuições aproximam-se de uma lógica narrativa e dialogam com Linde (2005; 2008), para quem a narrativa constitui uma unidade discursiva que articula eventos, avaliações e significados atribuídos aos acontecimentos.

A partir dessa perspectiva, as narrativas exercem papel central na manutenção da continuidade institucional, na gestão de mudanças e na definição de pertencimentos (Linde, 2005; 2008). Nesse sentido, os documentos configuram

potenciais de memória que apenas se tornam memória institucional quando são ativados e mobilizados de forma recorrente, em um sistema seletivo que privilegia determinados relatos em detrimento de outros (Linde, 2008).

Em síntese, a memória institucional configura-se como uma construção dinâmica, mediada por narrativas que articulam passado, presente e futuro (Linde, 2005; 2008). As contribuições de Le Goff (1990) e Ketelaar (2001; 2002; 2005) evidenciam que documentos e arquivos não apenas registram acontecimentos, mas participam ativamente das práticas que lhes atribuem sentido.

É a partir dessa compreensão que, nesta pesquisa, os documentos são concebidos como narrativas documentais. Mais do que registrar acontecimentos, eles organizam e atribuem sentidos aos eventos, inserindo-se em processos narrativos que dependem de sua circulação, reativação e reconhecimento nos contextos institucionais. Assim, os documentos participam das dinâmicas por meio das quais as instituições produzem, atualizam e constroem sua memória ao longo do tempo.

Diante desse cenário, as enchentes de maio de 2024 configuram-se, no âmbito desta pesquisa, como um acontecimento crítico capaz de interpelar práticas, valores e sentidos institucionalizados na UFRGS. As ações empreendidas pela instituição e os registros produzidos em resposta à crise constituem um conjunto expressivo de narrativas documentais, por meio das quais podem ser analisados processos de seleção, organização e ressignificação da experiência vivida.

Nesse contexto, este estudo busca compreender como as narrativas documentais produzidas em contextos de eventos climáticos extremos acionam processos de construção da memória institucional, evidenciando continuidades, rupturas e disputas de sentido no interior das instituições.

Com base nessa problemática, a seção seguinte apresenta a questão norteadora da pesquisa, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos que orientam a investigação.

1.1 Questão de Pesquisa

Como as narrativas documentais sobre as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção de sua memória institucional?

1.2 Objetivos

Geral:

Compreender como as narrativas documentais sobre as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção de sua memória institucional.

Específicos:

- Discutir as relações entre memória social, memória institucional e narrativas documentais, considerando suas articulações teóricas em contextos de crise e no âmbito das instituições.
- Mapear os documentos que narram as ações desenvolvidas pela UFRGS durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, considerando seus produtores, formatos e contextos de circulação, com vistas à constituição do *corpus* de análise da pesquisa.
- Analisar as narrativas presentes nos documentos produzidos pela UFRGS durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, buscando compreender como auxiliam na construção da memória institucional da universidade, de modo a constituir referências para a atuação institucional em futuras situações de crise.

1.3 Justificativa

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender e enfrentar os desafios impostos por um contexto em que as consequências das mudanças climáticas se tornam cada vez mais evidentes. Embora não se trate de uma temática

recente, a crise climática configura-se como um dos mais urgentes desafios contemporâneos, caracterizando-se por sua natureza progressiva e silenciosa, e não como um risco remoto ou indefinido (Teixeira, 2024).

Diante desse cenário, diversas disciplinas voltadas à gestão de crises assumem papel estratégico na resposta a essa emergência. Entre elas, destacam-se a gestão de riscos, a gestão da continuidade dos negócios, a gestão de emergências e a gestão da comunicação de risco e crise, que devem atuar de forma integrada (Teixeira, 2024).

Considerando que os riscos associados à ausência de preservação ambiental vêm sendo reiteradamente alertados por organizações nacionais e internacionais, Machado (2024a) questiona se os eventos resultantes da negligência ambiental podem ser compreendidos como tragédias anunciadas, marcadas pela ausência de prevenção e pela insuficiente gestão de riscos.

Segundo Gonçalves (2024), as instituições, inclusive aquelas pertencentes ao setor público, encontram-se atualmente inseridas em um contexto de crise permanente, o que demanda um estado contínuo de vigilância e prontidão. Vivencia-se, assim, um período de transformações constantes, caracterizado pela intensa circulação de informações, o que exige das organizações uma capacidade permanente de adaptação, tanto em suas dinâmicas internas quanto na definição de suas agendas (Gonçalves, 2024).

No âmbito da administração pública federal, o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece diretrizes para a implementação de sistemas de gestão de riscos. Conforme a referida legislação:

Art. 17. A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios: I - implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público; II - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais; III - estabelecimento de

controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício; e IV - utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança. (Brasil, 2017).

Ainda que o debate sobre a gestão de riscos no setor público não seja recente, como demonstram os dispositivos legais em vigor, sua efetiva implementação permanece como um desafio a ser enfrentado (Brasil, 2018).

Nos termos do art. 2º, inciso IV, do referido decreto, a gestão de riscos é definida como:

[...] processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos. (Brasil, 2017).

Nessa perspectiva, Machado (2024a) entende a gestão de riscos como um processo essencial à prevenção de situações críticas de maior gravidade, o qual envolve a escuta e a análise do contexto, o mapeamento de questões emergentes e a leitura de cenários presentes e futuros. Trata-se de uma prática voltada à identificação de causas e à formulação de alternativas preventivas, bem como à preparação para possíveis crises, com vistas à mitigação de impactos negativos (Machado, 2024a). Nesse contexto, espera-se que atores como políticos, governantes, legisladores e gestores de grandes corporações atuem com racionalidade, conhecimento do entorno e senso de responsabilidade (Machado, 2024a).

De forma convergente, Renn (2006) define a gestão de riscos como um processo estruturado e contínuo, sustentado por políticas, práticas e procedimentos organizacionais sistematizados. Tais elementos orientam a definição de contextos, bem como a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos (Renn, 2006). Esse processo oferece subsídios relevantes para a tomada de decisões, proporcionando uma compreensão ampliada sobre os riscos envolvidos e seus impactos potenciais. Além disso, permite que as organizações reduzam perdas e identifiquem oportunidades (Renn, 2006).

Complementarmente, Teixeira (2024) propõe um fluxo básico de gestão de crises, que contempla etapas como a definição da governança, o mapeamento de riscos, a análise e avaliação de cenários, a mitigação e a prevenção de riscos conhecidos, bem como o monitoramento e a elaboração de planos específicos para possíveis ameaças.

Ressalta-se que a efetividade desse processo depende, inicialmente, do fortalecimento da governança, o que requer uma liderança engajada e comprometida (Teixeira, 2024). Assim, uma gestão de crise eficaz pressupõe estruturas sólidas, com políticas claras, incentivos adequados e regulamentações voltadas à promoção da sustentabilidade e da resiliência frente às mudanças climáticas (Teixeira, 2024). Ainda segundo Teixeira (2024), esse processo deve estar plenamente alinhado à missão, aos propósitos e aos objetivos estratégicos da instituição, assegurando coerência entre sua atuação e seus compromissos organizacionais.

No que tange à comunicação de risco, Rinaldi e Barreiros (2007) destacam que essa é uma das etapas do processo de gestão de riscos, atuando como aliada ao proporcionar maior transparência sobre como a organização lida com situações de risco. Os autores acrescentam que os princípios da comunicação de risco, quando incorporados à gestão organizacional, contribuem para um diálogo mais efetivo com as partes interessadas, sendo possível integrá-los ao processo decisório no que se refere ao gerenciamento de riscos (Rinaldi; Barreiros, 2007).

Dessa forma, a comunicação de risco é percebida, tanto por instituições públicas quanto privadas, como uma via de interlocução com os públicos envolvidos, especialmente diante de situações que possam comprometer a saúde e a integridade física das pessoas e/ou do meio ambiente (Rinaldi; Barreiros, 2007).

Complementando essa perspectiva, Adrot e Moriceau (2013) apontam que, entre os fatores que determinam o sucesso ou o fracasso de uma resposta à crise, o acesso à informação e a otimização da construção de sentido ocupam lugar central. Assim, em contextos de crise, torna-se essencial que os agentes envolvidos desenvolvam uma compreensão comum sobre o evento e compartilhem informações de forma eficaz (Adrot; Moriceau, 2013).

Nesse sentido, compreende-se a comunicação de risco como um processo por meio do qual as partes interessadas trocam informações e opiniões sobre a natureza dos riscos, assim como sobre as formas de identificá-los, analisá-los e gerenciá-los (Série Risk Management, 2005 *apud* Rinaldi; Barreiros, 2007).

Sob essa ótica, a comunicação de risco e de crise tem se consolidado como uma importante aliada da ciência, especialmente diante da disseminação de desinformação e de notícias falsas promovidas por grupos que negam o conhecimento e as evidências científicas — um dos principais desafios enfrentados na gestão de situações que colocam vidas humanas em risco (Machado, 2024b).

Nesse cenário, marcado por múltiplas ameaças, torna-se fundamental que as organizações adotem a cultura da comunicação de riscos e de crises, em razão de seu potencial para antecipar cenários e contribuir para a prevenção ou mitigação de danos (Machado, 2024b). Essa prática revela-se ainda mais imprescindível no âmbito das instituições governamentais, considerando o interesse público envolvido (Machado, 2024b). Além disso, essa forma de comunicação promove a transparência, expressa o cuidado com as pessoas e oferece orientações capazes de minimizar inseguranças e auxiliar no enfrentamento de situações adversas (Machado, 2024b).

Apesar da relevância do tema, Machado (2024a) observa que, mesmo diante da iminência de riscos com potencial devastador, muitas organizações, tanto privadas quanto públicas, ainda não dispõem de processos adequados para o enfrentamento dessas questões. Além disso, a cultura da prevenção e da gestão de riscos não está consolidada entre a maioria dos gestores (Machado, 2024a). No Brasil, com exceção de algumas organizações privadas, a implementação de modelos de gestão e comunicação de riscos ainda se mostra frágil e incipiente (Rinaldi; Barreiros, 2007).

No âmbito das universidades públicas, Scheid (2024) apresenta dados iniciais de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa EstratO, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que apontam a ausência de planos estruturados de comunicação de crise na maioria dessas instituições. Esse cenário indica uma possível vulnerabilidade diante dos desafios comunicacionais impostos por situações críticas. Diante disso, torna-se premente que as universidades desenvolvam uma

atuação comunicacional estratégica, que fortaleça seu reconhecimento social e as prepare de forma mais eficaz para enfrentar crises atuais e futuras (Scheid, 2024).

Segundo a autora, fatores como a resistência a mudanças presente na cultura organizacional, a falta de clareza na gestão institucional e os conflitos políticos, tanto internos quanto externos, figuram entre os elementos que têm dificultado ou retardado a implementação efetiva da comunicação de crise nas universidades públicas (Scheid, 2024).

Diante desse cenário, não se pode naturalizar desastres cujas causas e consequências poderiam ser prevenidas ou mitigadas por meio da adoção de práticas eficazes de gestão e comunicação de riscos e crises (Machado, 2024a). Nesse contexto, a gestão e a comunicação de riscos e crises assumem um papel central no enfrentamento da crise climática, demandando uma abordagem ampla, integrada e colaborativa (Teixeira, 2024).

Para que essa gestão seja eficaz, torna-se indispensável o fortalecimento da governança, o incentivo ao engajamento coletivo, o investimento em inovação e a promoção da conscientização (Teixeira, 2024). Apenas por meio de ações coordenadas e urgentes será possível enfrentar os desafios climáticos e assegurar um futuro sustentável para as atuais e próximas gerações (Teixeira, 2024).

Além disso, a crise climática impõe impactos diversos e interconectados sobre distintas áreas, o que reforça a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar (Teixeira, 2024). No âmbito das políticas públicas, esse enfrentamento demanda escuta ativa e diálogo entre diferentes setores e saberes (Teixeira, 2024).

Considerando que, conforme afirma Thiesen (2013), a memória institucional desempenha papel central no funcionamento das instituições, e reconhecendo suas múltiplas contribuições para o fortalecimento institucional — já discutidas na introdução desta pesquisa e aprofundadas nos capítulos subsequentes —, destaca-se a importância de uma abordagem que evidencie como as crises decorrentes de eventos climáticos extremos constroem a memória institucional da UFRGS.

Tal abordagem tem o potencial de contribuir significativamente para a implementação efetiva dos processos de gestão e comunicação de riscos e crises,

os quais são essenciais para ampliar a capacidade das instituições de responder com agilidade e se adaptar às novas realidades, conforme discutido ao longo desta seção.

Nesse contexto, nota-se que a relação entre memória institucional e desastres ambientais ou climáticos permanece pouco explorada, o que abre espaço para investigações que articulem essas dimensões. A escassez de estudos que abordem essa temática indica uma oportunidade relevante de contribuição teórica e empírica, especialmente ao considerar a importância crescente dos eventos climáticos extremos para as instituições públicas e para a sociedade.

Nesse sentido, a presente pesquisa propõe uma aproximação original entre esses campos, ao investigar como eventos climáticos extremos podem atuar como catalisadores de processos de construção da memória institucional. Ao tomar como objeto as narrativas documentais produzidas pela UFRGS durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, a pesquisa busca evidenciar de que modo a memória institucional se manifesta e se reconfigura diante de situações de crise, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional de enfrentamento e adaptação.

Além das contribuições acadêmicas e institucionais, esta pesquisa apresenta relevância social ao trazer para o debate a forma como uma instituição pública constrói narrativas sobre sua atuação diante de um evento climático extremo e como essas narrativas auxiliam na construção de sua memória institucional. Ao evidenciar os sentidos construídos em torno das enchentes de maio de 2024, o estudo contribui para ampliar as reflexões sobre o papel das instituições públicas em contextos de crise, bem como sobre os processos de construção da memória em torno de acontecimentos que impactam a sociedade. Dessa forma, a pesquisa oferece elementos para o debate social acerca das respostas institucionais frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Quanto aos aspectos pessoais e profissionais, a presente pesquisa contribuirá para o desenvolvimento do pesquisador em sua trajetória como servidor técnico-administrativo da UFRGS, além de possibilitar seu engajamento em novas iniciativas no âmbito da Universidade. Tal contribuição se mostra relevante

considerando que o preparo e a atuação diante das consequências das mudanças climáticas figuram entre as principais preocupações da atual gestão institucional.

Nesse contexto, dada a centralidade da temática para a UFRGS, a compreensão de como as narrativas sobre as ações desenvolvidas pela Universidade, durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção da sua memória institucional poderá contribuir para o avanço e a consolidação de práticas institucionais de enfrentamento e adaptação frente a eventos climáticos extremos.

Assim, considerando-se ainda o objetivo geral da pesquisa, o estudo encontra-se alinhado à linha de pesquisa Memória, Cultura e Gestão do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, uma vez que se propõe, essencialmente, a trabalhar com aspectos relacionados à memória institucional.

Além desses aspectos, destaca-se que o fenômeno das enchentes de maio de 2024 foi vivenciado pelo pesquisador tanto em sua dimensão institucional, como servidor da UFRGS, quanto em sua esfera pessoal. Essa condição confere ao estudo um olhar sensível e humanizado, que permite compreender as narrativas documentais produzidas pela Universidade a partir de uma perspectiva situada e empática.

Longe de comprometer o rigor científico, esse posicionamento constitui um diferencial metodológico e interpretativo, pois favorece a identificação de nuances de sentido, silenciamentos e ênfases nas construções narrativas sobre o evento. Ao mesmo tempo, exige uma postura reflexiva permanente diante dos próprios afetos e pressupostos mobilizados no processo analítico.

Assim, a experiência vivida pelo pesquisador não apenas motiva a investigação, mas também amplia a sensibilidade analítica para compreender como as narrativas documentais se relacionam aos processos de construção da memória institucional da UFRGS diante da crise vivida.

Por fim, é importante destacar a viabilidade da realização da pesquisa, uma vez que, por se tratar de uma instituição pública, os documentos necessários encontram-se disponíveis para acesso público, especialmente nos canais oficiais da própria universidade, como o site institucional, o Jornal da Universidade e os repositórios de documentos institucionais.

Adicionalmente, considerando que o pesquisador é servidor da instituição, essa condição favorece o acesso e a familiaridade com os documentos institucionais produzidos pela UFRGS, contribuindo para uma compreensão contextualizada das narrativas analisadas.

Do ponto de vista operacional, a realização da pesquisa também não demanda grandes recursos financeiros, sendo suficiente a utilização de meios eletrônicos, como telefone celular e notebook, além do tempo dedicado à investigação, recursos dos quais o pesquisador já dispõe.

Por todo exposto, considerando a relação do pesquisador com a instituição e com o contexto investigado, a seção seguinte apresenta um memorial voltado à compreensão de sua trajetória e das motivações que despertaram o interesse pelo tema da pesquisa.

1.4 Memorial¹

A elaboração deste memorial me levou a refletir sobre os elementos da minha história que moldaram quem sou e me trouxeram até o presente momento. Nesse processo, percebi a forte influência da minha família, do local onde nasci e vivi e, mais recentemente, do ambiente em que trabalho.

Minha família e minha criação foram profundamente influenciadas por minha avó materna, Irone Santos, uma mulher forte que, por volta dos 16 anos, precisou assumir as rédeas da própria vida após a perda da mãe. Com o passar do tempo, já casada e com duas filhas, mudou-se para um bairro recém-criado na zona norte de Porto Alegre, a Vila Farrapos, após conquistar sua casa própria, fruto de muito trabalho.

Depois de se separar do marido ainda jovem, minha avó teve que criar suas duas filhas — minha mãe, Adriana, e minha tia, Janice — sozinha, enfrentando diversas dificuldades ao longo do caminho. Apesar das adversidades, sempre incentivou as filhas a estudarem, pois entendia que essa era a chave para a independência e para uma vida melhor.

¹ Seção redigida em primeira pessoa, em razão de seu caráter reflexivo e autobiográfico.

Os anos se passaram, e minha mãe e minha tia se formaram, casaram e começaram a constituir suas próprias famílias. É nesse contexto que, em 4 de abril de 1994, nasci na cidade de Porto Alegre, como o segundo filho dos meus pais, já que minha irmã mais velha, Alana, havia nascido em 1989.

Desde meu nascimento, residi com meus pais na Vila Farrapos, na mesma casa onde minha avó construiu sua família e enfrentou suas lutas. Minha avó se aposentou no ano em que nasci para cuidar de mim, e foi na companhia dela que passei boa parte da minha infância.

Por volta dos cinco anos, mudei-me com minha família para o Humaitá, um bairro próximo à Vila Farrapos, o que me permitiu continuar passando muito tempo com minha avó.

Praticamente toda a minha história e a da minha família foram construídas nos bairros Vila Farrapos e Humaitá. Por ter nascido e vivido toda a minha vida nesse local, constituí ali grande parte das minhas amizades, amores, memórias e raízes. Para mim, esse lugar é seguro e evoca sentimentos de família e pertencimento. Por esses motivos, escolhi essa região para formar minha própria família com minha esposa, Itiele, e nossos cães, Zora e Nicolau.

Devido à proximidade das nossas casas, minha avó acompanhou de perto minha trajetória escolar, participando das reuniões, ajudando com as tarefas de casa e me incentivando a estudar. Além dela, outro grande exemplo da importância da educação veio dos meus pais, Adriana e João, que, mesmo já tendo uma família e dois filhos, empenharam todos os esforços para possibilitar que meu pai fosse o primeiro em nossa família a concluir uma graduação.

Com todo esse apoio e exemplo vindos da minha família, tive um bom desempenho durante toda a minha vida escolar, o que me levou a cursar minha graduação em uma instituição na qual jamais imaginei estudar: a UFRGS.

Apesar do renome e da tradição de excelência da UFRGS, nunca tive como objetivo ingressar na instituição, pois conhecia pouco sobre ela e a via como algo distante da minha realidade. À época, eu associava a universidade a um espaço elitizado e distante do meu contexto social, percepção que contribuiu para que eu mantivesse certo afastamento em relação à instituição. Mal sabia eu que meu destino e o da UFRGS se cruzariam de maneiras inesperadas.

Em 2015, após ter passado por cursos como Engenharia Civil e Relações Internacionais, ingressei no curso de Administração da UFRGS, o qual concluí em 2021. Em 2022, me especializei em Gestão Pública pela Faculdade Focus.

Em 2019, a UFRGS passou a desempenhar um papel ainda mais importante na minha vida, quando me tornei servidor técnico-administrativo da instituição, ingressando como assistente em administração. Antes disso, trabalhei em instituições como o Instituto de Cardiologia – Fundação Universitária de Cardiologia (IC/FUC) (2011), a Sociedade Ginástica Porto Alegre (SOGIPA) (2014–2015) e a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (ISCOMPA) (2015–2019).

Em janeiro de 2023, fui nomeado Diretor da Divisão de Análise Funcional (DAF) do Departamento de Administração de Pessoal (DAP) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) da UFRGS, função que ocupei até janeiro de 2025. Em agosto de 2023, após aprovação em novo concurso público da UFRGS, tomei posse no cargo de administrador. Posteriormente, em março de 2026, retornei à função de Diretor da Divisão de Análise Funcional, reassumindo as atividades de gestão da unidade.

Destino ou não, a UFRGS passou a ocupar um papel cada vez mais central na minha vida. Como parte dessa instituição, tanto como estudante quanto como servidor, pude compreender os motivos pelos quais ela é de grande relevância no Brasil e no mundo, bem como sua capacidade de transformar a vida de quem passa por ela. Hoje, vejo a UFRGS como uma instituição atenta e preocupada com seus alunos, servidores e com a sociedade.

Tudo isso foi posto à prova, mais uma vez, em maio de 2024, quando Porto Alegre enfrentou a maior enchente de sua história. Nesse contexto, a UFRGS teve que dar uma resposta rápida às demandas de seus alunos, servidores e da sociedade, atuando em diversas frentes.

Pessoalmente, essa enchente impactou profundamente minha trajetória, pois, com meu bairro sendo fortemente atingido, minha família e eu fomos forçados a deixar nossa casa, e só conseguimos retornar após quase um mês. Profissionalmente, fiquei impossibilitado de trabalhar, mas, ao mesmo tempo, contei com todo o apoio dos meus colegas e, mais uma vez, da UFRGS.

No âmbito acadêmico, esse evento foi o impulso que eu precisava para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle, visto que eu já havia participado de um processo seletivo anterior, mas, na época, decidi não ingressar. Desta vez, senti que era o momento certo.

A escolha pelo PPGMSBC ocorreu antes mesmo de eu definir meu tema de pesquisa, pois nele encontrei um ambiente acolhedor e construtivo, além de ver a oportunidade de explorar temas de meu interesse e de ampliar meus conhecimentos em áreas que ainda eram desconhecidas para mim. Essa escolha revelou-se ainda mais acertada com a definição do tema da dissertação, cujos fundamentos conceituais serão aprofundados no capítulo seguinte.

2 BASES CONCEITUAIS

Neste capítulo, serão apresentados os principais conceitos que fundamentam teoricamente a presente pesquisa. Entre os temas abordados, destacam-se a memória social, analisada na seção “Memória social em situações de crise”, com base em estudos de autores como Halbwachs (2006), Candau (2016), Pollak (1992), Farias e Pinto (2016) e Arruda e Colácios (2024), entre outros; a memória institucional, examinada na seção “Memória Institucional e disputas de sentido”, a partir das contribuições de Thiesen (2013), Barbosa (2010) e Rezende (2015); e a articulação entre narrativas e documentos, explorada na seção “Narrativas documentais”, com base em autores como Le Goff (1990), Ketelaar (2001; 2002; 2005) e Linde (2005; 2008), entre outros.

2.1 Memória social em situações de crise

Segundo Halbwachs (2006), uma das principais referências nos estudos sobre memória, as memórias são coletivas, mesmo quando se está fisicamente só diante de determinado evento, pois, de fato, nunca se está verdadeiramente sozinho. O autor sustenta que o caráter coletivo da memória decorre do fato de que a percepção sobre os acontecimentos é influenciada por pontos de vista alheios, com os quais se teve contato em algum momento, ainda que de forma eventual, por meio de leituras, conversas ou outras formas de interação social (Halbwachs, 2006).

À luz dessa compreensão, Pollak (1992) observa que, embora a memória, em um primeiro olhar, pareça pertencer ao âmbito individual, trata-se de um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações contínuas. Para o autor, a memória está relacionada à forma como a realidade é percebida, e não a uma realidade objetiva sustentada por fatos verificáveis (Pollak, 1992).

Candau (2016) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a memória não constitui uma representação fiel do passado, mas sim uma construção permanentemente atualizada. Halbwachs (2006) acrescenta, ainda, que as lembranças se moldam às percepções vigentes no momento da rememoração.

Destacando que nem todos os elementos são retidos pela memória, Pollak (1992) sustenta que, embora a memória coletiva apresente maior grau de organização, ela continua sendo seletiva. Além disso, sua estruturação está sujeita a modificações conforme o contexto em que é evocada, evidenciando seu caráter dinâmico e a influência das preocupações do presente sobre o modo como o passado é lembrado (Pollak, 1992).

Ainda que a memória se caracterize por transformações e variações, Pollak (1992) enfatiza a presença de elementos relativamente estáveis tanto na memória individual quanto na coletiva, os quais resultam de um processo de “solidificação da memória”. A reconstrução de um conjunto de lembranças somente é possível porque há concordância quanto aos elementos considerados essenciais, mesmo que persistam algumas divergências entre eles (Halbwachs, 2006).

Embora a memória tenha caráter coletivo, Halbwachs (2006) afirma que a presença material de testemunhas não é condição necessária para que uma lembrança seja confirmada ou recordada. Mesmo quando testemunhas são capazes de relatar detalhadamente um momento compartilhado com uma pessoa, é possível que essa pessoa não guarde qualquer lembrança do que lhe foi descrito (Halbwachs, 2006).

Ainda assim, as testemunhas desempenham um papel na reconstrução das lembranças, ainda que esse papel seja acessório e complementar. Isso porque é fundamental que as lembranças se manifestem, primeiramente, na própria pessoa (Halbwachs, 2006).

Segundo Halbwachs (2006), a evocação somente se converte em lembrança se permanecer na pessoa algum traço da experiência vivida, pois as lembranças são constituídas em grupo, sendo indispensável que, desde o instante do acontecimento, a pessoa conserve a capacidade de pensar e de lembrar como integrante do grupo ao qual ele e os demais pertencem (Halbwachs, 2006). Assim, Halbwachs (2006) defende que a duração de uma memória está limitada à duração do grupo.

Além disso, para que uma memória possa se apoiar na memória de outras pessoas, é necessário que haja múltiplos pontos de contato entre essas memórias, permitindo que a lembrança seja reconstruída sobre uma base comum (Halbwachs, 2006). Ainda assim, o relato de outras pessoas pode modificar aquilo que se recorda

de um acontecimento passado, seja corrigindo uma lembrança imprecisa e integrando novos elementos, seja desorganizando lembranças anteriormente mais definidas ao adicionar componentes fictícios à recordação (Halbwachs, 2006).

Nesse sentido, Candau (2016), em sua obra, propõe uma distinção entre três tipos de memória: a protomemória, compreendida como memória relacionada ao hábito e à repetição; a memória de alto nível, correspondente à memória evocada por meio da recordação ou do reconhecimento; e, por fim, a metamemória, que se refere à interpretação que cada pessoa constrói sobre a própria memória e ao que verbaliza a seu respeito.

No âmbito dos grupos, apenas a metamemória pode existir, sendo a memória coletiva compreendida como uma forma de metamemória (Candau, 2016). Por conseguinte, a metamemória configura-se, no plano coletivo, como um enunciado que descreve um compartilhamento hipotético de lembranças entre os membros de um grupo (Candau, 2016). A memória coletiva, portanto, constitui uma representação elaborada para sustentar a existência de uma lembrança comum, ainda que esse compartilhamento seja mais afirmado do que efetivamente vivido (Candau, 2016).

Aprofundando sua argumentação, Candau (2016) adverte que a evocação, isto é, o ato de verbalizar ou transcrever lembranças, não deve ser confundida com as lembranças em si, uma vez que as lembranças evocadas não representam fielmente a lembrança preservada, constituindo apenas uma forma parcial de expressá-la. Com base nessa concepção, Candau (2016) argumenta que descrever uma memória partilhada por todos os membros de um grupo a partir das lembranças individuais configura uma abordagem reducionista, pois desconsidera elementos que não são compartilhados, ainda que as lembranças tenham a mesma origem, uma vez que cada cérebro humano, em razão de sua singularidade, as processa de modo distinto (Candau, 2016).

Ademais, Candau (2016) afirma que uma memória é considerada forte quando se impõe à maioria das pessoas de um grupo, apresentando coerência e profundidade. Essas memórias tendem a ser mais frequentes em grupos menores, em razão da maior facilidade de transmissão (Candau, 2016). Memórias fortes são organizadoras, pois integram a estrutura do grupo (Candau, 2016). Em contraste, a

memória fraca é superficial e difusa. Por sua fragilidade e pela dificuldade de compartilhamento, configura uma memória desorganizadora, que pode, inclusive, contribuir para a desestruturação do próprio grupo (Candau, 2016).

Ampliando a discussão, Pollak (1992) propõe uma análise da estrutura da memória, identificando três elementos fundamentais: os acontecimentos, as pessoas ou personagens, e os lugares. Esses elementos podem ter origem no contato direto com a pessoa, ser constituídos de maneira indireta ou “por tabela”, ou ainda situar-se fora do espaço-tempo vivido pelo grupo ou pela pessoa (Pollak, 1992).

A partir dos elementos que não pertencem ao espaço-tempo próprio do sujeito ou do coletivo, surgem os fenômenos da projeção e da transferência (Pollak, 1992). A projeção ocorre quando uma pessoa ou grupo se identifica com uma memória que não lhe é própria, mas que foi herdada por meio de processos de socialização política ou histórica (Pollak, 1992). Já a transferência diz respeito à situação em que uma memória originalmente relacionada a um determinado acontecimento passa a ser associada a outro (Pollak, 1992). Com base nessas observações, Pollak (1992) destaca que a memória não se refere exclusivamente à experiência de vida individual, podendo ser, ao menos em parte, herdada.

Um componente adicional da memória é a organização, que evidencia seu caráter construído (Pollak, 1992). Assim, a memória pode ser estruturada em função das preocupações presentes no momento em que é narrada (Pollak, 1992). Nessa perspectiva, a memória é compreendida como uma construção social dinâmica, formada nas interações com os outros, mediadas por critérios de aceitação e reconhecimento (Pollak, 1992).

As memórias são, portanto, passíveis de negociação e não devem ser concebidas como essências fixas de pessoas ou grupos (Pollak, 1992). Nesse sentido, o trabalho de enquadramento da memória consiste em um esforço consciente e sistemático de seleção, organização e atribuição de sentido a lembranças e fatos do passado (Pollak, 1992).

Segundo Pollak (1992, p. 7), “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”, processo que o autor denomina de “trabalho da

própria memória em si”. Esses são denominados períodos calmos, marcados por uma menor preocupação com a memória (Pollak, 1992).

No entanto, esses períodos de estabilidade podem ser interrompidos por momentos de crise que, conforme observa Pollak (1992), tendem a ser precedidos, acompanhados ou seguidos por abalos na memória coletiva do grupo. Em tais circunstâncias, torna-se necessária a “rearrumação da memória”, conforme denomina Pollak (1992). Esse processo exige investimentos custosos e está associado à perda ou redefinição de unidade e coerência (Pollak, 1992).

Embora a literatura sobre memória social em contextos de catástrofes, crises ou eventos climáticos extremos ainda seja limitada, alguns autores têm se dedicado a explorar essa relação. Nesse sentido, Farias e Pinto (2016) discutem a memória social vinculada a experiências traumáticas, enquanto Arruda e Colácios (2024) analisam de que maneira eventos climáticos extremos se constituem como marcos temporais significativos na memória coletiva e na historiografia das comunidades afetadas.

De forma complementar, trabalhos como os de Neves (2013), Gonçalves *et al.* (2024) e Kokorsch *et al.* (2025) contribuem para ampliar esse debate ao abordar, empiricamente, os efeitos de catástrofes ambientais sobre a memória social em distintos contextos territoriais, históricos e culturais. Assim, esse conjunto de estudos permite elucidar as conexões entre memória social e acontecimentos de natureza disruptiva, evidenciando suas implicações para os processos de construção e circulação da memória coletiva.

Nesse contexto, a escrita sobre catástrofes pode ser compreendida como expressão de um dever de memória, impulsionado por políticas que buscam evitar o esquecimento de determinados acontecimentos (Farias; Pinto, 2016). Tais políticas estimulam a produção de rastros e vestígios que registrem eventos marcantes, especialmente aqueles que afetam coletividades de forma traumática (Farias; Pinto, 2016).

Nesse sentido, Farias e Pinto (2016) observam que a memória torna-se um recurso disputado por aqueles que desejam tornar visíveis os fatos vividos, especialmente em um contexto global marcado pela crise ambiental e por ameaças à sobrevivência humana. A produção de narrativas sobre catástrofes pode, assim,

constituir uma forma de resistência ao esquecimento, contribuindo para a preservação de experiências e saberes que, de outro modo, poderiam ser silenciados (Farias; Pinto, 2016).

Ao refletirem sobre a construção da memória social em contextos de desastre, Farias e Pinto (2016) destacam que, mesmo diante de situações traumáticas, os grupos sociais nem sempre sucumbem; pelo contrário, podem encontrar na memória mecanismos de elaboração do trauma vivido (Farias; Pinto, 2016). Esses momentos críticos podem gerar tanto efeitos desarticuladores quanto articuladores, promovendo mudanças significativas na realidade social (Farias; Pinto, 2016).

Ainda que a rememoração de eventos traumáticos seja desafiadora, é possível, em determinadas circunstâncias, transformar tais experiências em lembranças por meio da produção consciente da memória (Farias; Pinto, 2016). Nesse processo, a memória torna-se também um espaço de negociação social, no qual pessoas e grupos podem optar pelo silêncio, que conduz ao desconhecimento, ou utilizar a memória como instrumento para dar sentido ao passado e construir significados compartilhados (Farias; Pinto, 2016).

No campo dos estudos empíricos sobre memória social em contextos de catástrofe ambiental, destaca-se o trabalho de Neves (2013), que analisa a enchente ocorrida em São Luiz do Paraitinga, no Estado de São Paulo, em 2010, a partir das articulações entre espaço, memória, patrimônio e trauma. Fundamentado nas contribuições de Halbwachs (2011), Das (1995) e Seligmann-Silva (2008), o autor compreende a enchente como um evento crítico, capaz de produzir uma ruptura na continuidade do cotidiano e de instaurar um estado de descontinuidade temporal e simbólica na vida social (Neves, 2013).

Nesse contexto, a memória social emerge como resultado do compartilhamento das experiências vividas pelos sujeitos afetados, sendo construída por meio de narrativas, silêncios, testemunhos e disputas discursivas (Neves, 2013). A narrativa do trauma, nesse sentido, desempenha uma função ambígua: ao mesmo tempo em que possibilita a elaboração das perdas e a reorganização simbólica da experiência vivida, pode também intensificar a lembrança dolorosa, evidenciando o caráter complexo e não linear dos processos de rememoração em contextos de crise (Neves, 2013).

Complementando esse entendimento sobre a relação entre memória e desastres, Arruda e Colácios (2024), historiadores que abordam a memória social a partir de uma perspectiva histórica, propõem uma análise centrada na Geada Negra de 1975, ocorrida no norte do Paraná. Embora seus aportes teóricos estejam ancorados no campo da História, neste trabalho suas reflexões são mobilizadas em função da centralidade atribuída aos eventos climáticos extremos como marcos estruturantes da memória social.

Os autores destacam que, na contemporaneidade, a maior parte dos marcos temporais está associada a acontecimentos de natureza política, consolidados por meio da memória e da história social dos grupos diretamente afetados (Arruda; Colácios, 2024). Todavia, enfatizam a escassa visibilidade atribuída a eventos em que a natureza ou o meio ambiente ocupam posição central, mesmo quando produzem impactos profundos e duradouros sobre a vida humana (Arruda; Colácios, 2024).

Esses eventos, como os desastres naturais, possuem potencial para marcar de forma significativa a memória coletiva das regiões em que ocorrem, tornando-se referências temporais rememoradas periodicamente (Arruda; Colácios, 2024). Conforme observam Arruda e Colácios (2024), marcos temporais originados em eventos extremos da natureza assumem relevância histórica ao delimitarem simbolicamente um “antes” e um “depois” na trajetória das comunidades atingidas.

A lembrança desses acontecimentos estabelece uma temporalidade própria, que estrutura o modo como o tempo é vivido e compreendido socialmente nos contextos locais (Arruda; Colácios, 2024). Nesse contexto, Arruda e Colácios (2024) observam que a memória da Geada Negra de 1975 foi incorporada de maneira tão intensa pela coletividade que o evento passou a ser compreendido como o principal fator explicativo da relação socioambiental da sociedade impactada.

Essa perspectiva contribui para o apagamento de outros elementos relevantes dessa relação, como decisões políticas e econômicas anteriores e posteriores ao desastre, que também influenciaram significativamente o contexto social e ambiental (Arruda; Colácios, 2024).

Em diálogo com essas reflexões, Gonçalves *et al.* (2024) analisam a memória social associada às enchentes ocorridas no município de Canoas (RS),

compreendidas no contexto de recorrentes episódios de inundação que marcaram a trajetória recente da cidade. Embora o estudo tenha como referência central o evento climático extremo que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, os autores situam essa ocorrência em uma dinâmica mais ampla de vulnerabilidade socioambiental e de repetição de desastres no território canoense (Gonçalves *et al.*, 2024). Trata-se, portanto, do mesmo fenômeno climático com o qual esta pesquisa dialoga, ainda que examinado a partir de um contexto territorial distinto, localizado em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre (Gonçalves *et al.*, 2024).

Os autores enfatizam os efeitos traumáticos das enchentes e a centralidade das narrativas na elaboração coletiva das experiências vividas pela população atingida (Gonçalves *et al.*, 2024). Nesse sentido, a memória social é compreendida como um processo coletivo, construído a partir da circulação de relatos, imagens e registros que permitem tornar comunicáveis as vivências associadas aos episódios de inundação (Gonçalves *et al.*, 2024).

A recorrência e a intensidade das enchentes contribuem para a sedimentação de lembranças compartilhadas, que passam a integrar o repertório simbólico da comunidade afetada (Gonçalves *et al.*, 2024). Essas lembranças articulam sofrimento, solidariedade e estratégias de superação mobilizadas pelos sujeitos atingidos, conformando modos socialmente compartilhados de rememorar os desastres vividos (Gonçalves *et al.*, 2024).

Nesse processo, a memória não se limita à evocação de um evento específico, configurando-se como um espaço de elaboração contínua do trauma e de negociação de sentidos sobre experiências sucessivas de catástrofe (Gonçalves *et al.*, 2024). Ao analisar as enchentes de Canoas a partir dessa perspectiva, o estudo evidencia como eventos climáticos extremos de escala regional produzem experiências, narrativas e memórias socialmente construídas de maneira situada em diferentes territórios urbanos (Gonçalves *et al.*, 2024).

Dessa forma, os autores demonstram que a memória das enchentes se constitui de modo relacional e contextualizado, influenciando a percepção do território, da vulnerabilidade socioambiental e das relações comunitárias em

contextos metropolitanos distintos, ainda que atravessados por eventos climáticos semelhantes (Gonçalves *et al.*, 2024).

Ampliando o debate para uma perspectiva comparativa internacional, Kokorsch *et al.* (2025) analisam o papel da memória em comunidades localizadas em áreas remotas do norte europeu, expostas a riscos naturais recorrentes. Ancorados nos aportes teóricos de Halbwachs e de Jan Assmann, os autores distinguem entre memória ativa e memória passiva como formas distintas de relação com experiências passadas de desastres (Kokorsch *et al.*, 2025). Essa distinção permite compreender como a ativação ou o silenciamento das lembranças associadas a eventos extremos influencia os modos de percepção do risco e as respostas coletivas diante de novas situações de ameaça (Kokorsch *et al.*, 2025).

Segundo Kokorsch *et al.* (2025), a memória pode produzir efeitos ambivalentes no âmbito social, uma vez que sua mobilização pode contribuir tanto para processos de aprendizado coletivo quanto para a negação ou minimização dos riscos (Kokorsch *et al.*, 2025). Quando ativada, a memória favorece a transmissão de experiências passadas, o fortalecimento do vínculo com o lugar e a incorporação do conhecimento do desastre nas práticas sociais cotidianas (Kokorsch *et al.*, 2025). Em contrapartida, quando relegada à condição passiva, a memória pode gerar desconexão entre experiências anteriores e as práticas presentes de gestão e preparação frente a eventos extremos (Kokorsch *et al.*, 2025).

Esse distanciamento entre memória e ação compromete a capacidade coletiva de antecipação e resposta aos riscos naturais recorrentes, especialmente em contextos marcados pela repetição de eventos extremos ao longo do tempo (Kokorsch *et al.*, 2025). Nesse sentido, Kokorsch *et al.* (2025) destacam que a permanência e a transmissão da memória dependem de processos contínuos de comunicação social das experiências passadas e de sua incorporação nas dinâmicas comunitárias, reforçando a compreensão da memória social como um processo situado, relacional e socialmente mediado (Kokorsch *et al.*, 2025).

Diante do exposto, é possível afirmar que a memória coletiva não se configura como uma representação estática e fiel do passado, mas como uma construção dinâmica, permeada por múltiplos pontos de vista e influências sociais. Conforme indicam Halbwachs (2006), Pollak (1992) e Candau (2016), a memória é moldada

por processos de socialização e interação, sendo seletiva e passível de transformações ao longo do tempo.

No contexto de catástrofes, crises e eventos climáticos extremos, a memória social adquire relevância ainda maior, como evidenciam os trabalhos de Farias e Pinto (2016), Neves (2013), Arruda e Colácios (2024), Gonçalves *et al.* (2024) e Kokorsch *et al.* (2025). Esses autores demonstram que a memória pode constituir-se tanto como espaço de elaboração do trauma quanto como arena de disputas de sentido, negociação social e produção de temporalidades compartilhadas.

A partir dessas reflexões, a próxima seção se dedicará à revisão bibliográfica sobre a memória institucional, mobilizando as contribuições de autores como Thiesen (2013), Barbosa (2010) e Rezende (2015), a fim de aprofundar a compreensão sobre a natureza coletiva, seletiva e dinâmica da memória institucional, bem como sobre as tensões e disputas de sentido que atravessam os processos de institucionalização.

2.2 Memória Institucional e disputas de sentido

Para que se possa compreender a memória institucional, é necessário, primeiro, aprofundar a compreensão sobre as instituições. Thiesen (2013) afirma que há diversos tipos de instituições, as quais emergem de diferentes demandas sociais. Assim, as instituições podem ser compreendidas como um fenômeno que surge em resposta às demandas da sociedade (Thiesen, 2013).

Além disso, Thiesen (2013) destaca que o caráter coletivo é parte constitutiva da natureza das instituições, o que impede que sejam concebidas como fenômenos individuais. Linde (2008), por sua vez, compreende as instituições como uma categoria abrangente, que engloba tanto grupos formais quanto informais, bem como práticas consolidadas e facilmente identificáveis.

Segundo Andrade (2002), institucionalizar significa criar uma diferenciação de sentido, ou seja, atribuir um significado específico a algo, que se repete de forma organizada e, com o tempo, se consolida, ganhando reconhecimento e legitimidade por parte das comunidades envolvidas. Esse processo envolve não apenas a permanência temporal e a organização do sentido, mas também a criação de

normas que estabelecem o que é considerado aceitável, prevendo sanções ou correções em caso de desvios ao que foi institucionalizado (Andrade, 2002).

A esse respeito, Thiesen (2013) salienta que as instituições criam regras e padrões de conduta que devem ser repetidos com o apoio da memória, com o objetivo de garantir sua continuidade. Dessa forma, institucionalizar corresponde à criação paulatina de um sistema de regras e restrições sustentado por sanções mais ou menos estruturadas, como descrito por Andrade (2002).

Neste contexto, torna-se relevante destacar a dificuldade frequentemente observada na distinção entre os conceitos de memória institucional e memória organizacional, uma vez que a literatura muitas vezes emprega esses termos de maneira confusa ou imprecisa (Santos; Valentim, 2021). Thiesen (2013) observa que essa utilização imprecisa pode decorrer do fato de toda instituição ser, necessariamente, uma organização, pois, sem uma estrutura organizacional, as instituições, compreendidas como práticas coletivas e sociais, não poderiam existir.

Assim, com o intuito de diferenciar os conceitos, Thiesen (2013) afirma que a memória institucional está relacionada à legitimidade, enquanto a memória organizacional refere-se aos instrumentos e mecanismos que permitem recuperar conhecimentos do passado e aplicá-los nas ações do presente, impactando diretamente a eficácia da organização.

Essa compreensão também é sustentada por Santos e Valentim (2021), que vinculam a memória institucional à legitimidade, compreendida como aceitação e reconhecimento por parte da sociedade, além da identificação com valores sociais compartilhados. Já a memória organizacional, de acordo com as autoras, relaciona-se a aspectos práticos, como a eficiência e a eficácia dos processos (Santos; Valentim, 2021).

Contudo, ao discutirem a relação entre memória institucional e memória organizacional, Santos e Valentim (2021) argumentam que essas categorias constituem dimensões interdependentes de um mesmo fenômeno, contrapondo-se à perspectiva hierarquizada proposta por Thiesen (2013), segundo a qual a memória organizacional estaria subordinada à memória institucional, embora não se limite a ela.

Considerando que as instituições são construídas e sustentadas pelas ações das pessoas, Thiesen (2013) reconhece a memória institucional como reflexo dessa trajetória coletiva. A memória institucional é, portanto, construída pelos sujeitos ao longo do tempo, que validam coletivamente suas experiências, ações e conquistas, convertendo-as em um bem social (Thiesen, 2013). As instituições, por si mesmas, não possuem memória; são as pessoas que a constroem e a perpetuam (Santos; Valentim, 2021).

Outro aspecto relevante apontado por Thiesen (2013) é a seletividade da memória institucional, uma vez que o surgimento de novas lembranças exige o esquecimento de outras. Assim, a memória institucional resulta de um movimento contínuo entre lembrar e esquecer (Thiesen, 2013). Santos e Valentim (2021) acrescentam que se trata de um processo com sequência lógica e natureza atitudinal, relacionado ao comportamento institucional e à resiliência diante de situações ou desafios.

A memória também desempenha papel central no funcionamento institucional, conforme argumenta Thiesen (2013), pois atua como um lembrete das obrigações e dos limites da própria instituição. Por meio da memória, as instituições mantêm sua atuação ao selecionar e preservar apenas as informações consideradas relevantes, conforme regras específicas a cada contexto institucional (Thiesen, 2013).

Na perspectiva de Thiesen (2013), as instituições operam em rede no campo social e, por isso, devem buscar informações sobre sua memória institucional tanto em fontes internas quanto externas. A autora ainda propõe que a memória institucional pode ser pensada como memória-hábito, responsável pela determinação de condutas, e como memória-arquivo, destinada à recuperação de regras e informações (Thiesen, 2013).

Nesse processo, Barbosa (2010) contribui para a compreensão da memória institucional ao concebê-la como a (re)construção dos fatos e eventos significativos da organização, os quais são selecionados e reorganizados com o propósito de promover um vínculo entre a instituição e seus públicos. A memória institucional, portanto, projeta o futuro com base no passado e no presente (Barbosa, 2010).

Essa projeção do futuro, ancorada no passado, encontra limites quando confrontada com a rigidez das estruturas institucionais. No contexto das instituições,

Linde (2008) observa que a repetição do passado tende a ser mais simples, pois, mesmo quando esse passado deixa de servir como referência adequada para o presente, a mudança institucional é dificultada. Thiesen (2013) reforça essa ideia ao considerar que, por envolver práticas sociais duradouras, sedimentadas ao longo do tempo, a transformação institucional não ocorre de maneira simples.

Essa resistência à mudança está diretamente relacionada ao modo como as instituições se estruturam e se mantêm. De acordo com Thiesen (2013), as instituições retêm o que consideram fundamental para seu funcionamento, mas não existem como abstrações: são construídas e sustentadas pelas ideias e valores das pessoas. Portanto, a mudança institucional só é possível quando há transformação nas pessoas que as compõem (Thiesen, 2013).

No campo das relações institucionais, Thiesen (2013) observa que coexistem nas instituições forças de repetição, que asseguram a identidade e evitam a fragilidade, e de ruptura, que impulsionam a renovação. Em ambas, a memória está presente: ora como repetição e representação, ora como descontinuidade e produção do novo (Thiesen, 2013). Dessa forma, as instituições podem ser compreendidas como corpos finitos em constante tensão, com maior poder de transformação do que de formalização. Ainda que resistam à mudança com o objetivo de preservar hábitos, normas e saberes, a transformação institucional se impõe com o tempo, ainda que de forma lenta (Thiesen, 2013).

Nesse processo de transformação da memória institucional, é necessário reconhecer que as instituições operam com a memória-hábito, reproduzindo rotinas que devem ser repetidas e que, nesse processo de institucionalização, o esquecimento também se impõe (Thiesen, 2013). No âmbito institucional, ocorre um processo seletivo contínuo, uma vez que é da natureza das instituições transformar paixões e interesses em normas e regras com pretensão de generalidade. Contudo, esse processo implica necessariamente a exclusão de elementos que não se integram a essa lógica (Thiesen, 2013). Portanto, para que certos dispositivos informacionais sejam mantidos e reproduzidos, outros devem ser descartados — ainda que de forma provisória. Dessa maneira, pode-se afirmar que as instituições também são marcadas por dinâmicas de lembrança e esquecimento (Thiesen, 2013).

A seleção do que será preservado ou descartado realiza-se de maneira crítica, sobretudo em contextos de crise, nos quais se encontram em disputa a atualização de valores, normas, comportamentos, saberes e formas de poder (Thiesen, 2013). É característico das instituições lidar com crises em seu duplo significado: como espaço de práticas conflituosas e criadoras, oriundas da multiplicidade de sujeitos que as constituem; e como lugar de exclusão da diferença, no qual a crise representa uma ameaça e desafia valores institucionalizados (Thiesen, 2013). Nesse segundo aspecto, as mudanças demandam processos coletivos e de longa duração para que possam, de fato, se consolidar (Thiesen, 2013).

Nesse sentido, torna-se fundamental abandonar a noção de que as instituições possuem uma aparência de permanência absoluta, uma vez que estão sujeitas a transformações, aos condicionamentos históricos e às mudanças sociais (Andrade, 2002).

Diante da complexidade que envolve o conceito de memória institucional, este capítulo buscou, até o presente momento, apresentar suas principais características, ressaltando sua natureza coletiva, seletiva e dinâmica (Thiesen, 2013; Barbosa, 2010). Compreendê-la exige, antes de tudo, uma aproximação cuidadosa ao conceito de instituição, reconhecendo-a como fenômeno social sustentado pela ação e interação das pessoas (Thiesen, 2013). A memória institucional, nesse sentido, não é uma entidade autônoma, mas uma construção social forjada a partir da experiência e da atuação coletiva dos sujeitos (Thiesen, 2013).

Sua constituição envolve processos contínuos de rememoração e esquecimento, que refletem tanto a necessidade de preservação quanto a de promover transformações (Thiesen, 2013). Como observa Thiesen (2013), a memória institucional articula-se à legitimidade, diferenciando-se, portanto, da memória organizacional, que se orienta por aspectos funcionais. É relevante observar, ainda, que as instituições demonstram crescente preocupação com a imagem que projetam para a sociedade, buscando maneiras de registrar e divulgar suas realizações (Thiesen, 2013).

Assim, mais do que preservar um passado, construir memória institucional é um exercício no presente, pois, por mais contraditório que pareça, o presente é o único tempo disponível (Thiesen, 2013).

Por todo o exposto, compreende-se que a tarefa de construir memória institucional no presente torna-se ainda mais premente em contextos marcados por eventos críticos, como desastres e crises, nos quais a mobilização dessa memória se configura como um recurso estratégico para orientar ações futuras e fortalecer a capacidade de resposta das instituições. Assim, com base nessas considerações teóricas, torna-se possível avançar na análise da memória institucional em contextos concretos.

Nesse sentido, a análise de trabalhos acadêmicos que abordam a memória institucional da UFRGS, sob diferentes enfoques e contextos, contribui para aprofundar a compreensão sobre os modos pelos quais essa memória tem sido construída, registrada e interpretada ao longo do tempo, consolidando as bases conceituais que sustentam a presente pesquisa. Entre os estudos que se dedicaram à análise da memória institucional da UFRGS, destacam-se os trabalhos de Bratkowski (2016), Cotta (2017), Gutierrez e Borges (2017) e Gutierrez e Borges (2020).

Em sua dissertação, Bratkowski (2016) buscou, em consonância com o Plano de Gestão Ambiental da UFRGS para o período de 2011 a 2015, propor aprimoramentos na política ambiental da instituição, com ênfase no Plano Anual da Escola de Engenharia, unidade acadêmica vinculada à universidade. Como resultado, Bratkowski (2016) destaca que a memória institucional constitui um elemento decisivo para a consolidação da identidade institucional.

Entre os instrumentos utilizados pela UFRGS na gestão dessa memória, a autora evidencia principalmente os de natureza documental, os quais, em geral, encontram-se arquivados em órgãos públicos ou privados e ainda não passaram por um tratamento analítico sistemático (Bratkowski, 2016).

Ao abordar o papel estratégico da memória institucional, Bratkowski (2016) enfatiza sua relevância para a formação de uma comunidade acadêmica coesa, bem como sua contribuição para a disponibilização de informações consideradas estratégicas, fundamentais ao processo decisório e à consolidação identitária da universidade. Nesse sentido, a autora argumenta que a memória institucional, quando sustentada por princípios e diretrizes que garantem sua continuidade para

as futuras gerações, ultrapassa o mero resgate do passado, assumindo papel ativo na construção do presente e no planejamento do futuro (Bratkowski, 2016).

De modo complementar, a pesquisa conduzida por Cotta (2017), também no âmbito de uma dissertação de mestrado, teve como propósito investigar a formação de um novo *habitus* a partir da história e das memórias da Escola de Administração da UFRGS. Para tanto, Cotta (2017) lançou mão de levantamento documental e fotográfico, além de entrevistas de história oral com sujeitos vinculados à instituição no período analisado.

Como destaca Cotta (2017), a escolha criteriosa dos depoentes revelou-se acertada, uma vez que os relatos obtidos contribuíram significativamente para os objetivos da pesquisa, evidenciando experiências relacionadas à memória institucional e indícios da constituição de um novo *habitus*. Os testemunhos analisados revelaram práticas sociais institucionalizadas na unidade acadêmica, evocando, nos depoentes, sentimentos de pertencimento à universidade (Cotta, 2017).

No âmbito de investigações publicadas em periódicos acadêmicos, destaca-se o estudo de Gutierrez e Borges (2017), publicado na revista *Mouseion*, do Museu e Arquivo Histórico La Salle. As autoras objetivaram desvelar as memórias institucionais do Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS, por meio da sistematização de sua trajetória entre os anos de 1959 e 2016.

Os resultados obtidos apontam que, no referido instituto, formou-se um grupo de indivíduos que, ao longo do tempo, vem articulando um espaço de memórias compartilhadas, espaço este dinâmico e marcado por diferentes perspectivas, convergências e conflitos (Gutierrez; Borges, 2017). Esse movimento coletivo contribui, segundo Gutierrez e Borges (2017), para a constituição e permanência da instituição no tempo, mediante o trabalho conjunto e a produção de registros documentais. As constantes transformações observadas no decorrer da pesquisa, de acordo com as autoras, reforçam a importância de aprofundar os estudos sobre memória institucional (Gutierrez; Borges, 2017).

Em continuidade às investigações sobre o Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS, Gutierrez e Borges (2020) analisaram, em novo artigo, a memória institucional da unidade durante um período de crise institucional compreendido

entre 1985 e 2001. No âmbito da referida pesquisa, as autoras compreendem a memória institucional como resultado das relações coletivas de trabalho, bem como dos artefatos e documentos selecionados, preservados ou descartados, cuja combinação pode gerar estabilidade ou instabilidade, conforme os sentidos produzidos (Gutierrez; Borges, 2020).

Entre os achados, destacam-se os depoimentos que evidenciam os impactos da mudança da sede do instituto para o Campus do Vale, evento que gerou uma crise institucional, afetando a institucionalização da unidade, alterando hábitos e padrões e comprometendo, por um período, sua eficácia. As autoras observam, ainda, que, quando a mudança institucional é percebida como uma ameaça aos valores fundamentais da organização, os efeitos sobre a memória institucional podem ser prolongados (Gutierrez; Borges, 2020).

Com base nas pesquisas analisadas, observa-se que a memória institucional da UFRGS tem sido abordada a partir de enfoques distintos; entretanto, todos os trabalhos concentram-se na análise de unidades acadêmicas específicas, como a Escola de Engenharia, a Escola de Administração e o Instituto de Matemática e Estatística, sem contemplar a universidade como um todo. Ademais, entre as pesquisas examinadas, apenas o estudo de Gutierrez e Borges (2020) tratou da memória institucional em um contexto de crise, ainda assim restrito a uma unidade acadêmica isolada.

De toda forma, os estudos evidenciam a relevância da memória institucional para o fortalecimento do senso de pertencimento e para a sustentação da continuidade institucional ao longo do tempo. Tais aportes teóricos e empíricos contribuem para a compreensão do objeto desta pesquisa, ao mesmo tempo em que evidenciam uma lacuna a ser explorada: a análise da memória institucional da universidade como um todo, especialmente diante de um evento extremo que mobilizou diferentes setores e agentes institucionais.

Considerando esse contexto, a próxima seção aprofunda a discussão sobre o papel das narrativas e dos documentos nos processos de construção da memória institucional, mobilizando autores que compreendem os registros documentais como produções sociais atravessadas por disputas de sentido, práticas de rememoração e processos de circulação narrativa.

2.3 Narrativas documentais

A relação entre narrativas e documentos é fundamental para compreender como as instituições constroem sua memória. Conforme visto nas seções anteriores, a memória institucional envolve escolhas, interpretações e estratégias que articulam o passado às demandas do presente (Thiesen, 2013; Barbosa, 2010). Nesse contexto, torna-se relevante examinar o papel da narrativa nesse processo, razão pela qual, nesta seção, discute-se seu uso como recurso na construção da memória institucional, tomando como referência abordagens teóricas que a compreendem como uma construção dinâmica, orientada por propósitos específicos.

Para aprofundar essa compreensão, é importante considerar as contribuições de Le Goff (1990), que destaca o papel dos documentos como instrumentos fundamentais da memória coletiva. Segundo Le Goff (1990), a memória coletiva opera por meio de diversos instrumentos, entre os quais estão os documentos, entendidos como vestígios do passado. Nesse sentido, Samaran (1961 *apud* Le Goff, 1990) propõe uma concepção ampliada do termo, que abrange não apenas os registros escritos, mas também aqueles transmitidos por imagens, sons ou outras formas de expressão. É com base nessa concepção ampliada de documento que se orienta a presente pesquisa.

Ainda de acordo com Le Goff (1990), o documento não deve ser compreendido como um vestígio neutro ou passivo do passado. Trata-se, ao contrário, de um produto social, resultante das condições históricas e das relações de poder presentes no contexto de sua produção. O autor enfatiza que todo documento é fruto de uma montagem, consciente ou inconsciente, moldada tanto pela época e pela sociedade que o produziu quanto pelas interpretações e manipulações posteriores, inclusive por meio do esquecimento ou do silêncio (Le Goff, 1990).

Dessa forma, Le Goff (1990) sustenta que nenhum documento representa uma verdade absoluta, uma vez que todos, em maior ou menor grau, constituem construções interpretativas. Por isso, seu conteúdo deve ser abordado de maneira crítica, buscando superar o significado aparente e revelar as intenções, disputas e condições que o constituíram (Le Goff, 1990).

Partindo dessa perspectiva crítica sobre o caráter construído do documento, Ketelaar (2001) amplia a discussão ao voltar-se para os arquivos e para os processos que lhes dão forma. O autor propõe compreendê-los como produtos de práticas sociais e culturais, e não como repositórios neutros de informação (Ketelaar, 2001). As formas de criação, organização e uso dos registros variam conforme os contextos históricos, refletindo valores, normas e interesses específicos (Ketelaar, 2001).

Além de registrar acontecimentos, os processos arquivísticos também os produzem, pois a seleção, a classificação e a preservação envolvem escolhas e interpretações que determinam o que é considerado digno de permanecer (Ketelaar, 2001). Cada interação com o documento, na criação, na descrição ou na leitura, reinscreve seus sentidos e o insere em novos contextos, tornando o arquivo um espaço de significação contínua (Ketelaar, 2001).

Em continuidade a essa reflexão, Ketelaar (2002) aprofunda o debate ao destacar que os arquivos operam em um campo de tensões entre poder e proteção. Ao mesmo tempo em que podem reforçar estruturas de autoridade e controle, também oferecem possibilidades de reinterpretação e ressignificação quando deslocados de seus contextos originais (Ketelaar, 2002). Nessa perspectiva, o autor evidencia que os registros não possuem significados fixos: seu valor é constantemente reconstituído nas práticas que os produzem, administram e utilizam. Assim, os arquivos assumem um papel ambíguo, tanto instrumentos de dominação quanto espaços de mediação e negociação simbólica (Ketelaar, 2002).

A noção de “comunidades de registro”, desenvolvida por Ketelaar (2005, p. 54), amplia essa compreensão ao situar os arquivos no interior das redes de relações que sustentam a vida social. Os significados documentais emergem das interações entre pessoas, instituições e registros, nas quais o ato de compartilhar, reutilizar e reinterpretar os documentos fortalece vínculos de pertencimento e produz memórias coletivas (Ketelaar, 2005). Nessa dinâmica, os registros tornam-se ativos à medida que circulam e são recontextualizados, adquirindo novos sentidos em diferentes usos e tempos (Ketelaar, 2005).

Ao compreender os arquivos como espaços de ação e reinterpretação, Ketelaar (2005) aproxima a noção de documento de uma lógica narrativa, na qual o

sentido é continuamente produzido e renegociado nas práticas sociais. Essa perspectiva permite compreender o papel das narrativas na construção e atualização das memórias institucionais, a partir das contribuições de Linde (2005; 2008).

Para Linde (2008), a narrativa constitui uma unidade discursiva que articula não apenas os eventos passados, mas também as avaliações e os significados atribuídos a esses acontecimentos. A autora destaca ainda que as narrativas desempenham funções centrais na vida das instituições, como a manutenção da continuidade institucional, a negociação de relações de poder, o gerenciamento de mudanças, a socialização de novos membros e a condução das atividades cotidianas (Linde, 2005).

Além de dar forma ao passado, as narrativas também influenciam o comportamento presente dos sujeitos. Linde (2008) ressalta que as respostas às narrativas orientam percepções sobre como agir, estabelecem expectativas quanto aos resultados de determinadas ações e definem critérios de pertencimento e reconhecimento institucional. Assim, as narrativas são utilizadas não apenas para representar o passado, mas também para interpretá-lo, modificá-lo ou contestá-lo (Linde, 2008).

Segundo Linde (2005), existem duas abordagens fundamentais para o estudo da narrativa em instituições. A primeira evidencia seu uso nas atividades cotidianas, tanto por membros da organização quanto por agentes externos. A segunda aborda o papel das narrativas na reprodução institucional. Nesses processos, as instituições moldam as narrativas por meio de restrições formais e normativas, assim como são moldadas por elas, uma vez que essas narrativas desempenham papel ativo na constituição e na manutenção das estruturas institucionais (Linde, 2005).

Entre os instrumentos disponíveis para as práticas de memória das instituições, Linde (2008) destaca a produção e a manutenção de registros escritos, a exemplo dos documentos, como recursos fundamentais para a memorização. No entanto, conforme argumenta, esses materiais apenas se tornam memória institucional quando são ativados e mobilizados de maneira recorrente, pois, embora frequentemente confundidos com a própria memória, constituem apenas potenciais de memória (Linde, 2008). A memória institucional, portanto, não funciona como um

repositório desorganizado, mas como um sistema seletivo que privilegia determinados relatos e os utiliza para dar forma ao passado.

Dessa forma, Linde (2005) adverte que não basta que narrativas existam, é fundamental que circulem e sejam utilizadas. Narrativas que permanecem restritas a arquivos pouco acessados, ainda que preservadas, não exercem influência significativa sobre a vida institucional. Assim, as narrativas presentes em documentos constituem recursos centrais na construção da memória institucional, uma vez que permitem mobilizar seletivamente o passado para moldar um presente e um futuro desejados. Esse trabalho narrativo possibilita que as instituições afirmem prioridades, legitimem ações, interpretem mudanças ou reivindiquem direitos (Linde, 2008).

Essa ativação dos registros e do passado institucional depende, portanto, dos contextos e dos canais por onde as narrativas circulam, o que conduz à discussão sobre os meios de transmissão dessas narrativas nas instituições. Nesse aspecto, os documentos constituem fontes relevantes de narrativas institucionais, pois recontam a história da instituição, destacam mudanças ao longo do tempo e reforçam valores centrais (Linde, 2005). Além disso, discursos institucionais, especialmente em eventos formais, configuram espaços estratégicos para mobilizar narrativas do passado como referência para o presente e inspiração para o futuro. Mesmo eventos que não têm como foco a recordação podem funcionar como momentos de rememoração (Linde, 2005).

Esse processo é reforçado pela complexa relação entre as formas oral e escrita da narrativa institucional. Linde (2008) destaca o fluxo constante entre essas modalidades, que se fortalecem mutuamente. Os relatos transitam entre conversas informais, documentos, discursos e mídias audiovisuais, em uma circulação multimodal e contínua. Não há uma versão final ou definitiva da narrativa institucional, mas sim formas em disputa e em constante construção, de acordo com os contextos em que são mobilizadas (Linde, 2008).

Nesse fluxo narrativo, destacam-se os relatos recontados, aqueles que, por sua repetição, adquirem um *status* especial, pois são essas narrativas que mais contribuem para a forma como as instituições recordam seu passado (Linde, 2008). Ao longo do tempo, esses relatos estruturantes formam um conjunto central que

todos os membros são esperados a conhecer, sendo complementados por novas narrativas à medida que eventos marcantes são vivenciados (Linde, 2008).

Entre esses relatos centrais, destacam-se aqueles que marcam pontos de virada na trajetória institucional, como desastres evitados ou mudanças estratégicas que redefinem seu rumo (Linde, 2008). Essas narrativas heroicas, que envolvem tanto figuras de liderança quanto os grupos que compõem a instituição, reforçam a continuidade institucional ao enfatizar a superação de desafios. Nem todos esses relatos, contudo, decorrem de crises; muitos representam processos de crescimento e transformação da instituição (Linde, 2008).

Em síntese, a memória institucional configura-se como uma construção dinâmica, mediada por narrativas que interligam passado, presente e futuro (Linde, 2005; Linde, 2008). As contribuições de Ketelaar (2001; 2002; 2005) reforçam essa compreensão ao evidenciar que documentos e arquivos não apenas registram acontecimentos, mas participam das práticas que lhes atribuem sentido, moldando o que é preservado, reinterpretado e compartilhado ao longo do tempo. Nessa perspectiva, os registros tornam-se espaços de ação e reinterpretação, nos quais o passado é continuamente reinterpretado em novos contextos sociais e institucionais.

Como argumenta Linde (2008), as narrativas moldam e são moldadas pelas instituições, circulando por diferentes meios e articulando avaliações e significados atribuídos aos acontecimentos. Com base nessas aproximações teóricas, esta pesquisa compreende os documentos como formas narrativas ativas, cuja relevância depende de sua circulação e reativação nos contextos institucionais. Assim, mais do que vestígios do passado, os documentos configuram narrativas documentais que participam das práticas de rememoração pelas quais as instituições atribuem sentido aos acontecimentos e constroem sua memória ao longo do tempo.

À luz dessas discussões, o Quadro 1 apresenta uma síntese das bases conceituais que fundamentam esta pesquisa. Organizado em torno dos três eixos teóricos discutidos, quais sejam: memória social em situações de crise, memória institucional e disputas de sentido e narrativas documentais, o quadro reúne os conceitos centrais mobilizados nesta dissertação e evidencia as contribuições dos autores que orientam a compreensão do objeto de estudo e o desenvolvimento das análises apresentadas nos capítulos seguintes.

Quadro 1 — Síntese das bases conceituais

	Autores	Conceito para esta dissertação
Memória Social em situações de crise	Halbwachs (2006)	Memória é essencialmente coletiva; percepção dos eventos moldada por interações sociais.
	Pollak (1992)	Memória é seletiva, dinâmica e sujeita a rearrumação em momentos de crise.
	Candau (2016)	Distinção entre protomemória, memória de alto nível e metamemória; importância da memória forte como elemento estruturante.
	Arruda e Colácios (2024)	Eventos climáticos extremos podem constituir marcos estruturantes da memória social, delimitando um "antes" e um "depois" na trajetória coletiva.
	Farias e Pinto (2016)	Catástrofes geram dever de memória, atuando como resistência ao esquecimento.
	Neves (2013)	Eventos críticos rompem a continuidade da vida social, e sua elaboração ocorre por meio de narrativas, testemunhos, silêncios e disputas discursivas.
	Gonçalves et al. (2024)	A memória dos desastres é construída coletivamente por meio de narrativas que elaboram o trauma, a solidariedade e as experiências compartilhadas.
	Kokorsch <i>et al.</i> (2025)	A ativação da memória fortalece o aprendizado coletivo e a percepção do risco, enquanto seu silenciamento compromete a preparação para novos desastres.
Memória Institucional e disputas de sentido	Thiesen (2013)	Memória institucional como reflexo da trajetória coletiva; movimento entre lembrar e esquecer; função de manutenção e legitimação.

	Andrade (2002)	Institucionalizar é atribuir sentido e criar normas legitimadas socialmente.
	Santos e Valentim (2021)	Distinção entre memória institucional (legitimidade) e memória organizacional (eficácia e eficiência).
	Linde (2008)	Instituições como categorias amplas; memória institucional mediada por narrativas.
	Barbosa (2020)	Memória institucional (re)constrói eventos significativos, projetando o futuro com base no passado e no presente.
	Bratkowski (2016)	A memória institucional fortalece a identidade organizacional e subsidia a tomada de decisões por meio dos registros documentais.
	Cotta (2017)	As narrativas e memórias institucionais fortalecem o sentimento de pertencimento e contribuem para a formação do habitus institucional.
	Gutierrez e Borges (2017)	A memória institucional é construída coletivamente e sustentada por registros documentais e experiências compartilhadas.
	Gutierrez e Borges (2020)	A memória institucional é influenciada por crises e mudanças organizacionais, que podem reconfigurar práticas, valores e identidades.
Narrativas documentais	Le Goff (1990)	Documento entendido como produto social e construção interpretativa, moldado por contextos históricos e relações de poder, e não como vestígio neutro do passado.
	Ketelaar (2001)	Arquivos são produtos de práticas sociais e culturais. As formas de criação, organização e uso dos registros variam conforme os contextos históricos, refletindo valores, normas e interesses específicos.

	Ketelaar (2002)	Os arquivos produzem e transformam significados, atuando como espaços de poder, mediação e ressignificação da memória.
	Ketelaar (2005)	Os significados dos documentos são construídos nas comunidades de registro por meio de sua circulação, compartilhamento e reinterpretação.
	Linde (2005)	As narrativas sustentam a reprodução das instituições, orientando práticas, identidades e continuidade organizacional.
	Linde (2008)	A memória institucional é construída por narrativas continuamente mobilizadas, que atribuem sentido ao passado e orientam o presente.

Fonte: Autoria própria (2026).

A síntese apresentada no Quadro 1 reúne os principais conceitos que fundamentam esta pesquisa e evidencia a forma como eles são compreendidos ao longo desta dissertação. A memória social é entendida como um processo coletivo, dinâmico e seletivo, particularmente relevante em contextos de crise, nos quais eventos climáticos extremos podem constituir marcos significativos para a construção das lembranças compartilhadas. A memória institucional é compreendida como uma construção social continuamente produzida pelas instituições por meio de processos de seleção, legitimação e atribuição de sentidos ao passado, contribuindo para a consolidação de valores, referências e significados compartilhados. Por sua vez, as narrativas documentais são concebidas como formas de produção e circulação de sentidos, nas quais documentos e arquivos não apenas registram, mas também participam da construção, da atualização e da mobilização da memória institucional.

À luz dessas discussões, o próximo capítulo apresenta o contexto empírico da pesquisa, situando as enchentes de maio de 2024 e as circunstâncias que mobilizaram a produção das narrativas documentais analisadas.

3 CONTEXTO

Com base nas discussões teóricas desenvolvidas no capítulo anterior, torna-se necessário situar o contexto empírico no qual se insere a presente pesquisa, a fim de compreender as circunstâncias que mobilizaram a produção das narrativas documentais analisadas. Nesse sentido, as chuvas que desencadearam as enchentes em Porto Alegre, iniciadas em 27 de abril de 2024 na Região dos Vales, provocaram desastres em diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul e se estenderam de forma ininterrupta por cerca de dez dias (G1, 2024).

Durante esse período, rios como o Taquari e o Caí transbordaram, invadindo os municípios ao longo de seu percurso (G1, 2024). Como as bacias hidrográficas desses rios estão interligadas, o volume de água convergiu para o lago Guaíba, provocando uma enchente de grandes proporções em Porto Alegre e alcançando áreas da cidade que jamais haviam sido atingidas anteriormente (G1, 2024).

A Fotografia 1 mostra a ponte que liga as cidades de Lajeado e Estrela, em 3 de maio de 2024, completamente destruída pela força das águas.

Fotografia 1 — Ponte que liga os municípios de Lajeado e Estrela

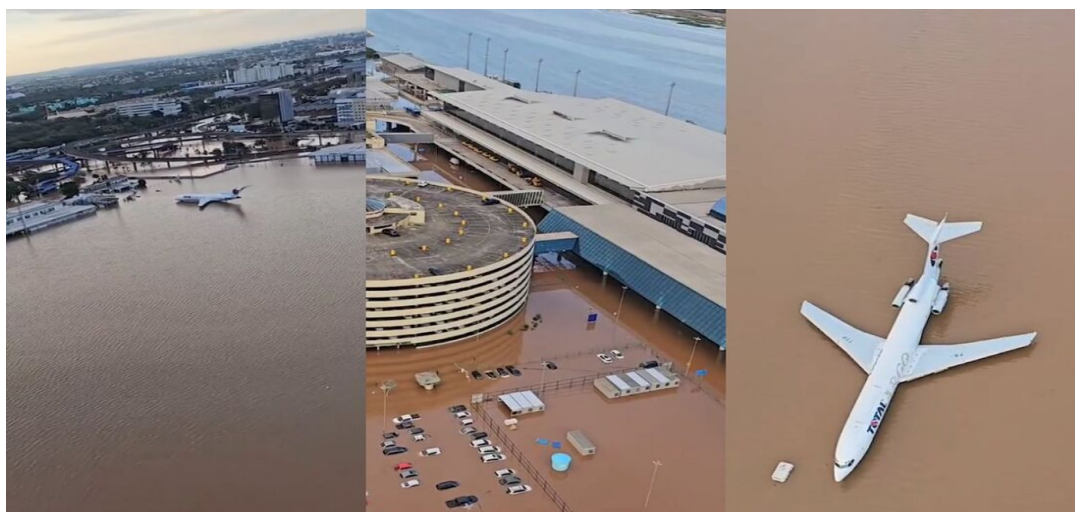


Fonte: AFP (2024).

Em 2 de maio de 2024, o lago Guaíba ultrapassou a cota de inundação ao atingir 3,63 metros, marcando o início do que viria a se configurar como o maior desastre natural já registrado na cidade de Porto Alegre (G1, 2024). Nos dias subsequentes, o nível das águas continuou a subir, alcançando, em 6 de maio de 2024, a marca histórica de 5,33 metros, o maior nível já registrado no lago (G1, 2024).

Essa elevação provocou consequências severas, afetando aproximadamente 160.210 pessoas, o que corresponde a cerca de 12% da população da capital gaúcha (SMAMUS, 2024; G1, 2024; Munhoz, 2024). Entre os impactos registrados, destacam-se o desalojamento de milhares de pessoas, bem como o fechamento da Estação Rodoviária de Porto Alegre e do Aeroporto Internacional Salgado Filho, conforme ilustrado na Fotografia 2.

Fotografia 2 — Aeroporto Internacional Salgado Filho inundado



Fonte: Folha de Pernambuco (2024).

As enchentes impactaram diretamente 46 bairros de Porto Alegre, abrangendo as regiões norte, central e sul da cidade (Munhoz, 2024). Entre os mais afetados, destacam-se os bairros Centro Histórico, Menino Deus, Sarandi, Farrapos, Humaitá, Ponta Grossa e Lami (Munhoz, 2024).

Nos bairros Farrapos e Humaitá, onde reside o autor desta pesquisa, a água começou a invadir as ruas no final da tarde de 3 de maio de 2024, avançando

continuamente durante a madrugada e a manhã do dia 4 de maio, conforme ilustrado na Fotografia 3.

Fotografia 3 — Início da enchente na Avenida A.J. Renner, no bairro Farrapos, Porto Alegre – RS



Fonte: Autoria própria (2024).

Nos dias subsequentes, o nível da água continuou a subir de maneira sem precedentes, chegando a cobrir completamente os veículos e a atingir quase a altura total das placas de sinalização instaladas ao longo da via. A Fotografia 4 ilustra o estado da Avenida A.J. Renner onze dias após o registro apresentado na Fotografia 3.

Fotografia 4 — Avenida A.J. Renner 11 dias após o início da enchente



Fonte: Autoria própria (2024).

É importante destacar que os setores da saúde e da educação também foram gravemente afetados, com o registro de 22 unidades de saúde e 160 escolas diretamente atingidas pelas inundações (Munhoz, 2024). A Fotografia 5 ilustra a situação da Unidade de Saúde Farrapos, localizada no bairro Farrapos, em Porto Alegre, durante o período das enchentes.

Fotografia 5 — Unidade de saúde Farrapos submersa pelas águas da enchente



Fonte: Rochol (2024).

Nesse cenário, a UFRGS também sofreu impactos diretos em uma de suas unidades acadêmicas: a Escola de Administração, situada no Centro Histórico de Porto Alegre, em uma das áreas do bairro afetadas pelas enchentes (Lungui, 2024). O andar térreo da unidade foi completamente devastado, resultando em perdas de equipamentos eletrônicos, mobiliário e livros da biblioteca, além da deterioração da estrutura física do edifício (Lungui, 2024).

Além da Escola de Administração, outra instalação da Universidade afetada pelas enchentes foi o prédio que abriga os transmissores da Rádio da Universidade, localizado no município de Eldorado do Sul. Nesse caso, a água invadiu o andar térreo da edificação, comprometendo sua rede elétrica (Lungui, 2024).

A Fotografia 6 mostra a Escola de Administração e parte de seu entorno durante as enchentes.

Fotografia 6 — Foto aérea da Escola de Administração durante as enchentes



Fonte: UFRGS (2024f).

Apesar dos desafios decorrentes do impacto direto em algumas de suas estruturas, a UFRGS desenvolveu uma série de iniciativas em resposta à emergência. Entre essas ações, destacam-se os esforços do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), que atuou no fornecimento de informações à população e à imprensa; o acolhimento de aproximadamente 600 pessoas no ginásio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid); e as atividades da Faculdade de Medicina Veterinária, que prestou assistência a animais resgatados (UFRGS, 2024e). A Fotografia 7 mostra o abrigo montado pela Universidade no ginásio da Esefid.

Fotografia 7 — Abrigo do ginásio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid).



Fonte: UFRGS (2024d).

Além dessas ações, que receberam maior visibilidade na imprensa, diversas outras unidades acadêmicas da Universidade também mobilizaram esforços. A própria Escola de Administração, apesar de diretamente atingida, elaborou uma cartilha de orientação à população para a solicitação de auxílios emergenciais, bem como um material de suporte voltado a empresas afetadas (UFRGS, 2024e). A Faculdade de Arquitetura, por sua vez, contribuiu com a produção de rodos para auxiliar na remoção da lama causada pelas inundações, entre outras iniciativas relevantes (UFRGS, 2024e).

A UFRGS também buscou posicionar-se como espaço de promoção de debates e reflexão sobre o evento, por meio de iniciativas como a da Faculdade de Ciências Econômicas, cujos docentes divulgaram um manifesto com recomendações de medidas econômicas voltadas ao enfrentamento da crise no Rio Grande do Sul (UFRGS, 2024e). Além disso, o Jornal da Universidade publicou diversos artigos e matérias com o objetivo de informar, refletir e fomentar o debate acerca das enchentes em suas múltiplas dimensões (UFRGS, 2024e).

Todas essas iniciativas foram documentadas em diferentes registros institucionais, evidenciando a atuação da UFRGS na produção e circulação de narrativas sobre o evento e constituindo base relevante para a análise da memória institucional da Universidade diante das enchentes.

Diante do exposto, há evidências dos esforços empreendidos pela UFRGS no enfrentamento de um evento extremo como as enchentes de maio de 2024, bem como na produção, circulação e preservação de documentos sobre sua atuação nesse contexto. Essas ações, documentadas em meios institucionais da própria Universidade, formam um conjunto significativo de narrativas documentais por meio das quais a UFRGS registra, interpreta e atribui sentidos à sua atuação diante da crise, oferecendo elementos relevantes para compreender como essas narrativas podem auxiliar nos processos de construção da memória institucional da universidade.

Ao tornar públicas essas experiências e reflexões, a UFRGS não apenas comunica sua atuação à sociedade, mas também produz narrativas e sentidos sobre si mesma, oferecendo elementos relevantes para compreender as relações entre memória institucional e acontecimentos críticos. Nesse processo, as narrativas documentais não se limitam a relatar fatos, mas podem servir como evidências para a compreensão do repertório simbólico da Universidade, seus valores, compromissos sociais e modos de agir diante de situações críticas. Com base nessas reflexões, o capítulo a seguir apresenta a metodologia da pesquisa, detalhando as escolhas que orientaram a análise das narrativas documentais.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na condução da pesquisa e na análise dos dados obtidos. Está organizado em três seções: classificação da pesquisa, coleta de dados e tratamento dos dados.

Na primeira seção, define-se a classificação da pesquisa, considerando o objetivo de compreender como as narrativas sobre as ações desenvolvidas pela UFRGS, durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção de sua memória institucional. Na segunda, apresentam-se os fundamentos teóricos dos instrumentos de coleta de dados utilizados, bem como os procedimentos de delimitação e composição do *corpus* documental. Por fim, a última seção aborda os métodos empregados no tratamento dos dados.

4.1 Classificação da Pesquisa

Considerando os objetivos estabelecidos para a presente pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, que busca explicar e compreender a dinâmica das relações sociais, explorando o universo dos significados, motivos, atitudes e crenças, elementos que não podem ser expressos de forma quantificável (Minayo, 2007). Além disso, a pesquisa apresenta caráter descritivo, uma vez que busca descrever as características de determinados fenômenos, estabelecer relações entre variáveis e identificar opiniões e atitudes de uma população (Gil, 2008).

A pesquisa qualitativa possui uma trajetória consolidada nas ciências humanas, tendo suas bases estabelecidas principalmente na sociologia e na antropologia (Denzin; Lincoln, 2006). Na sociologia, a Escola de Chicago, nas décadas de 1920 e 1930, foi pioneira ao enfatizar a relevância da investigação qualitativa para a compreensão da vida em grupos sociais (Denzin; Lincoln, 2006). Na antropologia, autores da área definiram os fundamentos do trabalho de campo, conferindo robustez metodológica à abordagem (Denzin; Lincoln, 2006). A pesquisa qualitativa desenvolveu-se de forma estreitamente articulada ao esforço de compreender o “outro”, ao mesmo tempo em que se expandiu significativamente para outras áreas

das ciências sociais e comportamentais, como a educação, a história e a ciência política (Denzin; Lincoln, 2006).

Na América do Norte, a pesquisa qualitativa desenvolveu-se em um contexto histórico dinâmico e sobreposto, estruturado em sete momentos que refletem mudanças profundas nos paradigmas, métodos e objetivos da investigação (Denzin; Lincoln, 2006). O primeiro, denominado período tradicional (1900-1950), foi marcado por uma abordagem positivista e colonialista, na qual predominavam relatos objetivos de campo, voltados à validação e à neutralidade científica, com forte presença da etnografia como método central (Denzin; Lincoln, 2006). Em seguida, a fase modernista (1950-1970) introduziu o realismo social e um esforço de formalização metodológica, incorporando novas correntes interpretativas, como a fenomenologia, a teoria crítica, o feminismo e a etnometodologia, ainda sob a influência do discurso positivista (Denzin; Lincoln, 2006).

A terceira fase, denominada momento dos gêneros obscuros (1970-1986), ampliou os horizontes da pesquisa qualitativa com a diversificação de paradigmas e métodos, como o estudo de caso, e com o uso crescente de entrevistas, observação, métodos visuais e o início da análise computacional de dados. Além disso, essa fase também trouxe maior atenção aos aspectos éticos e políticos da pesquisa (Denzin; Lincoln, 2006). A partir de meados da década de 1980, instala-se a crise da representação, em que obras de diversos autores passaram a questionar as formas tradicionais de escrita científica, lançando dúvidas sobre a objetividade, a validade e a autoridade científica, e abrindo espaço para epistemologias feministas, críticas e não ocidentais (Denzin; Lincoln, 2006).

No quinto momento (1990-1995), o pós-modernismo estimulou formas experimentais de etnografia, priorizando narrativas locais, a ação participativa e a valorização de vozes antes marginalizadas, substituindo o observador distante por um pesquisador mais engajado (Denzin; Lincoln, 2006). Já os dois momentos mais recentes, o pós-experimental (1995-2000) e o presente, denominado “futuro”, ampliam ainda mais as formas expressivas da pesquisa qualitativa, incorporando etnografias ficcionais, poesia, multimodalidade e uma orientação ética voltada aos compromissos com a justiça social e a democracia (Denzin; Lincoln, 2006).

Assim, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), quatro conclusões principais podem ser extraídas dessa trajetória: todas as fases anteriores ainda exercem influência sobre a prática atual; há uma diversidade crescente de paradigmas, métodos e critérios de validação; o campo vive um momento de intensa inovação e debate; e, por fim, a pesquisa qualitativa deixou de ser neutra, tornando-se sensível às questões de classe, raça, etnia e gênero, o que a posiciona como uma prática intrinsecamente multicultural.

Diante desse cenário dinâmico, a definição de pesquisa qualitativa deve necessariamente considerar seu contexto histórico, uma vez que seu significado se transforma ao longo do tempo, refletindo mudanças nos modos de ver e representar o mundo (Denzin; Lincoln, 2006). De modo geral, trata-se de uma atividade situada, na qual o pesquisador se posiciona no mundo com o objetivo de tornar visíveis aspectos da realidade por meio de práticas materiais e interpretativas (Denzin; Lincoln, 2006). Essa abordagem adota uma perspectiva naturalista e interpretativa, investigando os fenômenos em seus contextos naturais com o propósito de compreender os sentidos atribuídos pelas pessoas às suas experiências (Denzin; Lincoln, 2006).

Segundo Denzin e Lincoln (2006), os pesquisadores que atuam com pesquisa qualitativa partem da compreensão de que a realidade é socialmente construída, reconhecendo a interdependência entre pesquisador e objeto de estudo, bem como os limites contextuais da investigação. Além disso, assumem que os valores estão presentes em todas as etapas da pesquisa, o que contrasta com os estudos quantitativos, que priorizam a mensuração de variáveis e a identificação de relações causais sob a alegação de neutralidade e objetividade (Denzin; Lincoln, 2006).

Essa perspectiva está apoiada em um campo conceitual complexo e interligado, no qual a pesquisa qualitativa se desenvolve a partir de diversas influências, que vão do fundacionalismo e positivismo ao pós-fundacionalismo, pós-positivismo e pós-estruturalismo, incluindo também contribuições dos estudos culturais e das abordagens interpretativas (Denzin; Lincoln, 2006). Ademais, a pesquisa qualitativa incorpora variados paradigmas teóricos, como construtivismo, feminismo, marxismo, estudos culturais e modelos étnicos, refletindo sua natureza

transdisciplinar e sua aplicação em múltiplas áreas do conhecimento (Denzin; Lincoln, 2006).

Essa multiplicidade teórica se reflete também nas práticas metodológicas, pois a pesquisa qualitativa configura-se como um amplo campo interpretativo, marcado pela diversidade de métodos e pela ausência de um paradigma único e claramente definido (Denzin; Lincoln, 2006). Assim, a pesquisa qualitativa não privilegia um método em detrimento de outros, sustentando-se na combinação de múltiplas estratégias para aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais (Denzin; Lincoln, 2006).

Nesse contexto, os pesquisadores qualitativos utilizam diversos recursos, como estudo de caso, entrevistas, observação participante, análise documental, métodos visuais e experiências pessoais, além de recorrer a materiais empíricos variados, como textos históricos, culturais, interativos e visuais, para descrever significados cotidianos e contextos complexos vivenciados pelos sujeitos (Denzin; Lincoln, 2006).

Ademais, as técnicas analíticas também são diversas, abrangendo análise semiótica, narrativa, do discurso, de arquivos e até procedimentos quantitativos, como gráficos e estatísticas (Denzin; Lincoln, 2006). Essa variedade se manifesta, ainda, nas formas de apresentação dos resultados, que podem incluir prosa etnográfica, relatos em primeira pessoa, histórias de vida, narrativas, imagens e materiais autobiográficos (Denzin; Lincoln, 2006).

Todas essas ferramentas articulam-se às múltiplas perspectivas teóricas que compõem o campo da pesquisa qualitativa e, em determinados contextos, estabelecem diálogos com áreas das ciências físicas, ampliando seu alcance analítico. Essa abertura contribui para torná-la sensível às sensibilidades modernas, pós-modernas e pós-experimentais, no esforço de descrever e interpretar a complexidade do mundo social (Denzin; Lincoln, 2006).

Assim sendo, a pesquisa qualitativa exige do pesquisador mais do que a simples coleta e relato de dados, pois suas interpretações são construídas ativamente, resultando de um processo complexo de engajamento com o campo e com o material empírico (Denzin; Lincoln, 2006). Esse processo envolve teoria, método e análise, todos influenciados pela identidade social e cultural do

pesquisador, incluindo sua classe, raça, gênero e origem cultural (Denzin; Lincoln, 2006).

Nesse contexto, o pesquisador qualitativo passa a ser concebido como alguém que articula conhecimentos e métodos oriundos de diferentes disciplinas e tradições teóricas, construindo narrativas complexas sobre os fenômenos estudados (Denzin; Lincoln, 2006). Essa concepção amplia as possibilidades analíticas da pesquisa qualitativa, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso com a compreensão profunda da experiência humana em toda a sua complexidade (Denzin; Lincoln, 2006).

No contexto desta pesquisa, esse papel ativo do pesquisador adquire um caráter ainda mais significativo, pois o fenômeno das enchentes de maio de 2024 foi por ele vivenciado tanto em sua dimensão institucional, no âmbito da UFRGS, quanto em sua esfera pessoal. Essa experiência conferiu um olhar sensível e humanizado sobre o fenômeno estudado, permitindo uma aproximação empática com as narrativas documentais analisadas. Assim, na presente pesquisa, tal condição não foi compreendida como um viés a ser eliminado, mas como um diferencial metodológico e interpretativo, que favoreceu a percepção de nuances de sentido, silenciamentos e ênfases presentes nas construções narrativas.

Ao mesmo tempo, essa vivência exigiu uma postura reflexiva permanente, orientada por registros sistemáticos das decisões analíticas e pelo exercício constante de explicitação dos pressupostos e afetos mobilizados no processo interpretativo. Desse modo, o olhar humanizado do pesquisador tornou-se parte integrante da própria estratégia de análise, articulando sensibilidade e rigor no esforço de compreender o fenômeno estudado.

Por todo o exposto, a adoção de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo revelou-se fundamental para aprofundar a compreensão da memória institucional da UFRGS, uma vez que permitiu explorar detalhadamente as narrativas construídas sobre as ações da Universidade durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024. Essa abordagem possibilitou não apenas a identificação e descrição das ações implementadas pela Universidade, mas também a compreensão de como essas iniciativas se articulam e contribuem para a construção da memória

institucional, evidenciando os sentidos e significados atribuídos coletivamente a essas experiências.

4.2 Coleta de Dados

Diante da variedade de métodos disponíveis para pesquisas qualitativas de caráter descritivo, esta investigação adotou a pesquisa documental como estratégia de coleta de dados. Por meio dessa abordagem, buscou-se identificar e compreender as narrativas sobre as ações desenvolvidas pela UFRGS durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, tomando os documentos analisados como narrativas documentais, conforme discutido no capítulo teórico.

Gerhardt e Silveira (2009) definem a pesquisa documental como aquela que utiliza documentos contemporâneos ou retrospectivos considerados cientificamente autênticos. Esses documentos podem ser classificados como de primeira mão, quando não foram previamente analisados, ou de segunda mão, quando já passaram por algum tipo de análise. Além disso, a pesquisa documental abrange documentos públicos, privados e dados de registro, sendo amplamente empregada nas ciências sociais para descrever e comparar fatos sociais, bem como para identificar suas características e tendências (Gerhardt; Silveira, 2009).

Considerando que grande parte das interações e dos registros contemporâneos ocorre em ambiente virtual, tanto o fenômeno estudado quanto as ações da UFRGS foram amplamente documentados por meios eletrônicos. Nesse sentido, Gerhardt e Silveira (2009) ressaltam a importância da pesquisa eletrônica, destacando, contudo, a necessidade de avaliar criteriosamente a procedência das informações obtidas em meios digitais. Por esse motivo, foram selecionados apenas documentos disponibilizados pela UFRGS em seus canais oficiais, reconhecidamente confiáveis e cuja autenticidade pode ser verificada.

Nessa direção, para além do critério de confiabilidade das fontes, a coleta de dados também se fundamentou na compreensão de que os documentos constituem expressões das narrativas institucionais, isto é, registros que materializam as interpretações da instituição acerca de eventos e ações. Nessa perspectiva, Clandinin e Connelly (2015) compreendem a pesquisa narrativa como uma

abordagem apropriada para a compreensão da experiência humana e reconhecem os documentos como fontes valiosas para a apreensão das experiências vividas, configurando-se como elementos relevantes na construção das narrativas investigativas (Clandinin; Connelly, 2015).

Embora a pesquisa narrativa seja, por vezes, simplificada como o ato de contar e registrar histórias, acompanhadas de reflexões de participantes e pesquisadores, seu processo investigativo é substancialmente mais complexo. Nesse sentido, a transformação dos dados em textos de pesquisa exige um esforço interpretativo rigoroso, sensível às nuances das experiências vividas (Clandinin; Connelly, 2015). Além disso, a construção do texto analítico envolve, necessariamente, a formulação de questões que atribuam sentido e significância social ao material examinado. São essas questões que orientam o processo de análise e interpretação, constituindo o núcleo da prática narrativa (Clandinin; Connelly, 2015).

Nesse processo, cabe ao pesquisador discernir quais documentos são mais pertinentes ao objetivo narrativo da investigação (Clandinin; Connelly, 2015), assim como à análise da memória institucional em questão. Esse discernimento não se limita à seleção do material, mas também implica sua organização e sistematização de modo coerente com o percurso analítico adotado. Segundo Clandinin e Connelly (2015), tal procedimento assemelha-se a uma atividade de arquivamento, envolvendo leitura atenta, categorização e marcação de elementos como datas, personagens, contextos e temas recorrentes nos registros.

Partindo dessa compreensão acerca da necessidade de organizar o material de forma criteriosa e fundamentada, a sistematização do *corpus* documental incorporou a noção de tipo documental a partir da perspectiva da Arquivologia, conforme a análise diplomática e tipológica proposta por Bellotto (2002). Para a autora, o tipo documental resulta da combinação entre a espécie documental e a função ou o ato que lhe deu origem, estando diretamente relacionado à finalidade que orienta sua produção no contexto da entidade produtora (Bellotto, 2002).

A partir dessa perspectiva, tornou-se possível organizar os documentos institucionais conforme sua razão administrativa, comunicacional ou institucional, distinguindo, por exemplo, reportagens jornalísticas institucionais de materiais

audiovisuais institucionais e de outros registros produzidos no exercício de funções específicas da Universidade (Bellotto, 2002).

Essa operação classificatória, no entanto, não foi compreendida, nesta pesquisa, como um procedimento neutro ou meramente técnico, mas como uma prática atravessada por escolhas, valores e interpretações. Tal compreensão dialoga com a perspectiva crítica desenvolvida por Ketelaar (2001; 2002), já discutida na seção dedicada às narrativas documentais e retomada aqui em razão de sua relevância para a compreensão dos critérios de organização e interpretação do *corpus* documental.

Ao compreender os arquivos e os documentos como produtos de práticas sociais e culturais, Ketelaar (2001) evidencia que os processos de criação, seleção, organização e uso dos documentos não apenas registram acontecimentos, mas participam ativamente de sua produção simbólica, determinando o que é preservado, esquecido ou enfatizado ao longo do tempo (Ketelaar, 2001). Nessa perspectiva, a classificação tipológica dos documentos institucionais, ainda que ancorada nos critérios técnicos propostos por Bellotto, foi entendida, nesta pesquisa, como parte de um processo mais amplo de construção de sentidos, no qual cada ato de organização reinscreve os documentos em novos contextos de significação (Ketelaar, 2001).

Em continuidade a essa abordagem, Ketelaar (2002) contribui para a compreensão dos documentos institucionais ao situar os arquivos em um campo de tensões entre poder e proteção, destacando que os registros não possuem significados fixos, mas são continuamente reconstituídos nas práticas que os produzem, administram e utilizam. Tal entendimento reforça a pertinência de articular a tipologia documental a uma leitura sensível às condições históricas e institucionais de produção dos registros, reconhecendo que os documentos podem operar simultaneamente como instrumentos de autoridade e como espaços de mediação e ressignificação (Ketelaar, 2002).

Dessa forma, a articulação entre a contribuição técnica de Bellotto (2002) e a perspectiva crítica de Ketelaar (2001; 2002) constituiu um eixo central da metodologia adotada, pois possibilitou, simultaneamente, o rigor na organização e na definição dos tipos documentais e a ampliação analítica necessária para

compreender os documentos, em seus diferentes suportes e formatos, como narrativas documentais ativas na construção da memória institucional da UFRGS.

A partir dessa articulação metodológica, a análise documental, inserida na abordagem narrativa, pode ser compreendida como uma espécie de arqueologia da memória e do significado, uma vez que envolve o exame minucioso de vestígios que revelam modos de ser, perceber e interpretar o vivido (Clandinin; Connelly, 2015). Nesse contexto, retoma-se a compreensão de Le Goff (1990), para quem o documento não constitui um vestígio neutro ou passivo do passado, mas sim um produto social, resultante das condições históricas e das relações de poder em que foi produzido. Essa perspectiva articula-se à concepção de Linde (2008), que define a narrativa como a unidade discursiva que expressa não apenas os eventos passados, ou seja, o que aconteceu, mas também as avaliações e os significados atribuídos a esses acontecimentos.

Com base nessas fundamentações teóricas, os documentos reunidos nesta pesquisa foram analisados não apenas como registros objetivos das ações desenvolvidas pela UFRGS durante e após as enchentes de maio de 2024, mas como narrativas documentais, isto é, construções narrativas que expressam sentidos, valores e estratégias de rememoração.

Por essa razão, a integração das abordagens documental e narrativa constituiu o alicerce metodológico da pesquisa, uma vez que permitiu o acesso tanto aos vestígios concretos das ações institucionais quanto aos sentidos subjetivos e coletivos que emergem desses registros. Dessa maneira, a análise buscou compreender como essas narrativas não apenas documentam as ações da instituição, mas também constroem sua memória institucional, interpretando os documentos como expressões organizadas de experiências vividas.

A partir desse enquadramento teórico-metodológico, tornou-se necessário explicitar como tais pressupostos se materializaram na constituição empírica da pesquisa. Assim, a definição do conjunto documental analisado, isto é, a delimitação das fontes, do recorte temporal e dos critérios de seleção, decorreu diretamente dessas fundamentações, sendo apresentada na subseção seguinte.

4.2.1 Delimitação e Composição do Corpus Documental

Em consonância com o referencial teórico-metodológico apresentado na seção anterior, esta subseção detalha os procedimentos adotados para a delimitação e a composição do *corpus* documental da pesquisa, explicitando a forma como os pressupostos teóricos se materializaram na construção do conjunto empírico. Assim, o *corpus* reúne narrativas documentais produzidas e publicadas pela UFRGS no período compreendido entre maio de 2024 e maio de 2025, constituindo a base a partir da qual se desenvolveu a análise.

Integram esse conjunto: (i) matérias publicadas no Jornal da Universidade; (ii) o Relatório de Gestão da UFRGS referente ao exercício de 2024; e (iii) materiais audiovisuais institucionais divulgados em canais oficiais da universidade, especialmente aqueles vinculados ao Seminário de Emergência Climática e Ambiental e ao Summit em Mudanças Climáticas. A composição do *corpus* documental, segundo o tipo documental, o produtor ou órgão responsável e a quantidade de documentos analisados, é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 — Composição do *corpus* documental da pesquisa

Tipo documental	Produtor / Órgão	Quantidade
Reportagem jornalística institucional	Jornal da Universidade / UFRGS	62
Relatório de gestão institucional	Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Administração Central	1
Material audiovisual institucional	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS TV / Comunicação Institucional / Climate Change Summit	4
Total		67

Fonte: Autoria própria (2026).

A definição dessas fontes decorreu de seu caráter formal e público de comunicação e transparência institucional. O Jornal da Universidade constitui um

dos principais meios de divulgação institucional da universidade; o Relatório de Gestão é documento oficial de prestação de contas e sistematização anual das ações institucionais; e os vídeos institucionais operam como dispositivos de síntese, projeção e enquadramento público da atuação universitária. Em conjunto, esses materiais permitem observar como a universidade organiza, apresenta e estabiliza narrativas sobre sua atuação diante das enchentes de maio de 2024, mobilizando diferentes suportes discursivos e envolvendo a administração central, pró-reitorias, unidades acadêmicas e projetos institucionais.

O recorte temporal adotado, de maio de 2024 a maio de 2025, foi aplicado de forma uniforme a todas as fontes analisadas. Esse intervalo abrange tanto a fase emergencial das enchentes quanto os movimentos subsequentes de elaboração institucional e projeção pública do acontecimento, incluindo os eventos promovidos pela universidade após a crise. Para fins classificatórios, adotou-se um critério temporal objetivo: documentos publicados até 31 de maio de 2024 foram registrados como referentes ao contexto “Enchentes de maio de 2024”, enquanto aqueles publicados a partir de 1º de junho de 2024 foram classificados como “Pós-enchentes de maio de 2024”, independentemente de seu conteúdo discursivo.

A coleta teve início com o levantamento sistemático das publicações disponíveis no Jornal da Universidade, mediante a utilização do termo de busca “enchente” no mecanismo interno do site. A busca foi realizada sem filtros adicionais, de modo a garantir amplitude inicial e evitar exclusões prévias. Todos os resultados obtidos foram registrados em planilha de controle documental, independentemente de sua pertinência temática imediata.

Paralelamente, foi incluído no levantamento o Relatório de Gestão da UFRGS referente ao exercício de 2024, documento cuja existência era previamente conhecida pelo pesquisador em razão de sua atuação como servidor da universidade. O documento foi localizado no portal oficial de governança da universidade e incorporado à planilha de controle documental, por conter seção específica dedicada às enchentes, na qual são sistematizadas ações, impactos e decisões institucionais associadas ao evento.

Os materiais audiovisuais foram identificados por meio de busca dirigida nos canais oficiais da universidade, adotando-se como critérios de seleção a publicação

dentro do recorte temporal estabelecido e a presença de referência direta às enchentes de maio de 2024 e à atuação da UFRGS durante e após o evento. No que se refere especificamente a esses materiais, a análise restringiu-se ao conteúdo verbal, a partir de sua transcrição integral, não sendo realizada análise fílmica ou semiótica dos elementos visuais.

Ao final do processo de levantamento, foi registrado um total de 170 documentos em uma planilha de controle documental elaborada pelo pesquisador. Para organizar esse conjunto, a planilha foi estruturada com os seguintes campos: tipo documental, título, data de publicação, produtor/órgão, resumo, link de acesso, suporte, contexto de publicação, rótulo analítico, grau de pertinência e observações. Essa sistematização permitiu garantir a rastreabilidade dos registros, a transparência metodológica e a distinção clara entre o universo documental identificado e o conjunto efetivamente submetido à análise.

Após o registro integral dos 170 documentos, procedeu-se a uma triagem orientada pelo critério de densidade institucional, entendido como a presença de registros de ações desenvolvidas pela UFRGS, processos de articulação institucional, produção e difusão de orientações e saberes, posicionamentos públicos e iniciativas de gestão vinculadas ao enfrentamento das enchentes e a seus desdobramentos.

Com base nesse critério, cada documento foi classificado quanto ao seu grau de pertinência analítica como alta, moderada ou baixa. Foram considerados de pertinência alta os documentos que evidenciavam forte centralidade institucional, protagonismo da universidade ou processos de consolidação narrativa do acontecimento. Foram classificados como de pertinência moderada aqueles que mantinham vínculo com a atuação institucional, mas apresentavam caráter predominantemente informativo ou menor densidade analítica. Documentos sem relação direta com ações ou decisões institucionais foram classificados como de pertinência baixa e mantidos apenas como registro de controle.

Ao término da triagem, 67 documentos foram classificados como de pertinência alta ou moderada, compondo o *corpus* documental submetido à análise temática, enquanto os demais registros permaneceram arquivados apenas como referência metodológica. A construção desse *corpus* resultou, assim, de um processo

sistemático, transparente e explicitamente fundamentado, que articulou levantamento exaustivo, aplicação uniforme do recorte temporal e triagem por densidade institucional, assegurando coerência metodológica com o objetivo da pesquisa de compreender como as narrativas documentais sobre as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção de sua memória institucional.

4.3 Tratamento dos Dados

Para a análise dos documentos coletados, foi empregada a técnica de análise temática, um método que exige do pesquisador um papel ativo na identificação e interpretação dos temas a partir dos dados (Braun; Clarke, 2006). Essa metodologia é utilizada para identificar, analisar e relatar padrões dentro de um conjunto de dados, além de organizar e descrever detalhadamente as informações coletadas (Braun; Clarke, 2006).

A análise temática configura-se como uma ferramenta flexível, podendo ser adaptada às necessidades específicas da pesquisa, e possibilita a construção de um conjunto de dados detalhado, complexo e rico (Braun; Clarke, 2006). Conforme proposto por Braun e Clarke (2006), a análise temática segue um procedimento estruturado em seis fases: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão de temas, definição e nomeação de temas e, por fim, produção do relatório.

Além de oferecerem uma descrição abrangente de sua aplicação, Braun e Clarke (2006) destacam um conjunto de decisões fundamentais que devem ser explicitadas pelo pesquisador. Tais decisões orientam a condução da análise e permitem compreender as escolhas realizadas ao longo do processo investigativo.

A primeira delas diz respeito à forma de condução da análise, que pode ser orientada por uma abordagem mais ampla, voltada à descrição dos principais temas presentes no conjunto de dados, ou por uma abordagem mais aprofundada, centrada em um tema específico (Braun; Clarke, 2006). No contexto desta pesquisa, a análise foi conduzida de forma abrangente, buscando inicialmente identificar e

organizar os padrões de sentido presentes no *corpus* documental como um todo. Posteriormente, esses padrões foram progressivamente aprofundados, especialmente nas fases de revisão e definição dos temas, permitindo uma compreensão mais refinada das narrativas analisadas.

A segunda decisão refere-se ao processo de identificação dos temas, que pode ser realizado de maneira indutiva, quando os padrões emergem diretamente dos dados, sem vinculação prévia a pressupostos teóricos, ainda que inevitavelmente permeada por influências epistemológicas, ou de forma teórica (ou dedutiva), quando a codificação é orientada por interesses analíticos do pesquisador (Braun; Clarke, 2006). Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem predominantemente indutiva, na qual os códigos e temas emergiram a partir do contato direto com os dados, ainda que orientados pela questão de pesquisa e pelo referencial teórico. Essa escolha possibilitou maior sensibilidade aos sentidos produzidos nos documentos, evitando a imposição prévia de categorias analíticas.

A terceira decisão envolve o nível em que os temas serão identificados: semântico ou latente. A análise semântica concentra-se nos significados explícitos presentes nos dados, limitando-se ao que foi diretamente expresso. Essa abordagem geralmente se desenvolve a partir de uma descrição inicial até alcançar a interpretação dos padrões e de suas implicações (Braun; Clarke, 2006). Em contraste, a análise latente ultrapassa o nível superficial da linguagem, buscando identificar ideias, pressupostos e ideologias subjacentes que estruturam os discursos, o que demanda uma abordagem interpretativa mais aprofundada e sustentada teoricamente (Braun; Clarke, 2006). Nesse sentido, a análise desenvolvida na presente pesquisa ocorreu em nível latente, buscando compreender não apenas os significados explícitos presentes nos documentos, mas também os pressupostos, valores e interpretações subjacentes às narrativas institucionais.

Por fim, as autoras ressaltam que a análise temática pode ser conduzida a partir de diferentes paradigmas epistemológicos. Em uma perspectiva essencialista ou realista, entende-se que a linguagem expressa de forma direta as experiências e os significados vivenciados pelos participantes, permitindo uma interpretação relativamente objetiva dos dados. Já na abordagem construcionista, parte-se do princípio de que significados e experiências são socialmente produzidos e

reproduzidos, sendo, portanto, fundamental considerar os contextos socioculturais e estruturais que os moldam (Braun; Clarke, 2006). Nesse sentido, na presente pesquisa, a análise foi conduzida a partir de uma perspectiva construcionista, considerando que os sentidos atribuídos às experiências e às ações institucionais são socialmente produzidos e mediados por contextos históricos, culturais e organizacionais. Assim, as narrativas documentais são compreendidas como construções que participam ativamente da construção da memória institucional.

A partir dessas definições, a análise temática foi operacionalizada de acordo com as seis fases propostas por Braun e Clarke (2006), conforme descrito a seguir. Na primeira fase da análise temática, pode-se trabalhar com dados coletados pelo próprio pesquisador ou por terceiros. Independentemente da origem dos dados, é essencial que o pesquisador se familiarize profundamente com sua extensão e complexidade, processo que envolve leituras repetidas e ativas, em busca de significados e padrões (Braun; Clarke, 2006).

Segundo Braun e Clarke (2006), idealmente, todo o conjunto de dados deve ser lido pelo menos uma vez antes do início da codificação, pois as ideias e a identificação de padrões vão se desenvolvendo durante essa leitura. Nesta etapa inicial, recomenda-se também a tomada de notas ou o registro de ideias para codificação, que serão retomadas posteriormente, momento em que o processo formal de codificação se inicia e passa a ser refinado ao longo da análise (Braun; Clarke, 2006).

No caso de dados verbais, como discursos, é necessária, nesta fase, a transcrição para viabilizar a análise temática (Braun; Clarke, 2006). Contudo, diferentemente de outras abordagens qualitativas, a análise temática não exige transcrições detalhadas, não havendo um padrão único a ser seguido (Braun; Clarke, 2006). O requisito mínimo consiste em uma transcrição ortográfica rigorosa e cuidadosa, que represente literalmente todas as expressões verbais, assegurando que as informações relevantes sejam mantidas de forma fiel à sua natureza original (Braun; Clarke, 2006).

No âmbito desta pesquisa, a transcrição dos materiais audiovisuais selecionados foi realizada com o auxílio da ferramenta Google Vids, responsável pela conversão automatizada da fala em texto. Posteriormente, essas transcrições

foram integralmente revisadas e corrigidas, com vistas à eliminação de imprecisões, ao ajuste da pontuação e à garantia de fidelidade ao conteúdo originalmente expresso.

Ainda no que se refere à transparência dos procedimentos adotados na elaboração desta dissertação, destaca-se que ferramentas de Inteligência Artificial foram utilizadas de forma complementar para apoio à revisão gramatical, ortográfica e de fluidez textual, bem como à tradução do resumo para a língua inglesa (*abstract*). A declaração detalhada acerca da utilização dessas ferramentas encontra-se apresentada no Apêndice A.

Consideradas essas observações metodológicas complementares, a fase de familiarização envolveu a leitura integral dos 67 documentos selecionados, bem como a revisão dos resumos e registros produzidos na planilha de controle documental. Esse processo permitiu um primeiro contato sistemático com o *corpus*, possibilitando a identificação de padrões narrativos preliminares.

Entre esses padrões, destacam-se: (i) a representação da universidade como agente de resposta à crise; (ii) a ênfase na produção e difusão de conhecimento científico; (iii) a construção da universidade como instituição pública socialmente comprometida; (iv) a configuração da universidade como espaço de articulação e reflexão sobre a crise climática; e (v) a institucionalização da memória da crise por meio de registros formais. Esses eixos iniciais orientaram o direcionamento analítico das etapas subsequentes da análise temática, funcionando como referências provisórias para a exploração dos dados.

Na segunda fase, o foco está na geração dos códigos iniciais a partir dos dados. Esses códigos identificam características específicas do material empírico, representando o menor segmento significativo que pode ser relacionado ao fenômeno estudado (Braun; Clarke, 2006). O processo de codificação organiza os dados em grupos significativos e pode ser orientado pelos dados ou pela teoria: no primeiro caso, os temas emergem diretamente dos dados; no segundo, a codificação é guiada por questões analíticas específicas (Braun; Clarke, 2006). Além disso, o pesquisador pode optar por codificar todo o conjunto de dados ou focar em características particulares e delimitadas (Braun; Clarke, 2006). Por fim, deve-se reconhecer que os dados contêm contradições e tensões, as quais não devem ser

suavizadas ou ignoradas, mas mantidas na análise, a fim de evitar a exclusão de informações que se afastem da narrativa dominante (Braun; Clarke, 2006).

No contexto desta pesquisa, a segunda fase teve início a partir dos eixos preliminares identificados na etapa de familiarização com os dados, os quais orientaram a leitura analítica do *corpus*, sem, contudo, restringir a emergência de novos elementos relevantes. O *corpus* submetido à análise temática foi composto por 67 documentos, selecionados com base em critérios de pertinência analítica, dentro de um universo mais amplo de 170 documentos identificados, dos quais 103 foram previamente classificados como de baixa pertinência e não integraram a análise.

A codificação foi realizada por meio de leitura aprofundada e reiterada dos documentos, agora orientada por um olhar analítico mais sistemático. A unidade de análise adotada foi o trecho, entendido como um segmento textual dotado de sentido completo no contexto em que foi produzido. Foram selecionados exclusivamente trechos literais dos documentos, sem adaptações ou reformulações, de modo a preservar a integridade do material empírico.

A seleção dos trechos foi guiada por critérios analíticos que priorizaram conteúdos diretamente relacionados à atuação da UFRGS durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, incluindo: (i) ações desenvolvidas pela universidade; (ii) protagonismo institucional ou de unidades acadêmicas; (iii) participação da comunidade universitária, envolvendo docentes, técnicos, estudantes e egressos; (iv) produção e mobilização de conhecimento científico; e (v) formas de resposta à crise e suas consequências. Por outro lado, foram excluídos trechos de caráter predominantemente técnico, orientativo, genérico ou sem relação direta com o fenômeno investigado, ainda que presentes nos documentos analisados.

O processo de codificação foi conduzido de forma predominantemente indutiva, permitindo que os códigos emergissem a partir das regularidades identificadas no material empírico (Braun; Clarke, 2006), ao mesmo tempo em que se manteve sensível à questão de pesquisa e ao referencial teórico adotado. Cada trecho selecionado recebeu, em regra, um único código, formulado de maneira

interpretativa, porém sempre ancorado no conteúdo explícito do texto, evitando-se antecipações teóricas ou inferências não sustentadas pelos dados.

No decorrer dessa etapa, evidenciou-se que parte dos documentos inicialmente incluídos no *corpus* não apresentava trechos com relevância analítica suficiente para a geração de códigos. Importa destacar que, na fase de familiarização com os dados, não foi realizada a revisão da classificação dos documentos quanto à pertinência analítica, com o objetivo de evitar exclusões precipitadas, uma vez que, em uma leitura global preliminar, os documentos selecionados apresentavam potencial contributivo para a investigação.

Dessa forma, optou-se por manter um *corpus* ampliado para a fase de codificação, permitindo que a avaliação da relevância analítica fosse realizada a partir do exame detalhado dos dados. Tal procedimento está em consonância com a natureza iterativa da análise temática, na qual decisões analíticas são continuamente revistas ao longo do processo (Braun; Clarke, 2006).

A partir dessa análise aprofundada, procedeu-se à reclassificação de 23 documentos como de baixa pertinência, uma vez que não contribuíam diretamente para a compreensão do fenômeno investigado. Esses documentos foram mantidos no registro do *corpus* por razões de transparência metodológica, porém deixaram de ser considerados nas etapas subsequentes da análise.

Ao final da fase 02, o *corpus* analítico efetivo passou a ser composto por 44 documentos, sendo 29 classificados como de alta pertinência e 15 como de pertinência moderada. A partir desses documentos, foram extraídos 302 trechos, os quais deram origem a 302 códigos iniciais, organizados em planilha específica elaborada para o controle e a sistematização da análise.

Cabe destacar que o processo de codificação foi conduzido de maneira reflexiva e interativa, implicando revisões contínuas dos trechos selecionados e dos códigos atribuídos, com ajustes voltados à melhoria da precisão, consistência e coerência analítica. Além disso, foram preservadas as tensões, contradições e ambiguidades presentes nos dados, evitando-se sua simplificação e garantindo maior fidelidade à complexidade das narrativas analisadas, conforme orientam Braun e Clarke (2006). Essa etapa resultou, portanto, em um conjunto robusto e

sistematicamente organizado de códigos iniciais, que serviram de base para a etapa subsequente da análise temática, dedicada à identificação e construção dos temas.

Na terceira fase, o foco da análise desloca-se para um nível mais amplo, concentrando-se nos temas em vez dos códigos individuais, e envolve a triagem desses códigos para agrupá-los em temas potenciais, reunindo todos os trechos codificados relevantes para cada tema (Braun; Clarke, 2006). Alguns códigos podem se transformar em temas principais, outros em subtemas, enquanto alguns podem ser descartados. Também é comum que certos códigos não se encaixem em nenhum tema específico, podendo ser agrupados temporariamente em um tema genérico (Braun; Clarke, 2006).

Ao término dessa fase, o pesquisador passa a dispor de um conjunto de temas candidatos e subtemas, com todos os dados codificados em relação a eles, iniciando a compreensão do significado de cada tema individualmente (Braun; Clarke, 2006). Contudo, Braun e Clarke (2006) enfatizam que é fundamental que nada seja descartado ainda, pois somente na fase seguinte, ao analisar detalhadamente todos os trechos, será possível decidir se os temas se mantêm, precisam ser combinados, refinados, separados ou eliminados.

No contexto desta pesquisa, concluída a etapa de codificação inicial, deu-se início à fase de busca por temas. Partindo do conjunto de códigos sistematizados, procedeu-se à sua triagem e agrupamento com base em proximidades semânticas e relações de sentido. Esse processo foi conduzido de forma interativa e reflexiva, envolvendo sucessivas reorganizações dos códigos, de modo a reunir, sob um mesmo eixo analítico, aqueles que apresentavam convergência temática. Paralelamente, os trechos codificados foram constantemente revisitados, assegurando que os agrupamentos construídos mantivessem aderência ao material empírico.

A organização dos códigos foi operacionalizada em planilha específica, na qual cada trecho foi associado a um tema inicial provisório. Esse procedimento garantiu a rastreabilidade entre os dados originais, os códigos gerados e os temas em construção, contribuindo para a transparência e o rigor do processo analítico.

Durante essa etapa, observou-se que alguns códigos apresentavam maior capacidade de agregação, constituindo núcleos temáticos mais amplos, enquanto

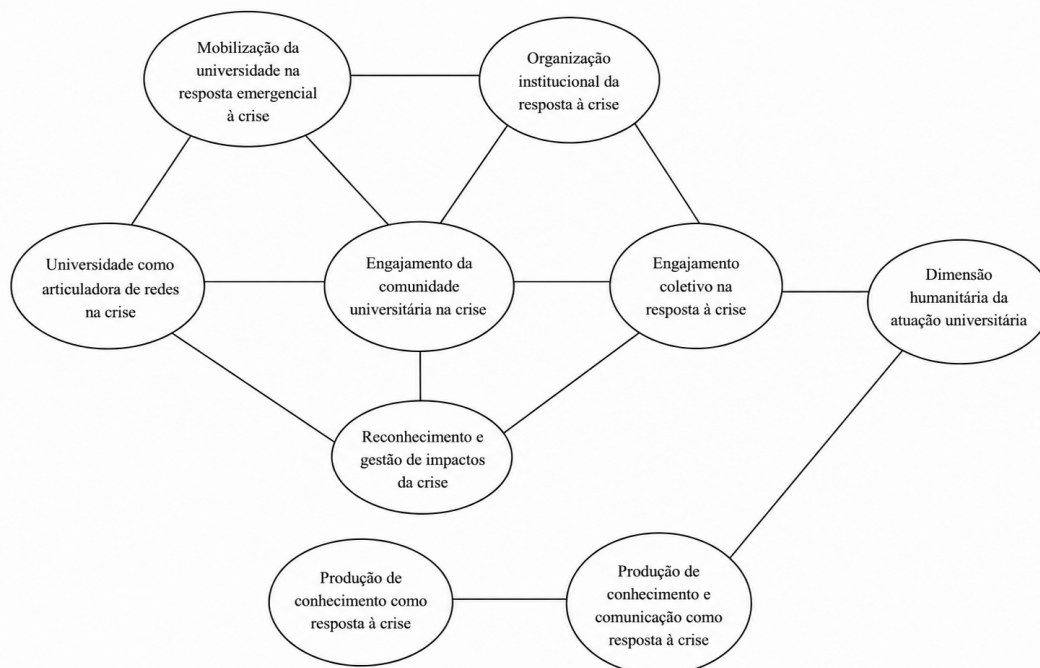
outros contribuíam para a delimitação de dimensões mais específicas desses núcleos. Também foram identificados casos em que determinados códigos não se ajustavam de imediato a um agrupamento consolidado, sendo mantidos em análise e alocados provisoriamente em categorias mais abertas, em consonância com as orientações de Braun e Clarke (2006), evitando-se exclusões precipitadas e preservando a integridade do *corpus*.

Como resultado desse processo, foram identificados nove temas iniciais provisórios, derivados do agrupamento dos códigos e da análise dos trechos a eles associados: mobilização da universidade na resposta emergencial à crise; organização institucional da resposta à crise; dimensão humanitária da atuação universitária; universidade como articuladora de redes na crise; engajamento da comunidade universitária na crise; engajamento coletivo na resposta à crise; produção de conhecimento como resposta à crise; produção de conhecimento e comunicação como resposta à crise; e reconhecimento e gestão de impactos da crise.

Importa destacar que, ao final desta fase, não foram realizadas exclusões adicionais de códigos, tampouco a definição de hierarquias entre temas principais e subtemas. Todos os códigos e trechos foram mantidos no processo analítico, reconhecendo-se que a avaliação da consistência interna dos temas, bem como de suas relações e possíveis sobreposições, seria realizada na fase subsequente. Dessa forma, os temas identificados nesta etapa devem ser compreendidos como provisórios, constituindo a base para o aprofundamento analítico a ser desenvolvido na Fase 4, dedicada à revisão dos temas.

A organização desses nove temas iniciais provisórios, bem como as aproximações identificadas entre eles nesta etapa da análise, encontra-se sintetizada no mapa temático preliminar apresentado na Figura 1.

Figura 1 — Mapa temático da Fase 3 da análise temática



Fonte: Autoria própria (2026).

Na quarta fase da análise temática, procede-se à revisão e ao refinamento dos temas previamente identificados, com o objetivo de verificar sua consistência interna e sua adequação em relação ao conjunto de dados (Braun; Clarke, 2006). Conforme Braun e Clarke (2006), essa etapa envolve dois níveis complementares de análise: no primeiro, o pesquisador revisa os extratos de dados associados a cada tema, avaliando se constituem um padrão coerente; no segundo, examina-se o conjunto dos temas em relação ao *corpus* como um todo, verificando se o mapa temático representa de forma adequada os significados presentes nos dados.

Nesse processo, os temas podem ser descartados por falta de suporte empírico, combinados entre si ou subdivididos, conforme sua capacidade de representar padrões de sentido consistentes. As autoras ressaltam, ainda, que a revisão pode implicar recodificações e reorganizações, uma vez que a análise temática é um processo iterativo e dinâmico (Braun; Clarke, 2006).

No contexto desta pesquisa, a fase de revisão teve início a partir dos nove temas iniciais provisórios identificados na etapa anterior. Procede-se à análise sistemática desses agrupamentos, envolvendo o retorno contínuo aos códigos e aos

trechos a eles associados, com o objetivo de avaliar sua coerência interna e sua capacidade de representar padrões significativos no conjunto do *corpus*.

Esse processo foi conduzido de forma interativa e reflexiva, implicando sucessivas leituras dos trechos e reorganizações dos agrupamentos temáticos. Inicialmente, os temas foram analisados individualmente, com base em critérios como: (i) aderência dos trechos ao núcleo de sentido proposto; (ii) homogeneidade interna dos dados reunidos; e (iii) capacidade do tema de representar um padrão significativo no conjunto do *corpus*. Em seguida, os temas foram analisados de forma comparativa, buscando-se identificar relações de proximidade, sobreposição ou distinção entre eles.

Como resultado desse processo, alguns temas iniciais foram fundidos, enquanto outros foram reconfigurados ou reposicionados na estrutura temática final. Os temas “produção de conhecimento como resposta à crise” e “produção de conhecimento e comunicação como resposta à crise” foram integrados, dando origem ao tema “produção e difusão de conhecimento”, composto pelos subtemas “pesquisa científica sobre a crise” e “comunicação e divulgação científica”. De modo semelhante, os temas “engajamento da comunidade universitária na crise” e “engajamento coletivo na resposta à crise” foram fundidos e reconfigurados como o subtema “engajamento da comunidade universitária”, o qual passou a integrar o tema mais amplo “resposta institucional à crise”.

Ainda no âmbito do tema “resposta institucional à crise”, outros temas iniciais foram reorganizados como subtemas. O tema “universidade como articuladora de redes na crise” foi redefinido como o subtema “universidade como articuladora de redes”. O tema “reconhecimento e gestão de impactos da crise” foi reconfigurado como o subtema “identificação de impactos”. Por sua vez, os temas “mobilização da universidade na resposta emergencial à crise” e “organização institucional da resposta à crise” foram fundidos, originando o subtema “gestão e mobilização de recursos”.

Paralelamente, a análise evidenciou que alguns temas iniciais operavam em níveis analíticos distintos. Enquanto determinados temas descreviam tipos de ação ou processos institucionais, outros expressavam qualidades ou sentidos atribuídos a essas ações. É o caso da “dimensão humanitária da atuação universitária”, que,

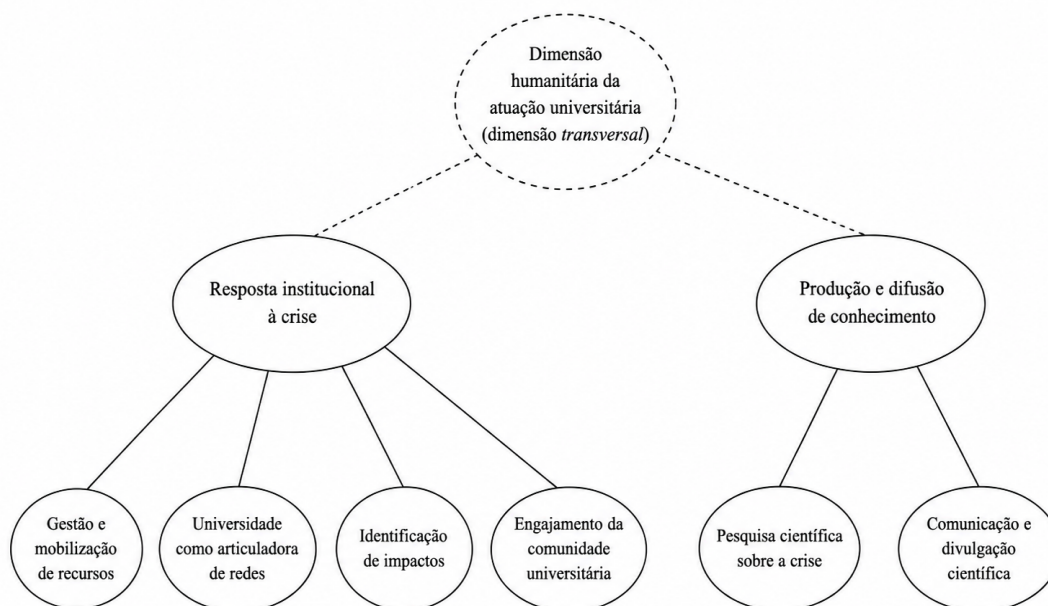
embora consistente do ponto de vista empírico, não se organizava como um conjunto coeso e delimitado de dados, manifestando-se de forma recorrente em diferentes agrupamentos temáticos.

Diante dessa característica, observou-se que tal dimensão não apresentava coesão interna suficiente para ser tratada como um tema independente, uma vez que não estruturava um domínio específico de ação ou processo institucional, mas qualificava diferentes formas de atuação. Assim, optou-se por sua reclassificação como uma dimensão transversal, entendida como um elemento analítico que atravessa múltiplos temas, conferindo sentido às ações e discursos identificados no *corpus*.

Ao final dessa etapa, a análise passou a se estruturar em dois grandes temas, “resposta institucional à crise” e “produção e difusão de conhecimento”, cada um deles composto por subtemas que organizam os temas iniciais identificados nas fases anteriores, ambos atravessados pela dimensão transversal “dimensão humanitária da atuação universitária”. Essa reorganização resultou em um mapa temático mais coeso, no qual as relações entre os diferentes níveis de análise se tornam mais claras, permitindo uma compreensão integrada das formas pelas quais a universidade atua, interpreta e narra sua experiência no contexto da crise.

O resultado desse processo de revisão e refinamento encontra-se sintetizado no mapa temático apresentado na Figura 2, no qual são explicitadas as relações entre os temas, subtemas e a dimensão transversal identificados na análise.

Figura 2 — Mapa temático da Fase 4 da análise temática



Fonte: Autoria própria (2026).

Na quinta fase da análise temática, procede-se à definição e nomeação dos temas, etapa que ocorre após a elaboração de um mapa temático considerado satisfatório (Braun; Clarke, 2006). Conforme Braun e Clarke (2006), esse momento consiste no refinamento final dos temas, com o objetivo de identificar sua essência, delimitar com precisão seus contornos analíticos e explicitar os aspectos dos dados que cada tema representa. Esse processo envolve a revisão dos trechos associados a cada tema, a organização interna desses dados de forma coerente e a construção de uma narrativa analítica que vá além da simples descrição, evidenciando a “história” que cada tema conta e sua relação com o conjunto da análise (Braun; Clarke, 2006).

As autoras destacam, ainda, a importância de avaliar a existência de subtemas, especialmente em temas mais amplos, bem como de garantir que cada tema possua uma identidade clara e distinta, evitando sobreposições excessivas (Braun; Clarke, 2006). Ao final dessa fase, deve estar definido não apenas o que cada tema representa, mas também o que ele não representa, assegurando precisão conceitual e consistência analítica (Braun; Clarke, 2006).

No contexto desta pesquisa, essa etapa foi desenvolvida a partir da estrutura temática consolidada anteriormente, envolvendo a análise interpretativa dos temas

com base nos códigos e trechos do *corpus*, com vistas a explicitar sua função analítica e sua contribuição para a compreensão do fenômeno investigado.

O primeiro tema, denominado “Atuação prática da universidade na crise”, assim nomeado por sintetizar os processos de organização e operacionalização da resposta institucional diante do evento, reúne quatro subtemas. O subtema gestão e mobilização de recursos expressa as dinâmicas de organização e operacionalização da resposta institucional; o subtema engajamento da comunidade universitária evidencia a participação ativa dos diferentes segmentos da universidade no enfrentamento da crise; o subtema universidade como articuladora de redes sintetiza o papel da instituição na coordenação e articulação de atores e iniciativas; e o subtema identificação de impactos refere-se aos processos de reconhecimento e interpretação das consequências da crise. No âmbito da pergunta de pesquisa, esse tema contribui para compreender como as narrativas documentais sobre a atuação da universidade durante a crise auxiliam na construção de sua memória institucional, especialmente ao representá-la como agente ativo no enfrentamento das enchentes, destacando sua capacidade de ação, organização e mobilização em contextos emergenciais.

O segundo tema, denominado “Atuação da universidade na crise por meio do conhecimento”, assim nomeado por evidenciar a atuação institucional mediada pela produção, sistematização e circulação de saberes sobre o evento, é composto por dois subtemas. O subtema pesquisa científica sobre a crise refere-se à produção de conhecimento propriamente dita, enquanto o subtema comunicação e divulgação científica diz respeito às estratégias de publicização desse conhecimento. Em relação à pergunta de pesquisa, esse tema permite compreender como a memória institucional é construída a partir da produção e circulação de sentidos sobre o evento, evidenciando o papel da universidade como instância de interpretação, sistematização e difusão de conhecimento sobre a crise.

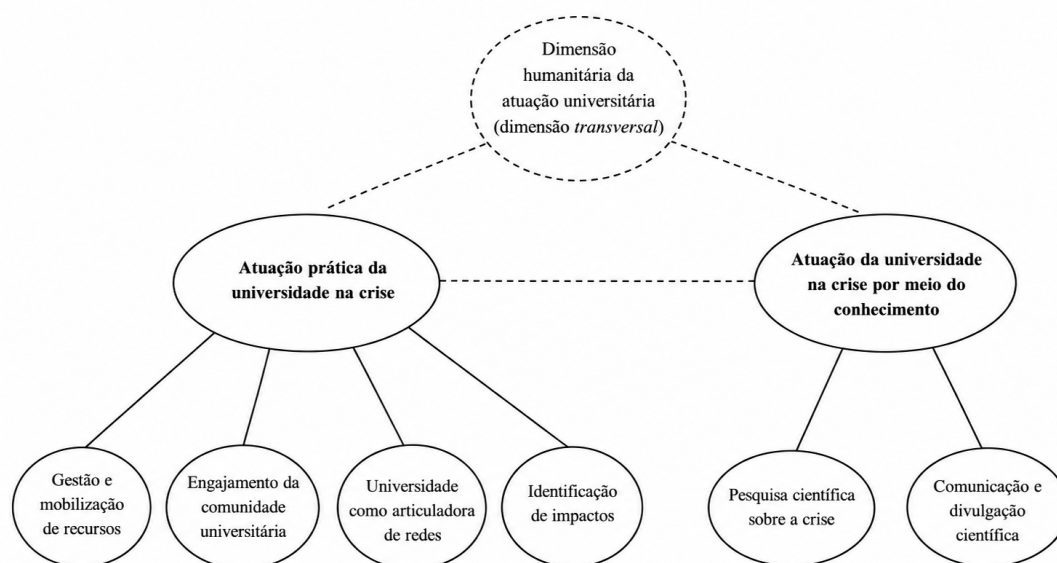
Em articulação com esses temas, mantém-se a presença da dimensão transversal “dimensão humanitária da atuação universitária”, assim compreendida por expressar valores e sentidos que qualificam a atuação institucional em diferentes níveis analíticos. Sua função consiste em evidenciar que a atuação da universidade, em suas diversas formas, é permeada por valores associados ao cuidado, à

solidariedade e à atenção às pessoas afetadas, atravessando os diferentes temas e subtemas. Dessa forma, essa dimensão contribui para a compreensão de como as narrativas documentais incorporam significados que participam da construção da memória institucional.

Essa organização permite explicitar que os temas não representam apenas agrupamentos descritivos de dados, mas formas distintas de atuação institucional narradas nos documentos analisados. Em conjunto, os dois temas evidenciam, por um lado, a atuação prática da universidade no enfrentamento da crise e, por outro, sua atuação mediada pela produção e difusão de conhecimento, articulando diferentes dimensões da experiência institucional.

Como síntese do processo de revisão, refinamento e definição dos temas desenvolvido nas fases 03, 04 e 05, apresenta-se o mapa temático final (Figura 3), no qual se explicitam os dois temas centrais, seus respectivos subtemas e a dimensão transversal identificada na análise. Em relação ao mapa elaborado na fase anterior, o esquema incorpora ajustes decorrentes do refinamento analítico realizado nesta etapa, especialmente a redefinição das nomenclaturas dos temas e a explicitação das relações entre eles, representadas graficamente pela linha pontilhada que conecta os dois grandes temas. O mapa busca, assim, sintetizar visualmente a estrutura analítica consolidada da pesquisa e as articulações entre as diferentes formas de atuação institucional narradas nos documentos analisados.

Figura 3 — Mapa temático final



Fonte: Autoria própria (2026).

Na sexta fase da análise temática, o conjunto de temas encontra-se plenamente desenvolvido, dando início à etapa de análise final e produção do relatório (Braun; Clarke, 2006). Segundo as autoras, esse momento consiste na construção de uma narrativa analítica capaz de apresentar, de forma coerente, lógica e convincente, a “história” dos dados, articulando os temas identificados e demonstrando a validade da análise realizada (Braun; Clarke, 2006).

Nessa fase, a escrita deve ir além da simples descrição dos temas, incorporando extratos do *corpus* como evidências que sustentem os argumentos desenvolvidos (Braun; Clarke, 2006). Conforme destacam Braun e Clarke (2006), é fundamental que esses trechos sejam apresentados de forma clara e representativa, permitindo ao leitor reconhecer sua pertinência em relação aos padrões identificados. Ao mesmo tempo, a análise deve evitar tanto a mera ilustração descritiva quanto a complexidade excessiva, buscando equilíbrio entre evidência empírica e interpretação analítica (Braun; Clarke, 2006).

Além disso, essa etapa envolve a articulação entre os diferentes temas, de modo a evidenciar não apenas suas especificidades, mas também suas relações no interior do conjunto da análise. Nesse sentido, a narrativa construída deve ser

concisa, não repetitiva e interpretativamente consistente, evidenciando como os sentidos identificados nos dados se organizam e se conectam no contexto investigado (Braun; Clarke, 2006).

No contexto desta pesquisa, a sexta fase orienta a elaboração dos capítulos “Apresentação e análise das narrativas documentais” e “Discussão das narrativas documentais e a construção da memória institucional”. No primeiro, os temas definidos na etapa anterior são apresentados e analisados com base em evidências empíricas extraídas do *corpus* documental, mobilizando trechos dos documentos como suporte para a construção da análise. Já no capítulo de discussão, os resultados da análise são problematizados à luz do referencial teórico mobilizado na pesquisa, considerando as aproximações entre as narrativas documentais analisadas e os processos relacionados à construção da memória institucional.

Dessa forma, a etapa final da análise temática possibilita examinar como diferentes narrativas sobre a atuação da universidade durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024 são organizadas e articuladas nos documentos institucionais analisados, contribuindo para a compreensão das relações entre essas narrativas e os processos de construção da memória institucional da UFRGS.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOCUMENTAIS

Dando continuidade ao percurso desenvolvido no capítulo anterior, apresenta-se, neste capítulo, a análise das narrativas documentais que compõem o *corpus* da pesquisa, com o objetivo de identificar e caracterizar seus principais elementos e formas de organização. A análise é orientada pelo referencial teórico sobre narrativas documentais, que compreende os documentos como produções sociais e as narrativas como estruturas que articulam acontecimentos e interpretações (Linde, 2008; Ketelaar, 2001).

Nessa perspectiva, os documentos não são tratados como registros neutros, mas como construções atravessadas por contextos, escolhas e relações de poder (Le Goff, 1990). Assim, a análise volta-se à identificação de padrões narrativos e formas recorrentes de organização das ações, evidenciando como essas narrativas estruturam a apresentação da atuação institucional e produzem sentidos sobre a experiência da crise.

Para explicitar a relação entre os trechos analisados e suas interpretações, optou-se por apresentar a análise em formato de quadros, nos quais são dispostos, na primeira coluna, os trechos selecionados dos documentos e, na segunda, a análise interpretativa correspondente.

A organização da análise baseia-se em dois temas principais, "Atuação prática da universidade na crise" e "Atuação da universidade na crise por meio do conhecimento", complementados por uma dimensão humanitária transversal, que atravessa os diferentes modos de atuação por meio de práticas e discursos associados ao cuidado com as pessoas afetadas. Além desses temas, apresenta-se uma seção de caráter transversal dedicada à memória em situações de catástrofe, construída a partir de uma nova leitura de trechos já analisados, com o objetivo de identificar diferentes expressões da memória presentes nas narrativas documentais à luz do referencial teórico desenvolvido nesta pesquisa.

Ao longo das seções, cada tema e subtema é brevemente contextualizado, seguido da apresentação dos trechos e de suas análises, organizadas em quadros, bem como de sínteses dos principais sentidos identificados. Na seção dedicada à memória em situações de catástrofe, essa dinâmica é complementada por uma

leitura transversal das evidências, sem alterar a organização temática decorrente da Análise Temática. Nessa perspectiva, considera-se que as narrativas desempenham papel central na interpretação do passado e na orientação das práticas organizacionais, contribuindo para a continuidade institucional (Linde, 2005). A discussão aprofundada desses achados, à luz dos conceitos de memória social e memória institucional, será desenvolvida no capítulo seguinte.

5.1 Tema: Atuação prática da universidade na crise

O primeiro tema, denominado “Atuação prática da universidade na crise”, reúne narrativas documentais que abordam a resposta direta da UFRGS às enchentes de maio de 2024, evidenciando as ações desenvolvidas no enfrentamento imediato da crise.

Para fins analíticos, este tema organiza-se em quatro subtemas: “Identificação de impactos”, “Gestão e mobilização de recursos”, “Engajamento da comunidade universitária” e “Universidade como articuladora de redes”. Esses subtemas permitem detalhar diferentes dimensões da atuação prática narrada nos documentos, sendo analisados nas subseções a seguir.

5.1.1 Subtema: Identificação de impactos

Ao iniciar a análise da atuação prática da universidade no contexto da crise, observa-se que essa atuação é narrada a partir dos processos de identificação dos impactos provocados pelas enchentes. Nesse sentido, os documentos não apenas registram os efeitos do evento, mas evidenciam esforços institucionais voltados ao reconhecimento, à mensuração e à organização dessas consequências, configurando uma etapa relevante para a construção das respostas desenvolvidas pela universidade.

A seguir, no Quadro 3, são apresentados trechos selecionados dos documentos, acompanhados de suas respectivas análises, com o objetivo de evidenciar como a identificação dos impactos é construída nas narrativas documentais.

Quadro 3 — Narrativas documentais sobre a identificação de impactos

Trecho	Análise
Com a água invadindo as ruas e casas, as aulas suspensas e a instabilidade de energia elétrica e sinal telefônico, diversos cursos e unidades da UFRGS iniciaram tentativas de mapear a situação dos seus estudantes através de diferentes métodos (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	O trecho evidencia que a identificação dos impactos não surge apenas como etapa posterior à crise, mas como um movimento quase simultâneo ao agravamento da situação. A narrativa indica que, diante da suspensão das aulas, da instabilidade dos serviços e do isolamento de parte da comunidade acadêmica, diferentes unidades passam a buscar informações sobre seus estudantes, revelando uma percepção precoce de que os efeitos da enchente extrapolavam o plano externo e atingiam diretamente a vida universitária.
Os efeitos dos temporais e inundações já começaram a apresentar reflexos na rotina da Universidade no dia 02, quando a portaria no 2.904 suspendeu o expediente no dia 03 de maio de 2024 devido aos já visíveis danos estruturais e materiais causados no estado e as previsões de chuvas existentes para os dias seguintes; apenas metade dos Restaurantes Universitários foram mantidos em funcionamento (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>.	A narrativa desloca a identificação dos impactos para um plano institucional mais amplo, evidenciando que os efeitos da enchente foram rapidamente reconhecidos como suficientemente graves para alterar o funcionamento da universidade. A redução das atividades e a manutenção parcial dos restaurantes universitários indicam que os impactos passam a ser identificados também na forma de restrições operacionais e administrativas.
Já no sábado, dia 4, foi publicada a portaria no 2.916, que suspendeu o expediente da UFRGS entre os dias 6 e 10 de maio, seguindo as orientações da prefeitura de Porto Alegre, que declarou estado de calamidade pública (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>. Ainda, foram publicadas as portarias no 2.947, no 3.099 e no 3.100, estendendo o período de suspensão das atividades nos períodos de 11 a 18 de maio e de 19 maio a 1 de junho; os Restaurantes Universitários foram fechados por tempo indeterminado, diante disso, os beneficiários PRAE receberam um auxílio emergencial para alimentação (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>.	Os trechos evidenciam que a identificação dos impactos não se restringe à constatação inicial de danos, mas envolve o reconhecimento de sua persistência e de seus efeitos ao longo do tempo, incluindo suas implicações para as condições de permanência estudantil. A sucessiva prorrogação da suspensão das atividades, associada ao fechamento dos restaurantes universitários, indica que os efeitos da crise passam a ser continuamente acompanhados e reavaliados. Nesse contexto, a concessão de auxílio emergencial evidencia que o impacto institucional é narrado de forma articulada às necessidades concretas da comunidade universitária.
Em meados do mês de maio, a Pró-Reitoria de Graduação, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Superintendência de Gestão de Pessoas, realizaram pesquisas junto a comunidade da UFRGS para avaliar a situação dos servidores e alunos impactados pela enchente e estabelecer um plano de ação para auxílio aos atingidos (UFRGS, 2025).	A narrativa evidencia que a identificação dos impactos assume um caráter mais estruturado, sendo apresentada como um procedimento institucionalizado de coleta de informações. A realização de pesquisas junto à comunidade universitária indica que a universidade busca não apenas identificar os indivíduos atingidos, mas também reunir informações que permitam organizar respostas, articulando o mapeamento

(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024).	à elaboração de um plano de ação voltado ao atendimento das demandas decorrentes da crise.
Jéssica Becker, vice-diretora do Instituto de Artes (IA), e Gustavo Andrada, técnico administrativo no Setor Acadêmico da Escola de Administração (EA), partilham de uma mesma preocupação: a situação dos estudantes de quem não obtiveram notícias. Gustavo ressalta que o fato de os estudantes não atualizarem os dados no sistema da UFRGS dificultou o contato. Embora os mapeamentos não tenham atingido toda a comunidade, foi possível identificar as necessidades imediatas e montar ações para atender as demandas (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A narrativa evidencia que a identificação dos impactos não se desenvolve de forma linear nem completa, ocorrendo em condições marcadas por lacunas de informação e incerteza. A menção à dificuldade de contato com parte dos estudantes e à ausência de atualização de dados institucionais explicita limites concretos do processo de mapeamento. Ao mesmo tempo, a narrativa indica que, mesmo diante dessas restrições, o mapeamento produziu efeitos práticos, permitindo reconhecer necessidades imediatas e orientar ações específicas voltadas ao atendimento das demandas identificadas.
A Faculdade de Ciências Econômicas disponibilizou um formulário para alunos, técnicos, docentes e terceirizados descreverem sua situação e indicarem o tipo de ajuda necessário (Barradas; Gonzalez, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	O uso de formulários explicita uma tentativa de sistematizar a identificação dos impactos por meio de um instrumento padronizado de coleta de informações. Ao contemplar diferentes segmentos da comunidade acadêmica, alunos, técnicos, docentes e terceirizados, a narrativa indica um esforço de ampliar o alcance do mapeamento, organizando dados que permitam reconhecer necessidades diversas e orientar a formulação de respostas institucionais.
A comunidade da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid) pode indicar qual sua situação neste formulário disponibilizado pelo Núcleo Acadêmico e comissões de graduação da Unidade. Conforme a coordenadora da Comgrad Educação Física, Roseli Belmonte Machado, já há algumas respostas que indicam que há estudantes ilhados e outros que perderam todos os bens (Barradas; Gonzalez, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A análise evidencia que o foco se desloca do instrumento de coleta para os conteúdos por ele produzidos. A identificação dos impactos ganha concretude ao nomear situações específicas, como estudantes ilhados e estudantes que perderam todos os bens, o que, na narrativa, aproxima o mapeamento da experiência efetiva dos sujeitos atingidos. Ao explicitar essas condições, os dados coletados deixam de operar apenas como registros e passam a evidenciar a gravidade e a diversidade dos impactos vivenciados.
O Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), entidade representativa dos estudantes da Faculdade de Direito, conseguiu contatar 217 estudantes através de formulário online. Destes, 17 perderam tudo o que tinham, 87 tiveram que sair de suas casas e 137 ficaram sem luz e água. Com base nessas informações, a entidade distribuiu cestas básicas e sondou necessidades específicas da comunidade de dentro e de fora da UFRGS (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A sistematização dos dados permite conferir materialidade aos impactos, organizando-os em números e categorias de perda que tornam visíveis diferentes graus de vulnerabilidade entre os estudantes. Ao mesmo tempo, a narrativa indica que a identificação dessas situações não constitui um fim em si, mas se articula à formulação de respostas concretas, como a distribuição de cestas básicas e o levantamento de necessidades específicas, evidenciando a relação entre produção de informações e ação institucional.

No dia 6 de maio, o prédio da Escola de Administração foi afetado pela inundação da região central de Porto Alegre. Localizada na rua Washington Luiz, a unidade acadêmica ficou cercada pelas águas. Por volta do dia 20 de maio, com o recuo da água, foi possível ingressar no prédio e iniciar o trabalho de limpeza e realizar a avaliação dos danos. Os trabalhos iniciais foram a remoção do barro contaminado, procedimentos adicionais de descontaminação e limpeza. A reforma do andar térreo ocorrerá em 2025 (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>.	A narrativa evidencia que a identificação dos impactos também envolve o reconhecimento de danos materiais e estruturais, cuja avaliação exige tempo, acesso aos espaços e procedimentos específicos. O impacto, nesse caso, é apresentado como algo que afeta diretamente a materialidade dos espaços universitários e, por conseguinte, sua capacidade de funcionamento.
Quando Angela Maria Souza de Oliveira chegou na Escola de Administração (EA), no dia 6 de maio, para mais uma semana de trabalho, encontrou as portas do prédio fechadas e a água tomando conta da calçada (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A incorporação desse relato aproxima a identificação dos impactos da experiência concreta do evento, deslocando-a de uma dimensão mais administrativa para um registro situado no cotidiano. Nesse movimento, a narrativa evidencia que os danos não aparecem apenas como dados institucionais, mas como acontecimentos vividos, marcados pela percepção direta dos sujeitos diante da crise.
“Perdemos coisas na biblioteca, com certeza”, imaginou a bibliotecária-chefe Carolina Fauth Vassão ao tomar ciência da situação da Escola após os primeiros dias de caos generalizado. “Foi o primeiro momento que tomei um susto.” A água da chuva e dos esgotos que invadiu o setor foi responsável pela perda de praticamente metade do acervo (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A identificação dos impactos ultrapassa a dimensão da infraestrutura física e alcança um plano mais sensível, ao envolver a perda de parte significativa de um acervo bibliográfico. Ao destacar esse tipo de dano, a narrativa evidencia que o impacto não se limita aos espaços materiais, mas incide também sobre elementos associados à preservação e à circulação do conhecimento, ampliando a compreensão das consequências da crise no contexto universitário.
Interseção do subtema 5.1.1 com a dimensão humanitária da atuação universitária	
Em uma reunião aberta, no dia 13 de junho, sobre a situação da Escola e as perspectivas de futuro, abordando as reformas a serem realizadas, o professor Fabio Meira sugeriu que fosse organizada uma vitrine com alguns exemplares da biblioteca perdidos pela água, a fim de que tal tragédia para sempre seja lembrada (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A proposta de organizar uma vitrine com exemplares danificados desloca a perda para um plano de rememoração intencional, ao sugerir que os impactos não devem apenas ser superados, mas também preservados como marcas do acontecimento. Ao atribuir visibilidade permanente aos danos, a narrativa indica que a identificação dos impactos pode se desdobrar em práticas que buscam registrar e manter presentes os efeitos da crise no contexto institucional.
“Tive a experiência da pandemia [na UFRGS] do início até o final”, compartilha o estudante de Administração Tiago Folador, que teve seu primeiro semestre na Universidade interrompido pela crise mundial de saúde. [...] Hoje, no sexto semestre, a vivência universitária de Tiago,	A identificação dos impactos é narrada a partir da trajetória pessoal e acadêmica do estudante, evidenciando que a crise afeta não apenas estruturas e serviços, mas também percursos e vínculos construídos ao longo da vida universitária. Ao articular a experiência atual

atual presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração (CAEA), é mais uma vez interrompida. A sede do CAEA, lugar de tantas memórias boas e de interações entre os colegas, foi mais um dos espaços invadidos pela água (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	com a vivência anterior da pandemia, a narrativa insere o evento em uma continuidade de rupturas, na qual os impactos são apresentados como interferências diretas nas experiências e nas relações que constituem o cotidiano acadêmico.
--	---

Fonte: Autoria própria (2026).

Considerados em conjunto, os documentos analisados evidenciam que a identificação dos impactos constitui uma dimensão relevante da atuação institucional no contexto da crise, envolvendo tanto o reconhecimento de danos materiais e operacionais quanto a compreensão de seus efeitos sobre a comunidade universitária. Observa-se que essa identificação se desenvolve por meio de diferentes estratégias, como relatos, levantamentos, formulários e avaliações técnicas, que permitem reconhecer a extensão e a diversidade dos impactos.

Nesse processo, as narrativas documentais organizam os efeitos da crise ao articular dados, experiências e informações sobre diferentes dimensões do evento, contribuindo para a construção de uma leitura institucional sobre sua abrangência. A partir desse processo de identificação, torna-se possível avançar para a análise das formas pelas quais a universidade mobilizou recursos e organizou respostas para o enfrentamento das demandas emergenciais, aspecto abordado no subtema a seguir.

5.1.2 Subtema: Gestão e mobilização de recursos

Na sequência da identificação dos impactos, observa-se que a atuação prática da universidade na crise é narrada, de forma recorrente, a partir da mobilização de recursos institucionais e da organização de respostas voltadas ao atendimento das demandas emergenciais. Nesse contexto, os documentos não apenas informam as ações realizadas, mas organizam a apresentação da resposta institucional como um processo que articula rapidez, adaptação e coordenação. Na sequência, no Quadro 4, são analisados trechos dos documentos que evidenciam como a mobilização e a gestão de recursos são construídas nas narrativas institucionais.

Quadro 4 — Narrativas documentais sobre a gestão e mobilização de recursos

Trecho	Análise
Universidade se mobiliza rapidamente para receber mais de 500 pessoas desabrigadas pelas inundações e coordenar o grande fluxo de voluntários e doações (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	Nesse trecho, a atuação institucional é apresentada a partir de dois elementos centrais: a rapidez da resposta e a capacidade de coordenação. A mobilização aparece não apenas como uma ação pontual, mas como uma característica da atuação da universidade, sendo colocada em primeiro plano na narrativa. Ao destacar esses aspectos, o documento organiza a leitura da atuação institucional como uma resposta imediata e abrangente à crise.
[...] a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid) da UFRGS teve seu espaço adaptado para receber mais de 500 pessoas desabrigadas em função da tragédia climática que assola a região metropolitana (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A transformação do espaço universitário em local de acolhimento evidencia que a atuação institucional é narrada como um processo que envolve a reconfiguração de estruturas existentes. O espaço da universidade deixa de ser apenas um local de ensino e passa a ser apresentado como um espaço de resposta à crise, indicando uma ampliação de suas funções no contexto emergencial.
Os trabalhos na Esefid começaram sábado cedo da manhã. Pela tarde, muitas pessoas já circulavam pelo Câmpus Olímpico: voluntários e pessoas em busca de abrigo. A impressão é de que, em momentos assim, primeiro se faz, depois se organiza. É o que a urgência permite (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A narrativa não apenas descreve a sequência das ações, mas interpreta a própria lógica da resposta institucional. A ideia de que “primeiro se faz, depois se organiza” introduz uma compreensão da atuação como um processo construído no fazer, no qual a organização emerge a partir da necessidade. Esse tipo de formulação confere dinamismo à narrativa e permite compreender a atuação institucional como adaptativa e situada.
No final da tarde de domingo, estavam contabilizadas 176 famílias, sendo 404 adultos e 177 crianças, num total de 581 pessoas (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	O trecho materializa a amplitude da atuação da universidade. Inserido na sequência narrativa, esse dado não funciona apenas como informação quantitativa, mas como elemento que reforça a dimensão da resposta institucional, contribuindo para a construção de uma imagem de atuação em larga escala.
Na entrada do câmpus era passada uma lista com o excedente de voluntários para que se colocassem disponíveis no turno da noite e nos próximos dias, quando poderia haver uma queda na força tarefa (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	Esse trecho evidencia que a atuação institucional é construída narrativamente como um processo coordenado, no qual a universidade organiza fluxos de participação e distribui recursos humanos ao longo do tempo. A mobilização, nesse caso, não aparece apenas como uma resposta inicial, mas como uma prática que exige gestão contínua.
O trabalho da Faculdade de Farmácia é de recebimento dos medicamentos, avaliação da integridade e da validade, cadastro em banco de dados e, posteriormente, o atendimento às	A sequência de ações descrita nesse trecho evidencia um processo estruturado, no qual diferentes etapas são articuladas de forma sistemática. A atuação institucional é, assim,

demandas dos abrigos, a partir da sinalização desses locais (Jornal da Universidade, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	narrada como um conjunto de procedimentos organizados, que envolvem controle, registro e distribuição.
[...] o serviço é de intermediação entre quem quer doar e quem precisa receber os medicamentos (Jornal da Universidade, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	O trecho sintetiza o papel da universidade como mediadora entre diferentes atores. Nesse caso, a narrativa constrói a instituição como ponto de articulação entre demandas e recursos, evidenciando sua importância na organização da resposta à crise.
Inicialmente, os barcos do IPH estavam atuando apenas no resgate de pessoas e animais das áreas alagadas. A isso, se somou a atividade de coleta de amostras de água (Miglioranza, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	A sequência apresentada nesse trecho evidencia que a atuação institucional é narrada como um processo em transformação, no qual novas funções são incorporadas à medida que a crise se desdobra. No entanto, o elemento inicial dessa atuação, o resgate de pessoas e animais, já indica um tipo de envolvimento direto da universidade com as consequências mais imediatas do desastre.
Nos primeiros dias da catástrofe, o trabalho principal de salvamento se localizou no bairro Humaitá e nas Ilhas. ‘Perdemos a conta de quantas pessoas resgatamos, mas podemos contar centenas’, afirma o técnico Louidi Lauer (Miglioranza, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	Nesse caso, a narrativa desloca o foco da descrição institucional para a experiência da atuação em campo, incorporando a voz de um dos envolvidos nas operações. A afirmação de que “perdemos a conta” dos resgates, ao mesmo tempo em que indica a intensidade da ação, reforça o caráter emergencial e contínuo da atuação, construindo uma imagem da universidade diretamente implicada no enfrentamento da crise.
Interseção do subtema 5.1.2 com a dimensão humanitária da atuação universitária	
A liberdade de poder circular fora do ginásio onde as famílias estão acomodadas, um espaço cheio de vegetação, e se engajar em brincadeiras visivelmente trazia um alento para quem teve que deixar tudo para trás (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	Nesse trecho, a narrativa desloca o foco da estrutura do acolhimento para a experiência vivida pelas pessoas abrigadas. Elementos como a possibilidade de circulação, o contato com o ambiente e as atividades de lazer são apresentados como formas de atenuar os efeitos da situação de deslocamento, introduzindo a ideia de “alento” como resultado das ações desenvolvidas.
No campus, predomina um movimento solidário que é alento diante do cenário que vemos no noticiário e nas ruas. Pessoas tomam sol, crianças brincam e, apesar das tristezas e dificuldades deste momento, a gentileza é a tônica (Cardoso, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	A narrativa amplia o escopo da experiência ao caracterizar o ambiente do câmpus como um espaço marcado pela solidariedade. A descrição das interações cotidianas, pessoas tomando sol, crianças brincando, contribui para construir uma imagem que contrasta com o cenário externo de crise, atribuindo ao espaço universitário uma função de acolhimento que vai além da provisão material.
Servindo diariamente café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, o Restaurante	Nesse caso, uma ação cotidiana, a oferta de refeições, é narrada como expressão de um

Universitário (RU) do câmpus se tornou um símbolo do esforço coletivo que resgata a generosidade em meio à calamidade que assola o estado e rouba dos desabrigados seus direitos mais básicos (Gonzalez, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	esforço coletivo mais amplo, sendo associada à ideia de generosidade. A transformação de práticas operacionais em símbolos evidencia que a narrativa não apenas descreve o que foi feito, mas atribui significados às ações, contribuindo para qualificar a atuação institucional.
--	--

Fonte: Autoria própria (2026).

Considerados em conjunto, os trechos analisados evidenciam que a mobilização de recursos é apresentada nas narrativas como um processo que envolve tanto a resposta imediata às demandas emergenciais quanto a organização contínua das ações ao longo da crise. Observa-se que essa mobilização se realiza por meio da articulação de diferentes recursos, humanos, materiais e institucionais, bem como pela reconfiguração de estruturas e funções da universidade.

A presença de elementos associados à dimensão humanitária indica que as ações descritas são também qualificadas por referências ao acolhimento, à solidariedade e ao cuidado com as pessoas atingidas. Esses elementos aparecem articulados às práticas de mobilização e organização, compondo a forma como a atuação institucional é apresentada nos documentos.

A análise desse conjunto de narrativas permite avançar para o exame das formas de participação da comunidade universitária nas ações desenvolvidas durante a crise, aspecto que será abordado no subtema a seguir.

5.1.3 Subtema: *Engajamento da comunidade universitária*

Em continuidade aos aspectos analisados anteriormente, observa-se que a atuação da universidade na crise também é narrada a partir do engajamento de diferentes segmentos da comunidade universitária. Nesse sentido, os documentos não apenas registram a participação desses atores, mas organizam a resposta institucional como um processo coletivo, no qual a atuação da universidade se constitui a partir da convergência de diferentes formas de contribuição. Nesse sentido, no Quadro 5, são analisados trechos dos documentos que evidenciam como

o engajamento da comunidade universitária é construído nas narrativas institucionais.

Quadro 5 — Narrativas documentais sobre o engajamento da comunidade universitária

Trecho	Análise
Apesar da suspensão das atividades, a comunidade UFRGS não ficou parada! Diversas ações para auxiliar os atingidos pela enchente e a atuação dos servidores nas linhas de frente de atendimento e disseminação de informações foram realizadas (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>).	Ao destacar a continuidade das ações mesmo diante da interrupção das atividades regulares, o documento narra a atuação institucional como resultado de uma mobilização que ultrapassa a rotina administrativa, evidenciando o envolvimento direto da comunidade universitária nas respostas à crise.
Em solidariedade às pessoas atingidas pela enchente, a comunidade UFRGS se mobilizou para a realização de diversas ações, incluindo a coleta e a distribuição de doações e o trabalho humanitário. Além de membros da comunidade, as atividades também contaram com o apoio de diversos voluntários que desejavam contribuir (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>).	Nesse caso, a mobilização é associada explicitamente à solidariedade, conferindo sentido às ações desenvolvidas e ampliando o escopo da atuação para além da própria universidade, ao incorporar a participação de voluntários externos. A resposta institucional passa, assim, a ser narrada como um movimento coletivo que articula diferentes sujeitos em torno de um objetivo comum.
A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com seus pesquisadores, professores, estudantes e técnicos, uniram forças para ajudar a população a buscar soluções (Climate Change Summit, 2025b). (<i>Material audiovisual institucional – Climate Change Summit</i>).	A enumeração dos diferentes segmentos da comunidade universitária, associada à ideia de “unir forças”, reforça o caráter coletivo da atuação, evidenciando que o engajamento não é apresentado como iniciativa isolada, mas como um esforço compartilhado entre distintos grupos que compõem a instituição.
Igor Malcom tem 23 anos e preside o Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFRGS (DAEE). O estudante entrou em contato pelo sábado de manhã com a professora que coordena o Núcleo em Emergência, Urgência e Trauma (NEUT) a fim de mobilizar um grupo para atendimentos na Esefid (Pereira, 2024b). (<i>Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade</i>).	A narrativa evidencia, nesse caso, a iniciativa de um estudante como ponto de partida para a mobilização de um grupo mais amplo, indicando que o engajamento se constrói também a partir de ações individuais que ganham dimensão coletiva.
No sábado era o Hospital de Clínicas que realizava a triagem, mas Igor comenta que a partir de domingo os estudantes da UFRGS assumiriam essa função para além do acolhimento (Pereira, 2024b). (<i>Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade</i>).	A progressiva assunção de responsabilidades por parte dos estudantes evidencia que o engajamento não se limita a funções auxiliares, mas envolve a incorporação de papéis centrais nas atividades desenvolvidas, reforçando a ideia de participação ativa na resposta institucional.
O Diretório Central dos Estudantes (DCE) arrecada alimentos, água, produtos de higiene,	Nesse trecho, a atuação do movimento estudantil é narrada a partir de ações concretas

cobertores e agasalhos em sua sede, na Avenida João Pessoa, 41. Além disso, está mobilizado juntamente com o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) para a produção de marmitas (Miglioranza, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	que articulam diferentes recursos e estabelecem conexões com outros atores sociais, indicando que o engajamento ultrapassa os limites da universidade.
O Diretório Acadêmico Leopoldo Cortez (DALC), da Faculdade de Agronomia, em conjunto com o Diretório Acadêmico da Zootecnia Harold Ospina Patino (DAZHOP) e com o professor Michel Mazurana, está redistribuindo doativos para os pontos de atendimento mais necessitados. Conforme o presidente do DALC, Antônio Simon, a mobilização foi motivada pelas notícias na imprensa sobre a dificuldade de fazer chegar doações a alguns dos locais que abrigam os atingidos (Miglioranza, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	A referência à motivação da ação evidencia que o engajamento também se constrói em resposta a demandas identificadas no contexto da crise, demonstrando a capacidade da comunidade universitária de interpretar o cenário e atuar de forma direcionada.
Na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), a ação coletiva “Quando A Água Baixar” nasceu da iniciativa de professores que, diante da gravidade dos acontecimentos, sentiram a necessidade de contribuir com a mitigação dos efeitos das enchentes. Conforme a ação foi se estruturando, discentes voluntários e demais servidores foram se juntando à iniciativa (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	Nesse caso, a narrativa evidencia a formação progressiva de uma ação coletiva, que se inicia a partir da iniciativa de docentes e se amplia com a adesão de outros membros da comunidade universitária, reforçando o caráter agregador do engajamento.
Interseção do subtema 5.1.3 com a dimensão humanitária da atuação universitária	
Durante a apuração das informações trazidas nesta reportagem, uma das palavras que mais se repetiu na fala dos entrevistados foi ‘comunidade’. As frases variam, mas esta palavra segue presente nos comentários de como “a comunidade se uniu”, do quanto “a comunidade precisava de ajuda” ou mesmo sobre o surgimento de uma “sensação de pertencimento à comunidade” de determinada faculdade (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	A recorrência da palavra “comunidade” nos relatos evidencia que o engajamento é narrado não apenas como um conjunto de ações, mas como uma experiência compartilhada, marcada por vínculos de pertencimento e solidariedade. Essa dimensão se concretiza nos relatos dos participantes, incluindo diferentes segmentos da universidade, como gestores e estudantes.
É possível perceber este senso de comunidade e de novas experiências nos relatos daqueles que estão envolvidos nas ações. Jéssica demonstra certa emoção ao falar que o IA tem uma comunidade que se une quando necessário. Já Náthalia se empolga ao relatar a	No trecho, Jéssica Becker, vice-diretora do Instituto de Artes (IA), e Náthalia Paiva, estudante do bacharelado em Ciências Biológicas, são apresentadas como participantes das ações desenvolvidas, cujos relatos evidenciam a dimensão vivida do

união no IBio e aproximação com os professores, além da experiência ativa do que é praticar extensão (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	engajamento. A presença dessas vozes contribui para aproximar a narrativa das experiências concretas dos envolvidos, reforçando a ideia de que o engajamento é percebido não apenas como ação coletiva, mas como uma experiência significativa para aqueles que dela participam.
Jéssica reforça que a Universidade tem um papel social junto à comunidade que vai além do educacional. Para muitos dos entrevistados, as ações são uma forma de cumprir com o papel social da universidade e não “algo a mais” que está sendo feito (Bobsin; Gomes Filho, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	Nesse caso, o engajamento é interpretado pelos próprios participantes como expressão do papel social da universidade, indicando que a atuação na crise é compreendida como parte constitutiva de sua função institucional.

Fonte: Autoria própria (2026).

Considerados em conjunto, os documentos analisados evidenciam que o engajamento da comunidade universitária é apresentado como uma dimensão relevante da atuação institucional na crise, envolvendo diferentes formas de participação de estudantes, servidores, docentes e outros atores. Observa-se que esse engajamento se manifesta tanto em iniciativas individuais quanto em ações coletivas, que se articulam ao longo das narrativas.

Ao destacar a convergência de esforços entre distintos segmentos e a diversidade de práticas desenvolvidas, os documentos organizam a resposta à crise como um processo coletivo, no qual diferentes contribuições se somam e se articulam às ações previamente analisadas. A análise dessas narrativas permite avançar para o exame das formas de articulação entre a universidade e outros atores sociais no contexto da crise, aspecto que será abordado no subtema a seguir.

5.1.4 Subtema: Universidade como articuladora de redes

Em continuidade às formas de engajamento analisadas anteriormente, observa-se que a atuação da universidade na crise também é narrada a partir de sua articulação com diferentes atores. Nesse sentido, os documentos evidenciam que essa atuação não se limita ao âmbito interno da instituição, mas se desdobra em relações estabelecidas com órgãos públicos, entidades profissionais, outras

universidades e organizações da sociedade, configurando redes que ampliam o alcance das ações desenvolvidas. A seguir, no Quadro 6, são analisados trechos dos documentos que evidenciam como essa articulação é construída nas narrativas institucionais.

Quadro 6 — Narrativas documentais sobre a universidade como articuladora de redes

Trecho	Análise
A instituição universitária, como pensada na América Latina desde a Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, deve estar em diálogo constante com o cenário no qual está inserida. Imbuída desse espírito, a UFRGS vem atuando em muitas frentes desde que o Rio Grande do Sul começou a ser atingido por fortes chuvas e enchentes (Cardoso, 2024c). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	Nesse trecho, a atuação da universidade é apresentada a partir da ideia de diálogo com o contexto social, indicando que sua inserção no enfrentamento da crise se dá por meio de múltiplas frentes de atuação, que pressupõem a interação com diferentes esferas da sociedade.
O projeto surgiu de uma identificação de demanda por parte dos professores da área de assistência farmacêutica da Faculdade em contato com a Prefeitura de Porto Alegre. A iniciativa conta com apoio da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e da Associação de Farmacêuticos do Rio Grande do Sul (Afargs) (Jornal da Universidade, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	A referência à origem do projeto, vinculada ao contato com a Prefeitura de Porto Alegre, evidencia que a atuação da universidade se estrutura em diálogo com demandas externas, sendo posteriormente ampliada por meio do envolvimento de outras instituições. Nesse caso, a rede se constitui a partir da articulação entre universidade, poder público e entidades representativas, configurando uma atuação compartilhada.
O TelePSI é uma iniciativa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, da Associação de Psiquiatria do RS, da Sociedade Brasileira de Psicologia e do TelessaúdeRS/UFRGS. Também conta com a participação de outras universidades federais, do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (Jornal da Universidade, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i> .	Nesse caso, a atuação da universidade é narrada como parte de uma rede que envolve instituições locais, nacionais e internacionais, ampliando significativamente o alcance das ações desenvolvidas. A articulação entre diferentes níveis institucionais evidencia a capacidade da universidade de integrar e mobilizar conhecimentos em contextos diversos.

Desde o dia 06 de maio de 2024, membros do corpo docente e discente do Instituto de Geociências e dos Programas de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) e em Sensoriamento Remoto (PPGSR) da UFRGS trabalham incessantemente no Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS), em Porto Alegre (Freitas; Sartorio; Dorfman, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A atuação de docentes e estudantes diretamente no espaço do CBMRS evidencia uma forma de articulação que ultrapassa a cooperação formal entre instituições, configurando uma atuação integrada no contexto da crise. Ao destacar o trabalho contínuo realizado junto ao comando operacional, a narrativa apresenta a universidade não apenas como apoiadora externa, mas como participante inserida nas dinâmicas de resposta e gestão do evento.
“[...] A integração entre a UFRGS e CBMRS é muito mais que uma cooperação; é um resultado esperado pelo Marco de Sendai e constitui um princípio norteador para a redução de riscos de desastres no mundo” (Freitas; Sartorio; Dorfman, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	Ao caracterizar essa relação como mais do que uma cooperação, a fala do tenente Leonardo Siqueira, entrevistado pela reportagem, e incorporada à narrativa documental, reforça o caráter estruturante dessa articulação, indicando que a atuação conjunta é apresentada como parte de um horizonte mais amplo de enfrentamento e redução de riscos de desastres.
Algumas perspectivas futuras incluem o desenvolvimento de sistemas de informações destinados às queimadas e à Operação Verão para o CBMRS. Institucionalmente, espera-se consolidar o vínculo entre o CBMRS e a UFRGS, permitindo a realização de convênios, estágios e práticas de extensão (Freitas; Sartorio; Dorfman, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A referência à consolidação do vínculo evidencia que a atuação em rede não se restringe a uma resposta pontual à crise, mas se projeta como uma articulação contínua entre as instituições. Ao mencionar a possibilidade de convênios, estágios e práticas de extensão, a narrativa indica que a experiência desenvolvida durante o evento cria condições para a institucionalização e continuidade dessa relação.
A elaboração e a operação do sistema recebem a colaboração do Instituto de Geociências e de outras unidades da UFRGS, da PUCRS, entre outras instituições públicas (Freitas; Sartorio; Dorfman, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A participação de diferentes unidades da própria universidade e de outras instituições reforça o caráter ampliado dessas redes, evidenciando a atuação colaborativa como elemento central da resposta institucional.
A Faculdade de Direito se tornou a sede provisória da OAB/RS após as inundações atingirem o prédio da entidade, na Rua Washington Luiz. É do espaço da universidade que são realizadas as atividades para garantir o seu funcionamento. Enquanto atuava nas suas questões, como a equalização da suspensão dos prazos nos tribunais de todo o país, a OAB também buscou receber e distribuir materiais de higiene, alimentos e água (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>.	Nesse caso, a universidade é narrada como espaço de suporte institucional, possibilitando a continuidade das atividades de outra entidade e contribuindo para a manutenção de serviços essenciais no contexto da crise. Ao ceder sua infraestrutura para o funcionamento da OAB/RS, a UFRGS é apresentada como base de sustentação para a atuação de outras instituições, evidenciando que a articulação em rede envolve não apenas cooperação técnica, mas também o compartilhamento de recursos e a reorganização de espaços diante de demandas emergenciais.

Fonte: Autoria própria (2026).

Considerados em conjunto, os documentos analisados evidenciam que a articulação em rede é apresentada como uma dimensão relevante da atuação institucional no contexto da crise, envolvendo a interação com diferentes atores e a mobilização de múltiplos recursos e saberes. Observa-se que essas relações se estabelecem em diferentes níveis, locais, institucionais e interinstitucionais, contribuindo para a ampliação do alcance das ações desenvolvidas.

Ao evidenciar essas articulações, as narrativas organizam a atuação da universidade como um processo que se realiza por meio da cooperação e da interação com diferentes instâncias, integrando iniciativas e recursos no enfrentamento da crise. A partir dessas formas de atuação prática, torna-se possível avançar para a análise de outro conjunto de narrativas, que evidenciam a atuação da universidade por meio da produção e da mobilização de conhecimento, aspecto que será abordado na seção seguinte.

5.2 Tema: Atuação da universidade na crise por meio do conhecimento

O segundo tema, denominado “Atuação da universidade na crise por meio do conhecimento”, reúne narrativas documentais que evidenciam a atuação da UFRGS a partir da produção, sistematização e circulação de saberes no contexto das enchentes de maio de 2024. Diferentemente das ações diretas de enfrentamento da crise, essas narrativas destacam formas de atuação mediadas pelo conhecimento, por meio das quais a universidade interpreta o evento, produz explicações e compartilha informações com diferentes públicos.

Para fins analíticos, este tema organiza-se em dois subtemas: “Pesquisa científica sobre a crise” e “Comunicação e divulgação científica”. Esses subtemas permitem detalhar diferentes dimensões da atuação mediada pelo conhecimento narrada nos documentos, sendo analisados nas subseções a seguir.

5.2.1 Subtema: Pesquisa científica sobre a crise

As narrativas documentais analisadas evidenciam que a atuação da universidade por meio do conhecimento se estrutura, em grande medida, a partir da

produção de dados e da construção de interpretações sobre a crise. Nesse contexto, a pesquisa científica é apresentada como uma forma de atuação que busca compreender o evento, identificar seus desdobramentos e subsidiar ações relacionadas ao enfrentamento da crise. A seguir, no Quadro 7, são analisados trechos dos documentos que evidenciam como a pesquisa científica sobre a crise é construída nas narrativas institucionais.

Quadro 7 — Narrativas documentais relacionadas à pesquisa científica sobre a crise

Trecho	Análise
A partir dos relatos e imagens de deslizamentos de terra e outros impactos, os pesquisadores querem identificar áreas que ainda apresentam risco, considerando as chuvas previstas para esta semana. A ideia também é montar um mapa cidadão que futuramente possa embasar estudos científicos e trabalhos técnicos (Barradas, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>. “Essas informações são de extrema importância para nós, pois vão nos ajudar a entender a magnitude desse desastre e planejar medidas futuras” (Barradas, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	Nesses trechos, a narrativa constrói a pesquisa científica como um processo que articula coleta de dados, análise e projeção. A participação da população é integrada à produção do conhecimento, ampliando o alcance das informações e permitindo que os impactos sejam identificados em diferentes territórios. Ao mesmo tempo, o uso dessas informações para compreender a magnitude do desastre e planejar ações futuras evidencia que o conhecimento produzido não se limita ao registro do evento, mas contribui para organizá-lo como objeto de interpretação e intervenção.
Entre as ações de pesquisadoras e pesquisadores, estão o diagnóstico em tempo real da situação em que nos encontramos e também o início de análises do nosso passado recente e de projeções para pensarmos sobre o gerenciamento da crise e o começo da reconstrução (Cardoso, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	O trecho evidencia que a pesquisa científica é narrada como um esforço de leitura do presente articulado ao passado e ao futuro. Ao mencionar o diagnóstico em tempo real, a análise de eventos recentes e a elaboração de projeções, o documento constrói a atuação da universidade como um processo contínuo de produção de conhecimento que busca dar sentido à crise e orientar caminhos para sua gestão e superação.
Professores, técnicos e estudantes do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS trabalham intensamente na coleta e no processamento de amostras de diversos pontos do Guaíba (Miglioranza, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>. A partir de um vasto conjunto de dados, que incluem aqueles relativos às enchentes de 1941, 1967 e 2023, estudantes, técnicos e professores trabalham no Laboratório de Hidrometria com modelos de bacias	Nesse caso, a narrativa enfatiza a pesquisa científica como uma atividade sistemática de produção e tratamento de dados. A articulação entre registros históricos, dados atuais e modelos de simulação evidencia que o conhecimento produzido busca compreender o fenômeno em sua complexidade, incorporando múltiplas variáveis e cenários possíveis. Assim, a crise é narrada não apenas como evento, mas como objeto de investigação científica que demanda análise comparativa e modelagem.

hidrográficas e também com dados meteorológicos para simular as condições hidrológicas (relativas ao ciclo da água) e hidrodinâmicas (relativas ao movimento da água). Levam em conta vários cenários: com ou sem vento, com ou sem precipitação de chuva. Também são feitas comparações com modelos americanos e europeus (Miglioranza, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	
Essas ações incluem a avaliação dos impactos ambientais, a formulação de estratégias de mitigação dos impactos e a proposição de soluções para melhorar a resiliência das comunidades afetadas com o intuito de fornecer orientações científicas e técnicas para responder de forma mais eficiente ao desastre hidrológico em curso no Rio Grande do Sul (Miglioranza, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i> Atualmente, o NESA está concentrado em proteger as pessoas contra doenças transmitidas pela água, metais tóxicos e contaminantes emergentes na água da inundação. Para isso, coletamos amostras de água e lodo em várias áreas afetadas do estado para avaliar sua qualidade. Essas análises nos permitem auxiliar a sociedade civil na prevenção e tratamento de doenças. O monitoramento desses pontos é crucial para embasar decisões estratégicas em saneamento, abrangendo água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem pluvial (Miglioranza, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	Os trechos evidenciam que a pesquisa científica é apresentada como uma atividade voltada não apenas à compreensão dos impactos da crise, mas também à formulação de respostas e estratégias de mitigação. A coleta e análise de dados ambientais aparecem articuladas à prevenção de doenças, à proteção das populações afetadas e ao planejamento de ações em saneamento, indicando que o conhecimento produzido é narrado em estreita relação com demandas concretas do contexto de desastre.
A elevada demanda por resgates exigia o georreferenciamento rápido dos endereços para identificar zonas com maior número de pedidos, para direcionar as operações. Esse cenário de crise levou o professor Marcos Wellausen Dias de Freitas, do Departamento de Geografia, e equipe a montarem uma infraestrutura de geotecnologias junto ao Comando dos Bombeiros. Com objetivo de subsidiar as operações de apoio, resgate e buscas em campo, além do planejamento do comando do CBMRS, foi produzido um sistema geoespacial de informações, composto por painéis com o mapa de operações, um aplicativo de campo para as equipes de campo e formulários para o registro das operações (Freitas; Sartorio; Dorfman, 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade).</i>	Nesse caso, a narrativa evidencia que a pesquisa científica se materializa em ferramentas e sistemas que organizam informações e orientam a ação. O uso de geotecnologias permite transformar dados dispersos em representações espaciais que facilitam a tomada de decisão, mostrando que o conhecimento produzido pela universidade se integra diretamente às estratégias de resposta à crise.

Em momentos trágicos como este que assolou o Rio Grande do Sul, a necessidade de informações confiáveis e de qualidade é fundamental. Diante da condição trágica causada pelas enchentes, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS foi uma fonte importante de informações e dados técnicos, com análises qualificadas e previsões a partir da experiência de dezenas de anos dessa unidade acadêmica (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>. Em maio de 2024, a atuação do IPH se deu em várias frentes: enquanto algumas equipes atuaram coletando amostras de água das regiões alagadas para detectar compostos orgânicos e patogênicos, outros utilizavam estas e outras informações para mapear as áreas inundadas ou buscavam informações a respeito do sistema de proteção e de bombeamento da água represada, entre outras atividades (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>. No final de maio, o Núcleo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, vinculado ao IPH, divulgou o documento 'Gestão estratégica de cheias: a visão integrada necessária à reconstrução no estado', que reuniu pontos importantes para que as ações de reconstrução fossem focadas no aumento da resiliência. Em agosto, o IPH, em parceria com os pesquisadores do Instituto de Geociências, divulgou nota técnica registrando o recorde dos níveis d'água e das vazões no curso hídrico do Guaíba em 5 de maio (UFRGS, 2025). <i>(Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024)</i>.	Os trechos indicam que a produção de conhecimento é organizada e sistematizada por meio de diferentes formatos documentais, como documentos estratégicos e notas técnicas, que registram análises, dados e projeções produzidos pela universidade. A referência ao IPH como fonte de informações confiáveis e à diversidade de frentes de atuação desenvolvidas evidencia que o conhecimento científico é narrado como elemento central para a compreensão da crise e para a formulação de respostas relacionadas à reconstrução e à mitigação de impactos. Ao articular coleta de dados, análises técnicas e divulgação de documentos especializados, a narrativa apresenta a universidade como instância capaz de produzir e sistematizar conhecimentos voltados à interpretação do evento.
[...] docentes da Faculdade de Ciências Econômicas divulgaram o manifesto 'A Reconstrução do Rio Grande do Sul' com o objetivo de contribuir com o enfrentamento à catástrofe climática tanto no curto quanto no longo prazo; o Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica do Instituto de Geociências publicou uma nota sobre a necessidade de muita precaução a respeito da possibilidade de construção de canal de drenagem entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico; [...] o Instituto de Geociências divulgou nota técnica com o mapeamento de aproximadamente 18 mil km² e identificação de mais de 16 mil movimentos de massa com o objetivo de auxiliar a gestão pública a tomar medidas de prevenção e adaptação na Serra Gaúcha, no	Nesse trecho, a narrativa organiza a atuação científica como um conjunto articulado de iniciativas que envolvem diferentes áreas do conhecimento. A produção de manifestos, notas técnicas e mapeamentos evidencia a diversidade de abordagens mobilizadas para interpretar a crise, ao mesmo tempo em que reforça a inserção da universidade em processos de formulação de políticas públicas.

Vale do Taquari, no Vale do Rio Pardo e na Quarta Colônia; diversos docentes integram o Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática do Plano Rio Grande com a missão de analisar e propor ações e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da crise climática no Estado (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>).	
Interseção do subtema 5.2.1 com a dimensão humanitária da atuação universitária	
“Nosso objetivo é fornecer dados para pesquisas diversas e fomentar políticas públicas. A ciência é para a sociedade, ela precisa servir a todo mundo”, ressalta o professor Maurício Paixão (Miglioranza, 2024b). (<i>Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade</i>).	Nesse caso, a produção científica é explicitamente orientada por sua finalidade social, sendo apresentada, a partir do depoimento do docente, como instrumento voltado à coletividade. A ênfase na necessidade de que a ciência sirva à sociedade evidencia que o conhecimento produzido é narrado não apenas como resultado técnico, mas como prática comprometida com a proteção e o bem-estar da população.
O capitão Émerson Ribeiro destaca a importância da parceria: “o que evidenciamos nos últimos dias em termos operacionais é que a ciência e a operação jamais devem ser dissociadas; elas fazem o casamento perfeito. A produção de conteúdo científico de qualidade e o uso de ferramentas acadêmicas dão a clareza necessária para a efetiva tomada de decisões operacionais” (Freitas; Sartorio; Dorfman, 2024). (<i>Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade</i>).	Nesse trecho, a ciência é apresentada, a partir do depoimento do agente operacional, como elemento fundamental para orientar decisões em contextos de risco, indicando que a produção de conhecimento está diretamente relacionada à proteção de vidas e à eficácia das ações de resposta à crise.

Fonte: Autoria própria (2026).

Considerados em conjunto, os documentos analisados evidenciam que a pesquisa científica é apresentada como uma dimensão relevante da atuação da universidade por meio do conhecimento, envolvendo a produção de dados, a elaboração de análises, o desenvolvimento de modelos e a sistematização de informações. Observa-se que essas atividades se articulam à interpretação da crise e à organização de informações que permitem compreender seus diferentes aspectos.

Ao evidenciar esses processos, as narrativas organizam a atuação científica como um conjunto de práticas voltadas à produção e ao tratamento de informações, contribuindo para a construção de leituras sobre o evento e suas características. A análise dessas narrativas permite avançar para o exame das formas de

comunicação e circulação desse conhecimento, aspecto que será abordado no subtema a seguir.

5.2.2 Subtema: Comunicação e divulgação científica

Em continuidade às análises desenvolvidas na seção anterior, observa-se que a atuação da universidade por meio do conhecimento se desdobra também em sua circulação e tradução para diferentes públicos. Nesse contexto, a comunicação e a divulgação científica são apresentadas como formas de atuação que permitem a disseminação e a apropriação das informações produzidas no âmbito acadêmico em um cenário de emergência. A seguir, no Quadro 8, são analisados trechos dos documentos que evidenciam como a comunicação e a divulgação científica são construídas nas narrativas documentais.

Quadro 8 — Narrativas documentais relacionadas à comunicação e divulgação científica

Trecho	Análise
Por meio de entrevistas com especialistas de instituições federais de Ensino Superior, o podcast ‘Comunicação Universitária em Rede – Emergência Climática Rio Grande do Sul’ vai tratar das necessidades das populações do Rio Grande do Sul em situação de emergência (Jornal da Universidade, 2024c). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>. Serão abordados temas de utilidade pública mais direcionados para a população atingida, como cuidados com humanos e animais e redes de apoio e de serviços disponíveis (Jornal da Universidade, 2024c). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	Nesses trechos, a narrativa constrói a divulgação científica como prática orientada à tradução do conhecimento para o público em geral. A mediação realizada por meio de entrevistas e formatos acessíveis, como o podcast, evidencia um esforço de tornar o conhecimento compreensível e útil em um contexto de emergência, no qual a informação assume papel central na orientação de comportamentos e na organização da resposta social.
Esses produtos foram divulgados na mídia local (rádio, TV e plataformas digitais) e utilizados por instituições, como a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS), Corpo de Bombeiros, VIGIDESASTRES, além da população em geral (Zorzo et al., 2024). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	Nesse caso, a narrativa evidencia que a divulgação científica é estruturada como um processo ampliado de circulação de informações, no qual diferentes meios são mobilizados para alcançar públicos diversos. A ênfase no alcance das publicações e na utilização dos materiais por instituições públicas e pela população indica que o conhecimento produzido não apenas circula, mas é apropriado

O alcance do Instagram do NESA durante o mês de maio, após o início das publicações com orientações sobre os desastres, foi 5.022% maior em comparação com o período de 10 a 30 de abril, atingindo 28 mil contas e obtendo um aumento de 26,3% de seguidores (até 21/05/2024). Vale ressaltar que todos os materiais desenvolvidos são baseados em padrões e protocolos internacionais usados em situações similares e foram eventualmente adaptados às condições locais, garantindo a relevância e eficácia das informações fornecidas (Zorzo <i>et al.</i>, 2024). (<i>Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade</i>).	como referência para a tomada de decisões e para a adoção de práticas em contextos de risco.
[...] diversas unidades acadêmicas disponibilizaram orientação para a população atingida pelas enchentes, entre elas: a Cartilha Emergencial - Saju Informa, da Faculdade de Direito, com informações acerca de benefícios e direitos da população atingida; o Projeto 'Ajuda RS', da Escola de Engenharia, com o objetivo de prestar orientações sobre os auxílios governamentais disponíveis à população atingida pela enchente que, além do material, prestou atendimento presencial; o Departamento de Atenção à Saúde emitiu um documento informativo sobre leptospirose; os estudantes do curso de Administração Pública e Social desenvolveram materiais para orientar os cidadãos no processo de solicitação desses benefícios; o projeto SOS-PME, da Escola de Administração, lançou uma cartilha informativa para auxiliar as micro, pequenas e médias empresas com informações e orientações práticas sobre benefícios e ações disponíveis de auxílio; o Programa de Saúde e Bem-Estar Estudantil (Saber Viver), disponibilizou informações básicas sobre como receber ajuda, como ajudar e onde buscar informações (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>).	O trecho evidencia que a comunicação do conhecimento assume a forma de materiais e ações voltados à orientação imediata da população atingida. A diversidade de iniciativas mencionadas, como cartilhas, documentos informativos, materiais explicativos e atendimentos presenciais, indica que a circulação das informações é organizada de modo a atender demandas práticas relacionadas ao contexto da crise. Nesse movimento, a narrativa apresenta a universidade como mediadora entre conhecimentos especializados e necessidades concretas da população, traduzindo informações técnicas em orientações acessíveis e aplicáveis ao cotidiano dos atingidos.
Interseção do subtema 5.2.2 com a dimensão humanitária da atuação universitária	
Em 27 de agosto, a atuação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas e o esforço de seus pesquisadores, que demonstraram mais uma vez para a sociedade a relevância da ciência, foram reconhecidos com o prêmio destaque do 25º Troféu Guri, entregue na 47ª Expointer (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>).	Nesse caso, o reconhecimento público da atuação dos pesquisadores evidencia que a produção e a divulgação do conhecimento são socialmente valorizadas não apenas por seu conteúdo técnico, mas por seu papel no enfrentamento da crise. A menção ao esforço dos pesquisadores e à relevância da ciência reforça a ideia de que a atuação universitária, ao comunicar e difundir conhecimento, estabelece vínculos com a sociedade e se

	insere em um horizonte mais amplo de responsabilidade social.
--	---

Fonte: Autoria própria (2026).

Considerados em conjunto, os documentos analisados evidenciam que a comunicação e a divulgação científica são apresentadas como dimensões relevantes da atuação da universidade por meio do conhecimento, envolvendo a tradução, a disseminação e a adaptação de informações para diferentes públicos. Observa-se que essas práticas se realizam por meio de diferentes formatos e canais, ampliando as possibilidades de circulação do conhecimento produzido. Ao evidenciar esses processos, as narrativas organizam a atuação da universidade como mediadora entre o conhecimento especializado e diferentes contextos de uso, articulando informações técnicas a demandas concretas relacionadas à crise.

5.3 Memória em situações de catástrofe nas narrativas documentais

A organização deste capítulo fundamenta-se nos temas e subtemas identificados durante a Análise Temática, os quais orientaram a sistematização das narrativas documentais examinadas. Entretanto, a natureza qualitativa da análise permite que um mesmo conjunto de evidências seja interpretado a partir de diferentes referenciais teóricos, possibilitando novas aproximações com o objeto investigado. Nesse sentido, algumas narrativas analisadas apresentam elementos que dialogam diretamente com as discussões desenvolvidas no capítulo de bases conceituais acerca da memória em situações de catástrofe.

Em razão da relevância dessa temática para os objetivos da pesquisa, apresenta-se, nesta seção, uma leitura transversal de trechos já analisados nas seções anteriores. Sem alterar a organização temática construída a partir da Análise Temática, essa leitura reúne evidências que permitem identificar diferentes expressões da memória em situações de catástrofe presentes nas narrativas documentais, tais como a construção de marcos temporais, a rememoração de experiências, a atribuição de significados ao acontecimento e a produção de referências compartilhadas sobre a crise. Para evidenciar esses aspectos, o Quadro

9 apresenta trechos selecionados das narrativas documentais, acompanhados de suas respectivas análises, com o objetivo de identificar diferentes expressões da memória em situações de catástrofe presentes nos documentos analisados.

Quadro 9 — Expressões da memória em situações de catástrofe nas narrativas documentais

Trecho	Análise
Em uma reunião aberta, no dia 13 de junho, sobre a situação da Escola e as perspectivas de futuro, abordando as reformas a serem realizadas, o professor Fabio Meira sugeriu que fosse organizada uma vitrine com alguns exemplares da biblioteca perdidos pela água, a fim de que tal tragédia para sempre seja lembrada (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A narrativa evidencia uma intenção de manter a tragédia como referência para a instituição ao propor a organização de uma vitrine com exemplares atingidos pela água. Ao atribuir aos objetos danificados a função de remeter ao acontecimento, o trecho demonstra como elementos materiais podem ser mobilizados para manter presente a lembrança da enchente
“Tive a experiência da pandemia [na UFRGS] do início até o final”, compartilha o estudante de Administração Tiago Folador, que teve seu primeiro semestre na Universidade interrompido pela crise mundial de saúde. [...] Hoje, no sexto semestre, a vivência universitária de Tiago, atual presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração (CAEA), é mais uma vez interrompida. A sede do CAEA, lugar de tantas memórias boas e de interações entre os colegas, foi mais um dos espaços invadidos pela água (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A narrativa mobiliza a memória ao relacionar a experiência das enchentes a acontecimentos anteriores vividos pelo estudante e ao caracterizar a sede do centro acadêmico como um espaço carregado de lembranças. A sobreposição entre diferentes experiências evidencia como o desastre passa a ser compreendido em continuidade com a trajetória vivida pela comunidade universitária.
Quando Angela Maria Souza de Oliveira chegou na Escola de Administração (EA), no dia 6 de maio, para mais uma semana de trabalho, encontrou as portas do prédio fechadas e a água tomando conta da calçada (Pereira, 2024a). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	A narrativa evidencia a rememoração da experiência vivida durante a enchente por meio do testemunho de uma servidora que relata o momento em que se depara com a inundação. Ao registrar essa vivência individual em um documento institucional, o relato insere uma experiência pessoal em uma narrativa compartilhada, contribuindo para a construção da memória da catástrofe no âmbito da universidade.
Universidade se mobiliza rapidamente para receber mais de 500 pessoas desabrigadas pelas inundações e coordenar o grande fluxo de voluntários e doações (Pereira, 2024b). <i>(Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade)</i>.	O trecho evidencia uma expressão da memória coletiva ao registrar um dos acontecimentos mais marcantes da atuação institucional durante a crise. Ao destacar o acolhimento às pessoas desabrigadas, a narrativa atribui relevância a uma experiência compartilhada que tende a integrar a forma como a universidade recorda

	sua atuação durante as enchentes.
Já no sábado, dia 4, foi publicada a portaria no 2.916, que suspendeu o expediente da UFRGS entre os dias 6 e 10 de maio, seguindo as orientações da prefeitura de Porto Alegre, que declarou estado de calamidade pública (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>). Ainda, foram publicadas as portarias no 2.947, no 3.099 e no 3.100, estendendo o período de suspensão das atividades nos períodos de 11 a 18 de maio e de 19 maio a 1 de junho; os Restaurantes Universitários foram fechados por tempo indeterminado, diante disso, os beneficiários PRAE receberam um auxílio emergencial para alimentação (UFRGS, 2025). (<i>Relatório de gestão institucional - Relatório de Gestão 2024</i>).	A sucessão de medidas institucionais evidencia a constituição de um marco temporal associado à enchente. A interrupção das atividades rompe a rotina universitária e delimita um período excepcional, contribuindo para a construção de referências que distinguem a experiência institucional antes, durante e após a catástrofe.
Durante a apuração das informações trazidas nesta reportagem, uma das palavras que mais se repetiu na fala dos entrevistados foi 'comunidade'. As frases variam, mas esta palavra segue presente nos comentários de como "a comunidade se uniu", do quanto "a comunidade precisava de ajuda" ou mesmo sobre o surgimento de uma "sensação de pertencimento à comunidade" de determinada faculdade (Bobsin; Gomes Filho, 2024). (<i>Reportagem jornalística institucional – Jornal da Universidade</i>).	A recorrência de referências à comunidade, à união e ao pertencimento evidencia que a experiência da enchente é narrada como uma vivência coletiva. A repetição desses elementos demonstra a construção de lembranças compartilhadas sobre a crise, nas quais a solidariedade e o apoio mútuo passam a integrar a forma como o acontecimento é recordado.

Fonte: Autoria própria (2026).

As evidências reunidas no Quadro 9 permitem identificar que as narrativas documentais analisadas apresentam diferentes expressões da memória em situações de catástrofe. Essas expressões manifestam-se na rememoração das experiências vividas pelos sujeitos, na atribuição de significado às perdas materiais e simbólicas, na construção de referências compartilhadas sobre a crise e na delimitação de um marco temporal que distingue a trajetória institucional antes e após as enchentes. Desse modo, as narrativas não apenas descrevem os acontecimentos, mas registram formas pelas quais a universidade e sua comunidade passam a significar a experiência da catástrofe.

Essas expressões da memória dialogam com a compreensão de Halbwachs (2006) de que a memória é construída coletivamente, uma vez que as lembranças

presentes nas narrativas extrapolam experiências individuais e passam a integrar uma elaboração compartilhada do acontecimento. Da mesma forma, aproximam-se das reflexões de Pollak (1992), ao evidenciarem que eventos críticos mobilizam processos de seleção e reorganização das lembranças, e de Neves (2013), para quem situações de catástrofe rompem a continuidade da vida social e passam a ser elaboradas por meio de narrativas, testemunhos e diferentes formas de representação.

Observa-se, ainda, que algumas narrativas revelam uma intenção explícita de manter viva a lembrança das enchentes, como ocorre na proposta de organizar uma vitrine com objetos atingidos pela água, atribuindo-lhes a condição de referência permanente do acontecimento. Outras registram experiências, perdas, solidariedade e mudanças que passam a constituir referências compartilhadas para a compreensão da crise. Esses elementos aproximam-se da noção de dever de memória discutida por Farias e Pinto (2016), da compreensão de Arruda e Colácios (2024) acerca dos eventos climáticos extremos como marcos estruturantes da memória social e das reflexões de Gonçalves et al. (2024) sobre a elaboração coletiva das experiências de desastre. Ao documentar e manter essas narrativas em circulação, os registros institucionais contribuem para que essas experiências permaneçam disponíveis para processos futuros de rememoração, aspecto que dialoga com a distinção entre memória ativa e memória passiva proposta por Kokorsch et al. (2025).

Por fim, cabe destacar que, em conjunto, as narrativas analisadas ao longo deste capítulo tendem a privilegiar interpretações que enfatizam a capacidade de resposta, a solidariedade, o compromisso social e a relevância da produção científica da universidade, produzindo uma representação predominantemente positiva de sua atuação diante das enchentes. Tal característica reforça a compreensão de que os documentos analisados não constituem registros neutros dos acontecimentos, mas produções narrativas que selecionam experiências, atores e formas de atuação, atribuindo visibilidade a determinadas interpretações sobre a crise e a atuação institucional (Le Goff, 1990; Ketelaar, 2005; Linde, 2008).

Com isso, conclui-se a análise das narrativas documentais organizadas neste capítulo, permitindo avançar, no capítulo seguinte, para a discussão dos achados à luz dos referenciais teóricos da pesquisa.

6 DISCUSSÃO DAS NARRATIVAS DOCUMENTAIS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Dando continuidade à análise desenvolvida no capítulo anterior, este capítulo tem por objetivo discutir os achados da pesquisa à luz dos referenciais teóricos mobilizados nas bases conceituais. Para isso, são retomadas contribuições teóricas relacionadas à memória social, à memória institucional e às narrativas documentais, mobilizando autores como Thiesen (2013), Pollak (1992), Candau (2016), Barbosa (2010), Ketelaar (2005) e Linde (2008).

A partir dessas e de outras referências, busca-se discutir de que maneira as narrativas documentais analisadas organizam e apresentam as ações desenvolvidas pela UFRGS no contexto das enchentes de maio de 2024, bem como compreender como essas narrativas auxiliam na construção da memória institucional da universidade. Nesse sentido, o capítulo parte da compreensão de que memória institucional, memória coletiva e narrativas documentais constituem processos socialmente produzidos, atravessados por disputas de sentido, interpretações e formas de organização da experiência vivida (Pollak, 1992; Thiesen, 2013; Linde, 2008).

Além disso, considera-se que contextos de crise tendem a intensificar processos de interpretação, seleção e reorganização de experiências institucionais, especialmente em situações capazes de tensionar práticas, valores e formas de atuação previamente consolidadas (Pollak, 1992; Thiesen, 2013). Nessa perspectiva, as narrativas documentais são analisadas como elementos relevantes para compreender os modos pelos quais a atuação universitária é registrada, interpretada e apresentada institucionalmente (Le Goff, 1990; Ketelaar, 2005; Linde, 2008).

Ao longo da discussão, busca-se compreender como diferentes dimensões da atuação da universidade, como a identificação de impactos, a mobilização de recursos, o engajamento da comunidade universitária, a articulação de redes, a produção científica e a divulgação de conhecimentos sobre a crise, aparecem nas narrativas documentais produzidas pela UFRGS durante e após as enchentes de maio de 2024.

Para tanto, o capítulo está estruturado em três seções. A primeira discute a mobilização da memória institucional no contexto da crise, considerando a articulação entre referências institucionais previamente consolidadas e os processos de adaptação desencadeados pelas enchentes. A segunda aborda a dimensão coletiva da memória institucional, enfatizando o papel das experiências compartilhadas, das relações de pertencimento e das articulações entre sujeitos e instituições na produção de sentidos sobre a crise. Por fim, a terceira seção analisa como as narrativas documentais auxiliam na construção da memória institucional da UFRGS.

6.1 Narrativas e mobilização da memória institucional na crise

A análise das narrativas documentais permite compreender que a atuação da UFRGS no contexto das enchentes de maio de 2024 não se constitui como uma resposta improvisada, mas como uma ação apoiada em padrões institucionais previamente estabelecidos e mobilizados diante da emergência. Os documentos analisados evidenciam que a resposta institucional é construída a partir de processos já conhecidos pela universidade, ainda que adaptados às especificidades da crise (Thiesen, 2013; Linde, 2008).

Ao enfatizarem elementos como rapidez, coordenação, mobilização e adaptação institucional, as narrativas documentais produzem uma interpretação específica da atuação da universidade diante da crise. Esse movimento aproxima-se da compreensão de Pollak (1992) acerca do enquadramento da memória, entendido como processo por meio do qual acontecimentos e experiências são organizados e interpretados a partir das preocupações do presente.

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente nos subtemas “Identificação de impactos” e “Gestão e mobilização de recursos”, nos quais a reorganização de estruturas administrativas, a definição de prioridades, a articulação entre equipes e a mobilização de recursos humanos e materiais são apresentadas como elementos centrais da resposta institucional às enchentes. A recorrência dessas formas de atuação sugere que a universidade mobiliza práticas e referências previamente consolidadas, vinculadas à gestão de recursos, à organização de fluxos de trabalho

e à articulação entre diferentes unidades acadêmicas. Nesse sentido, os documentos analisados indicam a mobilização de padrões já incorporados à memória institucional da universidade, aproximando-se da noção de memória-hábito proposta por Thiesen (2013), responsável pela reprodução de práticas, condutas e formas de organização institucional ao longo do tempo.

Assim, a rapidez, a coordenação e a capacidade de mobilização evidenciadas nas narrativas podem ser compreendidas como indícios da mobilização da memória institucional diante da crise. Ao organizarem essas ações como expressão da capacidade institucional de resposta, os documentos não apenas registram práticas desenvolvidas pela universidade, mas também legitimam determinadas formas de atuação, como coordenação intersetorial, mobilização rápida de recursos e articulação coletiva, como referências positivas da atuação institucional diante da crise (Linde, 2008; Ketelaar, 2005).

Além das narrativas relacionadas aos subtemas anteriormente mencionados, aquelas vinculadas ao subtema “Universidade como articuladora de redes” sugerem que os referenciais institucionais mobilizados pela universidade não são simplesmente reproduzidos de forma mecânica, mas reinterpretados e reorganizados diante das demandas impostas pela crise. A ampliação progressiva das ações, a incorporação de novas frentes de atuação, a criação de fluxos emergenciais e a articulação entre diferentes áreas do conhecimento evidenciam que a atuação institucional se desenvolve de forma processual, combinando continuidade e adaptação (Barbosa, 2010).

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente na análise articulada dos subtemas “Identificação de impactos” e “Pesquisa científica sobre a crise”, nos quais diagnósticos, levantamentos e análises sobre os efeitos das enchentes passam a transformar a experiência vivida em referência para o planejamento, a reorganização institucional e a projeção de ações futuras. Nesse movimento, as narrativas documentais analisadas sugerem que a experiência das enchentes passa a ser institucionalmente reinterpretada como acontecimento significativo para a trajetória da universidade, dialogando com a compreensão de Barbosa (2010) de que a memória institucional envolve a (re)construção e reorganização de fatos e eventos

significativos da organização a partir das experiências e sentidos produzidos no presente e no passado.

Essa interpretação também se articula à compreensão de que os processos de institucionalização envolvem a consolidação de normas, procedimentos e formas consideradas legítimas no interior da organização (Andrade, 2002). Ao narrar a atuação da universidade como processo estruturado, ainda que adaptativo, os documentos indicam que a resposta à crise não rompe integralmente com esses referenciais, mas os reorganiza e reconfigura diante das demandas emergenciais.

Nesse processo, as narrativas documentais não apenas registram a atuação da universidade diante das enchentes, mas também passam a organizar interpretações sobre práticas, valores e formas de atuação institucional relacionadas à experiência da crise. Ao enfatizarem dimensões como capacidade de resposta, coordenação, articulação coletiva e compromisso social, os documentos sugerem movimentos de estabilização de determinadas leituras sobre a atuação da universidade e de reorganização de referências institucionais diante das demandas produzidas pelo evento extremo (Thiesen, 2013; Pollak, 1992; Ketelaar, 2005).

A análise articulada dos subtemas “Identificação de impactos”, “Gestão e mobilização de recursos”, “Universidade como articuladora de redes” e “Pesquisa científica sobre a crise” permite observar que as narrativas documentais mobilizam simultaneamente referências institucionais previamente consolidadas e processos de reorganização dessas referências diante das experiências vividas durante as enchentes de maio de 2024 (Thiesen, 2013; Barbosa, 2010).

6.2 A dimensão coletiva da memória institucional

Em continuidade à análise desenvolvida na seção anterior, observa-se que a memória institucional mobilizada no contexto da crise não se sustenta de forma autônoma, mas depende das experiências e interpretações produzidas coletivamente pelos sujeitos que compõem a instituição (Thiesen, 2013).

As narrativas analisadas indicam que a resposta da UFRGS às enchentes foi construída não apenas a partir de estruturas e normas previamente estabelecidas, mas também por meio das práticas, interações e experiências compartilhadas pelos

diferentes atores envolvidos na atuação institucional. Nesse sentido, a memória institucional revela-se inseparável da dimensão coletiva que a constitui, sendo continuamente construída nas relações estabelecidas entre sujeitos, grupos e instituições (Halbwachs, 2006; Thiesen, 2013).

Essa dimensão coletiva torna-se particularmente evidente nas narrativas relacionadas aos subtemas “Engajamento da comunidade universitária” e “Universidade como articuladora de redes”, nos quais solidariedade, convivência e cuidado aparecem como elementos centrais da atuação institucional durante a crise. Mesmo experiências aparentemente individuais, como aquelas vividas nos espaços de acolhimento, passam a ser interpretadas e compartilhadas coletivamente, o que dialoga com a compreensão de Halbwachs (2006) de que a memória é sempre socialmente construída e atravessada por referências coletivas.

Ao apresentarem a atuação institucional como convergência de esforços entre estudantes, docentes, técnicos, voluntários externos e instituições parceiras, os documentos reforçam a compreensão de que a resposta à crise ultrapassa os limites formais da universidade, sendo sustentada por práticas, valores e formas de articulação compartilhadas. Essa dinâmica aproxima-se da compreensão de Linde (2008), para quem as instituições abrangem tanto grupos formais quanto informais, bem como práticas consolidadas e facilmente identificáveis.

A centralidade dessas articulações também pode ser compreendida a partir da perspectiva de Thiesen (2013), segundo a qual as instituições operam em rede no campo social e constroem sua memória institucional tanto a partir de referências internas quanto das relações estabelecidas com outros grupos e instituições. As narrativas analisadas evidenciam esse movimento ao apresentarem a atuação da universidade em constante articulação com instituições públicas, organizações da sociedade civil, voluntários e diferentes segmentos sociais, indicando que a construção da memória institucional da UFRGS ocorre também por meio dessas interações externas e dos sentidos produzidos coletivamente nesse processo.

As interações e articulações mobilizadas durante a crise também podem ser interpretadas à luz das discussões de Pollak (1992, p. 7) acerca da “rearrumação” da memória em contextos de crise, nos quais os acontecimentos passam a ser reinterpretados conforme as preocupações e necessidades do presente. A crise,

portanto, não apenas gera novos eventos, mas também reconfigura a forma como esses eventos são compreendidos e lembrados. A atribuição de significados simbólicos às práticas desenvolvidas, como a transformação de ações cotidianas em expressões de generosidade e esforço coletivo, evidencia que a memória envolve também a produção de sentidos sobre a experiência vivida.

Quando essas interpretações e significados passam a ser compartilhados, narrados e reconhecidos coletivamente no interior da universidade, eles também passam a integrar os processos por meio dos quais a própria instituição produz e constrói sua memória. Nesse sentido, a memória institucional da universidade constitui-se por meio das experiências coletivas continuamente produzidas e reinterpretadas pelos sujeitos que a compõem (Thiesen, 2013). Essa dinâmica pode ser observada nas próprias práticas narradas nos documentos, marcadas pela ampliação progressiva de iniciativas, pela articulação entre ações individuais e coletivas e pela incorporação de novos participantes à atuação institucional durante a crise.

A recorrência de narrativas associadas à solidariedade, ao pertencimento e ao compromisso social da universidade indica que essas experiências coletivas passam a ser incorporadas à atuação institucional não como respostas excepcionais, mas como expressões legítimas do papel social da UFRGS diante da crise. Nesse sentido, os documentos analisados sugerem que a memória institucional se constitui também a partir dos sentidos produzidos pelos sujeitos sobre suas próprias práticas e experiências coletivas, em consonância com a compreensão de Halbwachs (2006) de que a memória é socialmente construída a partir das experiências compartilhadas pelos grupos.

Essa relação entre sujeitos e instituição é fundamental para compreender a própria possibilidade de transformação da memória institucional. Conforme argumentam Santos e Valentim (2021), as instituições não possuem memória em si mesmas; são as pessoas que a constroem e a perpetuam. Nessa mesma direção, Thiesen (2013) afirma que as instituições retêm aquilo que consideram fundamental para seu funcionamento, mas não existem como abstrações, sendo construídas e sustentadas pelas ideias, valores e experiências dos sujeitos que as compõem.

Assim, a mudança institucional somente se torna possível quando há transformação nas próprias pessoas que participam da instituição, uma vez que são elas que validam, reinterpretam e incorporam novas experiências ao repertório institucional. No contexto das enchentes, isso se evidencia na forma como as experiências coletivas vividas pela comunidade universitária passam a produzir novos sentidos sobre o papel social da universidade, sugerindo movimentos de construção de sua memória institucional (Santos; Valentim, 2021; Thiesen, 2013).

Dessa forma, as enchentes de maio de 2024 podem ser interpretadas como um evento capaz de desencadear processos de construção da memória coletiva e, por consequência, da memória institucional da universidade. Ao mobilizar práticas intensas de colaboração, produzir experiências marcadas por solidariedade e atribuir novos sentidos às ações desenvolvidas, a comunidade universitária passa a produzir referências e interpretações que podem vir a ser incorporadas à memória institucional (Halbwachs, 2006; Pollak, 1992; Thiesen, 2013).

Esse processo é potencializado pelos mecanismos de socialização que operam no interior da universidade. Conforme observa Pollak (1992), a memória pode ser projetada por indivíduos ou grupos que se identificam com experiências que não viveram diretamente, mas que passam a incorporá-las por meio de processos sociais de compartilhamento e identificação.

Assim, as experiências vividas durante a crise tendem a ser compartilhadas, narradas e internalizadas por diferentes membros da comunidade universitária, ampliando seu alcance e favorecendo sua incorporação à memória institucional. Essa dinâmica também pode ser observada nos subtemas “Pesquisa científica sobre a crise” e “Comunicação e divulgação científica”, nos quais a circulação de interpretações e narrativas sobre o evento extremo contribui para ampliar institucionalmente o alcance dessas experiências.

Dessa forma, as narrativas documentais analisadas indicam que a participação da comunidade universitária na resposta às enchentes ultrapassa o plano operacional, contribuindo para a produção de sentidos sobre o papel social da universidade e para processos de construção de sua memória institucional. Ao organizar experiências coletivas, fortalecer vínculos de pertencimento e ampliar a circulação de interpretações sobre a crise, os documentos analisados sugerem que

memória coletiva e memória institucional se articulam de forma estreitamente relacionada no contexto das enchentes de maio de 2024 (Halbwachs, 2006; Thiesen, 2013).

6.3 Narrativas documentais e a construção da memória institucional

Em continuidade à discussão desenvolvida nas seções anteriores, observa-se que a memória institucional não apenas se constitui nas práticas e experiências compartilhadas, mas também se organiza, se estabiliza e se projeta por meio dos registros que narram essas experiências, na medida em que as narrativas documentais participam da produção, organização e circulação de sentidos sobre a atuação da instituição (Linde, 2008; Ketelaar, 2005). Nesse sentido, esta seção mobiliza um conjunto de narrativas documentais que, embora não tenham constituído temas específicos na análise temática, são aqui interpretadas como indícios de um processo de construção da memória institucional da UFRGS.

Trata-se de narrativas que evocam a atuação da universidade durante as enchentes, reinterpretam a crise como marco institucional e projetam estratégias futuras, evidenciando movimentos de atualização e construção da memória institucional. Essa dinâmica aproxima-se da compreensão de Candau (2016) e Pollak (1992), segundo os quais a memória não constitui reprodução fiel do passado, mas um processo continuamente construído a partir das demandas do presente.

Ao organizar e narrar a atuação institucional, os documentos operam processos de seleção, enquadramento e atribuição de sentido. Conforme argumenta Ketelaar (2005), os documentos não atuam apenas como registros passivos da experiência institucional, mas participam ativamente da produção e circulação de significados. No contexto analisado, isso se evidencia na forma como as narrativas documentais estabilizam determinadas interpretações sobre a atuação da universidade diante da crise e contribuem para a incorporação dessas experiências à memória institucional.

Tal movimento também dialoga com a compreensão de Thiesen (2013), segundo a qual as instituições emergem em resposta às demandas produzidas pela

sociedade. As narrativas analisadas evidenciam justamente o movimento pelo qual a universidade reorganiza práticas, mobiliza estruturas e projeta novas formas de atuação diante das demandas produzidas pelas enchentes de maio de 2024.

Nesse processo, a crise das enchentes de 2024 emerge nas narrativas como um marco interpretativo a partir do qual a atuação institucional passa a ser reorganizada e projetada. Isso se evidencia, por exemplo, em vídeo institucional publicado no Instagram em 20 de março de 2025, de divulgação do Summit em Mudanças Climáticas promovido pela UFRGS, no qual a reitora Márcia Barbosa afirma: “A UFRGS atuando no presente, mas também apontando o que irá fazer no futuro” (Climate Change Summit, 2025a).

Nesse trecho, a narrativa articula explicitamente diferentes temporalidades, convertendo a experiência recente em referência para a ação futura. Esse tipo de construção narrativa pode ser compreendido, à luz de Linde (2008), como mecanismo por meio do qual as instituições organizam interpretações sobre si mesmas e produzem coerência em contextos de mudança.

As narrativas analisadas também evidenciam aquilo que Thiesen (2013) compreende como a tensão permanente entre continuidade e transformação no interior das instituições. Ao mesmo tempo em que tendem a preservar práticas, normas e referências já consolidadas, as instituições também são atravessadas por processos graduais de mudança impulsionados pelas demandas do contexto histórico.

Além disso, essa compreensão aproxima-se da análise de Linde (2008), segundo a qual a repetição do passado tende a ser mais simples do que a transformação institucional. No caso analisado, a incorporação das enchentes como referência para novas estratégias e formas de atuação sugere justamente um movimento gradual de reorganização institucional e construção da memória institucional da universidade.

Ao transformar a experiência recente das enchentes em referência para a projeção de estratégias futuras, as narrativas documentais também contribuem para reorganizar simbolicamente a trajetória institucional da universidade, integrando o evento extremo à memória institucional da UFRGS.

A caracterização da enchente como marco torna-se ainda mais evidente em material audiovisual institucional divulgado em 3 de maio de 2025, voltado à divulgação do Summit em Mudanças Climáticas promovido pela UFRGS, no qual se afirma: “A enchente de 2024 foi um marco, mas também um chamado para agirmos. Estamos comprometidos com a ciência, a educação e a sociedade, trabalhando para construir um futuro melhor para todos” (Climate Change Summit, 2025b).

Nesse trecho, a enchente é explicitamente enquadrada como ponto de inflexão, a partir do qual a atuação da universidade é reinterpretada e projetada. A narrativa ultrapassa o registro do ocorrido e incorpora o evento à trajetória institucional como referência que orienta e reconfigura formas de atuação futuras. Ao converter a enchente em marco institucional, os documentos aproximam-se da compreensão de Arruda e Colácios (2024) de que eventos críticos tendem a consolidar-se como referências temporais significativas na memória coletiva, sendo continuamente rememorados e mobilizados na interpretação do presente.

Essa interpretação da crise como marco também pode ser compreendida a partir da perspectiva de Thiesen (2013), para quem as instituições lidam com crises em um duplo sentido: como espaços de práticas criadoras e conflituosas e, simultaneamente, como estruturas que tendem a perceber a crise como ameaça aos valores e referências institucionalizados. No contexto analisado, as narrativas documentais evidenciam justamente esse movimento de tensão, no qual a experiência das enchentes desafia referências previamente estabilizadas ao mesmo tempo em que impulsiona novas formas de organização, interpretação e atuação institucional.

Ao associarem a resposta institucional às enchentes a valores como ciência, educação e compromisso social, essas narrativas também contribuem para consolidar determinadas referências institucionais da universidade no âmbito de sua memória institucional. Tal movimento dialoga com a compreensão de Barbosa (2010), segundo a qual a memória institucional envolve a reorganização de acontecimentos considerados significativos para fortalecer vínculos entre a instituição e seus públicos.

Esse movimento de construção também se evidencia no já referido material audiovisual divulgado em 3 de maio de 2025, voltado à divulgação do Summit em

Mudanças Climáticas, na forma como as narrativas articulam a atuação recente às referências já consolidadas na memória institucional. Ao afirmar que “A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com seus pesquisadores, professores, estudantes e técnicos, uniram forças para ajudar a população a buscar soluções” (Climate Change Summit, 2025b), o documento constroi a resposta à crise como expressão de uma memória institucional em operação, ao mesmo tempo em que a atualizam à luz do contexto vivido. Essa articulação evidencia a coexistência, apontada por Thiesen (2013), entre forças de repetição, responsáveis pela continuidade institucional, e forças de ruptura, que introduzem novos sentidos e práticas à memória institucional.

Paralelamente, observa-se que a experiência da crise é progressivamente sistematizada e transformada em objeto de reflexão institucional, como se evidencia em material audiovisual divulgado pela UFRGS TV em seu canal no YouTube, em 25 de novembro de 2024, intitulado “Seminário de Emergência Climática e Ambiental - Acontece na UFRGS”.

No vídeo, que aborda as enchentes de maio de 2024 como referência central para a avaliação das ações já desenvolvidas pela universidade e para a definição de estratégias institucionais futuras, reunindo falas da reitora, de pró-reitorias e da direção do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA) sobre a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como sobre a atuação institucional no contexto da crise, afirma-se que: “O evento tem como objetivo debater e mapear as ações e os projetos da universidade relacionados a esse tema tão importante, principalmente no contexto das enchentes que atingiram o estado em maio de 2024” (UFRGS TV, 2024).

Nesse caso, a narrativa evidencia um esforço deliberado de organização da memória, no qual as ações desenvolvidas são revisitadas e reinterpretadas institucionalmente. Esse movimento aproxima-se da noção de dever de memória discutida por Farias e Pinto (2016), na medida em que a sistematização da experiência da catástrofe busca evitar o esquecimento e preservar acontecimentos considerados significativos.

Essa dinâmica também se aproxima da compreensão de Thiesen (2013) acerca do papel da memória no funcionamento institucional. Segundo a autora, a

memória atua como mecanismo por meio do qual as instituições selecionam e preservam referências consideradas fundamentais para sua atuação (Thiesen, 2013). No contexto analisado, a sistematização das experiências das enchentes evidencia um movimento de seleção e preservação de elementos que passam a ser compreendidos como significativos para a atuação da universidade diante das emergências climáticas.

A institucionalização das aprendizagens decorrentes da crise torna-se ainda mais evidente na criação de novas estruturas organizacionais, como se observa em matéria do Jornal da Universidade publicada em 27 de fevereiro de 2025, intitulada “Global Summit em Mudanças Climáticas: UFRGS no enfrentamento das emergências climáticas e ambientais”. Na reportagem, que apresenta as iniciativas institucionais desenvolvidas no contexto pós-enchentes e destaca a atuação da universidade na articulação de respostas frente às emergências climáticas, afirma-se que:

Como parte desse compromisso, a UFRGS criou a Secretaria Especial de Emergências Climáticas e Ambientais, um núcleo voltado ao monitoramento de riscos, à segurança da comunidade acadêmica e à articulação com a sociedade na busca por respostas eficazes frente aos desafios climáticos. (Kapczinski, 2025).

Nesse trecho, a narrativa evidencia a transformação da experiência vivida em estrutura institucional permanente. Ao inscrever essa iniciativa no âmbito da organização formal da universidade, o documento sugere um movimento de incorporação das aprendizagens decorrentes das enchentes ao funcionamento institucional. A criação da secretaria pode, assim, ser interpretada como indício de que a experiência da crise passa a ser mobilizada não apenas como referência narrativa, mas como base para novas formas de atuação institucional, aproximando-se da compreensão de Thiesen (2013) acerca da incorporação seletiva de práticas e referências à memória institucional.

A projeção dessa memória para o futuro também se expressa na formulação de estratégias institucionais orientadas pela experiência recente, como se evidencia no mesmo material audiovisual anteriormente referido, divulgado pela UFRGS TV em seu canal no YouTube em 25 de novembro de 2024. No vídeo, em fala da reitora da universidade, Marcia Barbosa, ao tratar da definição de respostas institucionais

diante da emergência climática, afirma-se que: “É a comunidade que atua no tema que vai definir qual é a estratégia que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul vai ter toda vez que tivermos o confronto com a emergência climática e ambiental, [...]” (UFRGS TV, 2024).

Nesse trecho, a narrativa desloca a experiência da crise do plano do ocorrido para o da antecipação, ao indicar que os aprendizados construídos no contexto das enchentes passam a orientar a definição de estratégias futuras. Ao enfatizar o papel da comunidade universitária nesse processo, o documento sugere que a elaboração dessas respostas se dá de forma situada e coletiva, evidenciando um movimento no qual a experiência vivida é mobilizada como referência para a organização de formas recorrentes de atuação institucional.

Essa interpretação aproxima-se da compreensão de Thiesen (2013) acerca da memória-hábito e da reprodução de práticas institucionais, bem como da perspectiva de Santos e Valentim (2021), que associam a memória institucional ao comportamento institucional e à resiliência diante de desafios. Nesse sentido, as narrativas analisadas sugerem que as experiências produzidas durante a crise passam gradualmente a orientar estratégias e formas de atuação da universidade diante de futuras emergências climáticas.

Esse movimento se amplia quando se retomam os eventos organizados pela universidade após as enchentes, já mencionados anteriormente e diretamente vinculados à experiência da crise, indicando que o evento é incorporado como referência estruturante para a ação institucional. Ao projetar espaços de debate e formulação de estratégias, essas iniciativas evidenciam que a memória da crise não permanece restrita ao passado, mas é mobilizada como recurso para a construção do futuro (Barbosa, 2010; Thiesen, 2013).

A própria formulação de diretrizes institucionais evidencia esse processo de construção, como se observa em matéria do Jornal da Universidade publicada em 28 de novembro de 2024, intitulada “UFRGS declara emergência climática e ambiental”. Na reportagem, que aborda a resposta institucional às enchentes e a definição de orientações estratégicas voltadas à gestão de riscos e ao enfrentamento de eventos climáticos, afirma-se que: “Ao declarar emergência climática e ambiental, a UFRGS indica os caminhos para a gestão de riscos no

presente e traça um projeto de futuro pautado no desenvolvimento sustentável” (Barbosa, 2024).

Nesse trecho, a narrativa articula a experiência recente da crise à definição de orientações e prioridades futuras. Ao fazê-lo, o documento não apenas registra uma decisão administrativa, mas organiza uma leitura da atuação institucional que conecta diagnóstico, ação e projeção. Esse movimento evidencia que as instituições não podem ser compreendidas como estruturas marcadas por permanência absoluta. Conforme argumenta Andrade (2002), elas estão sujeitas a transformações decorrentes dos condicionamentos históricos e das mudanças sociais.

Por todo exposto, a análise do conjunto das narrativas documentais permite afirmar que a crise das enchentes de maio de 2024 desencadeou um processo de construção da memória institucional da UFRGS. Ainda que esse movimento se encontre em desenvolvimento, os indícios identificados demonstram que a experiência da crise passa progressivamente a reorganizar referências institucionais, influenciando práticas, estratégias e formas de atuação da universidade diante das emergências climáticas.

Essa construção não ocorre de forma imediata, mas por meio de dinâmicas contínuas de seleção, estabilização e circulação de sentidos no interior da instituição. Embora Pollak (1992) e Candau (2016) não tratem especificamente da memória institucional, suas contribuições permitem compreender a memória como fenômeno seletivo, socialmente construído e permanentemente construído a partir das demandas do presente. Articulada à perspectiva de Thiesen (2013), segundo a qual a memória institucional é atravessada por processos de seleção, permanência, esquecimento e transformação, essa compreensão permite interpretar a memória institucional da UFRGS como um processo em elaboração, continuamente reorganizado pelas experiências e narrativas produzidas no contexto da crise.

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que o processo de construção da memória institucional da UFRGS envolve múltiplas dimensões articuladas. Os subtemas “Identificação de impactos”, “Gestão e mobilização de recursos”, “Universidade como articuladora de redes” e “Pesquisa científica sobre a crise” demonstram que a atuação institucional da universidade se apoia na

mobilização de sua memória institucional, acionando padrões, práticas e formas de organização previamente consolidados, ao mesmo tempo em que reorganiza essas referências diante das demandas produzidas pela crise (Thiesen, 2013).

Ao mesmo tempo, os subtemas “Engajamento da comunidade universitária”, “Universidade como articuladora de redes”, “Pesquisa científica sobre a crise” e “Comunicação e divulgação científica” evidenciam que esses processos dependem das experiências coletivas, das relações de pertencimento e da mobilização de diferentes sujeitos e instituições, bem como da produção e circulação de interpretações sobre o evento extremo (Thiesen, 2013; Halbwachs, 2006; Pollak, 1992). Nesse contexto, as narrativas documentais operam como dispositivos de memória institucional ao registrar, enquadrar e atribuir sentido à experiência da crise, contribuindo para sua incorporação, atualização e reconfiguração no âmbito da memória da universidade (Linde, 2008; Ketelaar, 2005).

Além disso, a análise das narrativas documentais discutidas na seção 6.3 indica que os documentos institucionais participam da produção e circulação de sentidos sobre a experiência das enchentes, especialmente ao reinterpretar a crise como marco institucional e articular referências para a atuação futura da universidade (Linde, 2008; Ketelaar, 2005). As narrativas analisadas também sugerem movimentos de sistematização das experiências decorrentes do evento extremo, convertendo a experiência vivida em referência para a reorganização de práticas, estratégias e formas de atuação institucional diante das emergências climáticas (Barbosa, 2010).

A análise desenvolvida também permite identificar que as narrativas documentais contribuem para a consolidação de determinados sentidos institucionais acerca da própria UFRGS. A recorrência de referências à solidariedade, ao acolhimento, ao compromisso social, à produção científica e à articulação coletiva produz uma representação da universidade como uma instituição pública socialmente comprometida, humanitária, acolhedora, cientificamente engajada e capaz de mobilizar respostas diante das emergências climáticas. Nesse contexto, a narrativa humanitária assume centralidade ao enquadrar a atuação institucional a partir de valores como cuidado, proteção e responsabilidade social,

convertendo essas dimensões em referências significativas para a construção da memória institucional.

Sob essa perspectiva, as narrativas documentais também podem ser compreendidas como mecanismos de legitimação institucional, na medida em que, ao selecionar determinadas experiências, atores e formas de atuação, produzem e estabilizam sentidos sobre o papel da universidade diante da crise (Linde, 2008; Ketelaar, 2005). Mais do que registrar as ações desenvolvidas, os documentos institucionais analisados contribuem para afirmar uma determinada compreensão da UFRGS: uma universidade pública comprometida com a sociedade, capaz de produzir conhecimento, acolher pessoas e articular respostas coletivas frente aos desafios impostos pelas emergências climáticas.

Dessa forma, a construção da memória institucional revela-se como um processo dinâmico e contínuo, no qual estruturas, práticas, experiências coletivas e narrativas se articulam na produção de sentidos sobre a atuação institucional da UFRGS diante das enchentes de maio de 2024. Nesse contexto, as narrativas documentais analisadas auxiliam na construção da memória institucional da universidade ao organizar interpretações sobre a crise, selecionar acontecimentos considerados significativos, produzir referências sobre a atuação institucional e projetar sentidos que passam a orientar a compreensão da experiência vivida e das formas de atuação diante de futuras emergências climáticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como as narrativas documentais sobre as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante e em decorrência das enchentes de maio de 2024, auxiliam na construção de sua memória institucional.

Para tanto, partiu-se da definição de que os documentos são aqui compreendidos como narrativas documentais, isto é, como formas narrativas ativas que participam das práticas de rememoração por meio das quais as instituições atribuem sentido aos acontecimentos e constroem sua memória ao longo do tempo (Linde, 2005; Linde, 2008; Ketelaar, 2001). Nessa perspectiva, os documentos não constituem registros neutros do ocorrido, mas produções sociais que organizam, interpretam e atribuem sentidos à experiência institucional, articulando diferentes temporalidades (Ketelaar, 2001; Ketelaar, 2005; Linde, 2008).

A análise temática das narrativas documentais evidenciou que a atuação da universidade foi construída a partir de dois temas principais: “Atuação prática da universidade na crise” e “Atuação da universidade na crise por meio do conhecimento”. Esses temas, embora distintos, revelam-se articulados e atravessados por uma dimensão humanitária que qualifica as ações desenvolvidas, evidenciando valores como solidariedade, cuidado e compromisso social. Nesse sentido, as narrativas analisadas não apenas descrevem as ações realizadas, mas organizam uma leitura da atuação institucional que destaca a capacidade de resposta, a mobilização coletiva e o papel social da universidade.

No plano da discussão teórica, os resultados indicam que a construção da memória institucional da UFRGS, no contexto da crise, pode ser compreendida a partir da articulação entre três eixos de análise: a mobilização da memória institucional na crise, a dimensão coletiva da memória institucional e o papel das narrativas documentais na construção dessa memória. Esses eixos relacionam-se às formas pelas quais a memória institucional é produzida, mobilizada e transformada no interior das instituições (Thiesen, 2013; Santos; Valentim, 2021).

Em primeiro lugar, observa-se que a resposta institucional não se constitui como uma ação improvisada, mas se apoia na memória institucional da

universidade, evidenciada pela mobilização de padrões previamente consolidados. Esses padrões se expressam em práticas, rotinas e formas de organização que orientam a atuação diante da crise, indicando que a universidade recorre a processos já conhecidos, ainda que adaptados às especificidades do contexto emergencial.

Nesse sentido, tais referenciais integram o repertório institucional acumulado ao longo do tempo, sendo mobilizados, ajustados e, em alguns casos, reconfigurados conforme as demandas da crise. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da noção de memória-hábito proposta por Thiesen (2013), segundo a qual a memória institucional se manifesta na reprodução de práticas e modos de agir que garantem a continuidade da atuação institucional, ao mesmo tempo em que se atualizam diante de contextos de instabilidade.

Em segundo lugar, evidencia-se que a memória institucional é sustentada e continuamente atualizada pelas práticas, experiências e sentidos produzidos pelos sujeitos que compõem a instituição. Nesse sentido, a dimensão coletiva não constitui um nível analítico independente, mas a condição de possibilidade da própria memória institucional.

Isso ocorre porque são as pessoas que, por meio de suas ações, interpretações e interações, produzem, validam e transformam os referenciais que orientam a atuação da universidade. Essa dinâmica aproxima-se das contribuições de Halbwachs (2006) e Pollak (1992), ao evidenciar o caráter socialmente construído da memória, mas se especifica, no âmbito desta pesquisa, pela forma como essas construções coletivas se institucionalizam e passam a integrar o repertório de práticas e sentidos da instituição (Thiesen, 2013; Santos; Valentim, 2021).

Em terceiro lugar, evidencia-se o papel das narrativas documentais como dispositivos de memória institucional, responsáveis por registrar, enquadrar, estabilizar e projetar sentidos sobre a experiência vivida, conforme discutido à luz de Linde (2008), Pollak (1992), Candau (2016) e Ketelaar (2001), em articulação com a compreensão da memória institucional como processo de construção, organização e transformação de sentidos no interior das organizações (Thiesen, 2013; Santos; Valentim, 2021).

Nesse processo, a crise das enchentes de maio de 2024 emerge nas narrativas como um marco interpretativo e ponto de inflexão, a partir do qual a atuação institucional passa a ser reinterpretada e projetada. Ao converter a experiência vivida em referência para a interpretação do passado e a definição de estratégias futuras, as narrativas auxiliam na construção da memória institucional, evidenciando seu papel na produção de novos referenciais que orientam a atuação da universidade.

Os resultados também indicam que as narrativas documentais desempenham papel central nesse processo de construção, ao transformar a experiência vivida em objeto de interpretação, aprendizagem e projeção institucional. Ao registrar ações, atribuir significados e articular diferentes temporalidades, os documentos analisados não apenas narram o ocorrido, mas participam ativamente da construção da memória institucional, orientando práticas, decisões e formas de atuação diante de contextos de crise. Nesse sentido, a memória institucional revela-se não apenas como registro do passado, mas como recurso estratégico para a organização da ação institucional e para a definição de formas recorrentes de resposta (Thiesen, 2013; Andrade, 2002).

Importa destacar que os indícios de construção da memória institucional identificados nesta pesquisa devem ser compreendidos como parte de um processo em desenvolvimento. Conforme evidenciado na análise, a memória institucional não se transforma de forma imediata, mas por meio de dinâmicas contínuas de seleção, estabilização e circulação de sentidos. Nessas dinâmicas, determinadas experiências são progressivamente incorporadas ao repertório institucional, enquanto outras são reinterpretadas ou deslocadas (Thiesen, 2013; Santos; Valentim, 2021). Nesse contexto, a crise atua como elemento que tensiona e reorganiza esses processos, sem, contudo, encerrá-los, evidenciando o caráter processual da construção da memória institucional.

Como contribuição, esta pesquisa avança na compreensão da relação entre narrativas documentais e memória institucional, ao evidenciar que os documentos não apenas registram a atuação institucional, mas participam ativamente da produção e da organização de sentidos sobre essa atuação. Ao analisar a memória institucional em um contexto de crise, o estudo demonstra como eventos críticos atuam como marcos interpretativos que reorganizam referências institucionais e

orientam a definição de estratégias e formas de ação, contribuindo para o campo dos estudos sobre memória institucional em articulação com a memória social.

Não obstante essas contribuições, cabe destacar como limitação desta pesquisa o fato de que, embora o referencial teórico mobilizado discuta a memória institucional como um campo atravessado por disputas de sentido e pela coexistência de narrativas distintas, tais dimensões não se mostraram evidentes no *corpus* analisado. Essa ausência pode estar relacionada às características das fontes selecionadas, que tendem a privilegiar narrativas institucionalmente legitimadas, não contemplando, por exemplo, narrativas periféricas, dissonantes ou conflitivas produzidas por outros sujeitos e grupos.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras incorporem entrevistas, depoimentos e outras fontes capazes de evidenciar diferentes perspectivas sobre a experiência institucional vivida durante as enchentes. Recomenda-se, ainda, o acompanhamento longitudinal desses processos, investigando como as experiências decorrentes das enchentes de 2024 serão incorporadas à memória institucional da universidade ao longo do tempo. Aponta-se, por fim, a relevância de estudos comparativos com outras instituições e contextos de crise, ampliando a compreensão sobre os modos pelos quais as instituições constroem, transformam e mobilizam suas memórias diante de eventos críticos.

REFERÊNCIAS

- ADROT, Anouck; MORICEAU, Jean-Luc. Introducing performativity to crisis management theory: an illustration from the 2003 French Heat Wave crisis response. **Journal of Contingencies and Crisis Management**, v. 21, n. 1, p. 26-44, 2013.
- AFP. **Ponte inundada do rio Taquari, que faz parte da rodovia BR-396 que liga as cidades de Lageado e Estrela, na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil, em 3 de maio de 2024.** 18 maio 2024. Fotografia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/18/boletim-sabado-enchentes-rio-grande-do-sul.htm>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- ANDRADE, Rogério Ferreira de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de “institucional”. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, 2002. Disponível em: <https://research.ulusofoa.pt/publications/as-an%C3%A1lises-institucionalistas-na-s-organiza%C3%A7%C3%B5es-e-o-conceito-de-i-8>. Acesso em: 4 maio 2025.
- ARRUDA, Gilmar; COLÁCIOS, Roger. Com frio até os ossos: eventos climáticos extremos e temporalidades na história e na memória. **Antíteses**, Londrina, v. 17, n. 34, p. 487-514, 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/50858>. Acesso em: 1 maio 2025.
- BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: **CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS**, 2010. Anais [...]. São Paulo, 2010. p. 1-15.
- BARBOSA, Marcia. UFRGS declara emergência climática e ambiental. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/ufrgs-declara-emergencia-climatica-e-ambiental-28-11-24>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- BARRADAS, Mírian; GONZALEZ, Ana. Iniciativas mapeiam necessidades da comunidade acadêmica afetada pelas enchentes. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024a. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/iniciativas-mapeiam-necessidades-da-comunidade-academica-afetada-pelas-enchentes/>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- BARRADAS, Mírian. População pode ajudar a mapear os impactos dos eventos climáticos recentes no Rio Grande do Sul. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024b. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/populacao-pode-ajudar-a-mapear-os-impactos-dos-eventos-climaticos-recentes-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

BOBSIN, Rafaela; GOMES FILHO, Alexandre Brioço. Em tempos de crise, comunidade acadêmica da UFRGS propõe ações para auxiliar estudantes e servidores afetados pelas enchentes. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/em-tempos-de-crise-comunidade-academica-da-ufrgs-pro-poe-aco-es-para-auxiliar-estudantes-e-servidores-afetados-pelas-enchentes/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de gestão de riscos**. Brasília, DF: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2018.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology.

Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Everton. Carta aos leitores: em tempo de emergência no RS. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024a. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/carta-aos-leitores-em-tempo-em-emergencia-no-rs-07-05-24/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CARDOSO, Everton. Carta aos leitores extra. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024b. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/carta-aos-leitores-extra-15-05-24/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CARDOSO, Everton. Carta aos leitores. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024c. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/carta-aos-leitores-20-06-24/>.

Acesso em: 13 jan. 2026.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CLIMATE CHANGE SUMMIT (@summit.climate). **[Posicionamento institucional da Reitora sobre as enchentes de 2024 e o Summit em Mudanças Climáticas]**. [Vídeo]. Instagram, 20 mar. 2025a. Disponível em:

https://www.instagram.com/reel/DHclh5_RURd/?igsh=eDR1OTc5ZWxzZDEz.

Acesso em: 16 jan. 2026. Gravação e edição: @telessauders.

CLIMATE CHANGE SUMMIT (@summit.climate). **[Balanço institucional das ações da UFRGS nas enchentes de 2024 e convocação para o Summit em Mudanças Climáticas]**. [Vídeo]. Instagram, 3 maio 2025b. Disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/DJNDcd5RQ5z/?igsh=MXRpaXp5cG9vYXdsNg==>. Acesso em: 16 jan. 2026. Vídeo: @telessauders.

CORREIO DO POVO. Com abrigo, atendimento médico e até mergulhador, UFRGS ajuda no enfrentamento das enchentes no RS. **Correio do Povo**, 2024. Disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/com-abrigo-atendimento-m%C3%A9dico-e-at%C3%A9-mergulhador-ufrgs-ajuda-no-enfrentamento-das-enchentes-no-rs-1.1497450>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EWALD, Felipe. Distância impõe desafios para servidores. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/distancia-impoe-desafios-para-servidores/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FARIAS, Francisco Ramos de; PINTO, Diana de Souza. Memória social em situação traumática. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô (org.). **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em:

<https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 1 maio 2025.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, foi inundado após as fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Sul**. 6 maio 2024. Fotografia. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/fortes-chuvas-alagam-aeroporto-internacional-de-porto-alegre-fechado/333726/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

FREITAS, Marcos Wellausen Dias de; SARTORIO, Letícia Figueiredo; DORFMAN, Adriana. Geotecnologias a serviço do CBMRS. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/geotecnologias-a-servico-do-cbmrs/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

G1. Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou 169 pessoas e expulsou mais de 600 mil de casa. **G1**, 29 mai. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Claudiâni Guimarães Vargas; TESTA, Jéssica da Rocha; BEM, Judite Sanson de; WAISMANN, Moisés. Memórias e reflexões sobre as enchentes em Canoas (RS). **Revista Cadernos do CEOM**, v. 37, n. 61, p. 175-190, 2024.

Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/8119>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GONÇALVES, Gisela. Será a comunicação de crise o novo normal? In: MACHADO, Jones (org.). **Risco e crise no contexto da comunicação organizacional: artigos e entrevistas de especialistas** [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2024.

GONZALEZ, Ana. Trabalho de cozinheiros voluntários é essencial para a alimentação de pessoas abrigadas. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024.

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/trabalho-de-cozinheiros-voluntarios-e-essencial-para-a-alimentacao-de-pessoas-abrigadas/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GUTIERREZ, Ana Lérida Pacheco; BORGES, Maria de Lourdes. Desvelando memórias do Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS. **Mouseion**, Canoas, n. 28, 2017.

GUTIERREZ, Ana Lérida Pacheco; BORGES, Maria de Lourdes. Memória, capital e empreendedorismo institucionais: análise de um período de crise em um instituto de matemática brasileiro. **Revista Inclusiones**, Santiago, Chile, v. 7, n. esp., p. 205-233, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JORNAL DA UNIVERSIDADE. Faculdade de Farmácia da UFRGS recebe doações de medicamentos para abrigos. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024a. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/faculdade-de-farmacia-da-ufrgs-recebe-doacoes-de-medicamentos-para-abrigos/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

JORNAL DA UNIVERSIDADE. Material orienta sobre assistência de saúde mental em desastres. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024b.

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/material-orienta-sobre-assistencia-de-saude-mental-em-desastres/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

JORNAL DA UNIVERSIDADE. Podcast produzido por rede de universidades federais reúne informação sobre situação do RS. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024c. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/podcast-produzido-por-rede-de-universidades-federis-reune-informacao-sobre-situacao-do-rs/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

KAPCZINSKI, Flavio. Global Summit em Mudanças Climáticas: UFRGS no enfrentamento das emergências climáticas e ambientais. **Jornal da**

Universidade, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/global-summit-em-mudancas-climaticas-ufrgs-no-enfrentamento-das-emergencias-elimaticas-e-ambientais-27-02-25/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

KETELAAR, Eric. Tacit narratives: the meanings of archives. **Archival Science**, v. 1, n. 2, p. 131-141, 2001.

KETELAAR, Eric. Archival temples, archival prisons: modes of power and protection. **Archival Science**, v. 2, n. 3, p. 221-238, 2002.

KETELAAR, Eric. Sharing: collected memories in communities of records. **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 44-61, 2005.

KOKORSCH, Matthias; KONGSAGER, Rico; LIE, Leikny Bakke; BARON, Nina; ERIKSSON, Kerstin. Years matter: the role of memory and place attachment in remote Nordic areas facing natural hazards. **Regional Environmental Change**, v. 25, n. 1, p. 2, 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-024-02343-z>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LINDE, Charlotte. Narrative in institutions. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (ed.). **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell, 2005. p. 518-535.

LINDE, Charlotte. **Working the past: narrative and institutional memory**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LUNGUI, Sofia. Escola de Administração da UFRGS sofre perdas com alagamento. **GZH**, Porto Alegre, 24 maio 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/ensino-superior/noticia/2024/05/escola-de-administracao-da-ufrgs-sofre-perdas-com-alagamento-clwl2jahz005c01d51tkte1pj.html>. Acesso em: 18 maio 2025.

MACHADO, Jones. Desastres naturais ou tragédias anunciadas? In: MACHADO, Jones (org.). **Risco e crise no contexto da comunicação organizacional: artigos e entrevistas de especialistas** [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2024a.

MACHADO, Jones. Prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde: o papel da comunicação de risco e da comunicação de crise num cenário de ameaças. In: MACHADO, Jones (org.). **Risco e crise no contexto da comunicação organizacional: artigos e entrevistas de especialistas** [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2024b.

MIGLIORANZA, Cristiane. Comunidade acadêmica se mobiliza para auxiliar atingidos pela enchente. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024a. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/comunidade-academica-se-mobiliza-para-auxiliar-atingidos-pela-enchente/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MIGLIORANZA, Cristiane. IPH coleta amostras do Guaíba para detectar a presença de patógenos e de resíduos químicos e físicos na água da enchente. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024b. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/iph-coleta-amostras-do-guaiba-para-detectar-a-presenca-de-patogenos-e-de-residuos-quimicos-e-fisicos-na-agua-da-enchente/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNHOZ, Fábio. Enchente afetou quase 12% da população de Porto Alegre; veja números sobre o impacto da chuva na cidade. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-afetou-quase-12-da-populacao-de-porto-alegre-veja-numeros-sobre-o-impacto-da-chuva-na-cidade/>. Acesso em: 18 maio 2025.

NEVES, Leandro Roberto. Espaço, memória e patrimônio: a vivência do evento e o compartilhamento do trauma. **Revista Ciências Humanas**, v. 6, n. 2, 2013.

Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/93>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PEREIRA, Pedro Henrique Tubiana. Enchente atinge Escola de Administração da UFRGS e levanta reflexões sobre o prédio e seus espaços. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024a. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/enchente-atinge-escola-de-administracao-da-ufrgs-e-levanta-reflexoes-sobre-o-predio-e-seus-espacos/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PEREIRA, Pedro Henrique Tubiana. Esefid se transforma em abrigo para acolher famílias atingidas pela catástrofe climática que aflige a região metropolitana. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024b. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/esefid-se-transforma-em-abrigo-para-acolher-familias-atingidas-pela-catastrofe-climatica-que-aflige-a-regiao-metropolitana/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RENN, Ortwin. **Risk governance: towards an integrative approach**. Geneva: International Risk Governance Council, 2006. Disponível em:

https://irgc.org/wp-content/uploads/2018/09/IRGC_WP_No_1_Risk_Governance_reprinted_version_3.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

REZENDE, Eliana. **O valor da memória institucional no universo organizacional**. São Paulo: ER Consultoria, 2015. Disponível em: <https://www.eliana-rezende.com.br/2015/07/11/o-valor-da-memoria-institucional-no-u-niverso-organizacional/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

RINALDI, Alexandra; BARREIROS, Dorival. A importância da comunicação de riscos para as organizações. **Organicom**, v. 4, n. 6, p. 136-147, 2007.

ROCHOL, Cristine. **Posto de saúde Farrapos, em Porto Alegre, e outras unidades de atendimento ficam alagados com as fortes chuvas no Rio Grande do Sul**. 17 maio 2024. Fotografia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/columa/maquiavel/chuvas-no-rs-mortes-chegam-a-154-e-esta-do-enfrenta-novos-records-de-frio>. Acesso em: 16 abr. 2025.

RODRIGUES, Samira; LUNGUI, Sofia. Após 4 meses de pandemia, UFRGS ainda prepara Ensino Remoto Emergencial. **Sul21**, 2020. Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirusz_areazero/2020/07/apos-4-meses-d-e-pandemia-ufrgs-ainda-prepara-ensino-remoto-emergencial/. Acesso em: 25 jun. 2025.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 3, p. 208-235, 2021.

SCHEID, Daiane. As universidades públicas brasileiras estão preparadas para se comunicar em situações de crise? In: MACHADO, Jones (org.). **Risco e crise no contexto da comunicação organizacional: artigos e entrevistas de especialistas** [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2024.

SMAMUS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Impactos das cheias de maio de 2024 em Porto Alegre | RS**. 2024. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/inundacoes>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TEIXEIRA, Patrícia Brito. Gestão de crise e a crise climática: como mapear riscos para evitar crises futuras. In: MACHADO, Jones (org.). **Risco e crise no contexto da comunicação organizacional: artigos e entrevistas de especialistas** [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2024.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Estatuto e Regimento Geral**. Porto Alegre, 1995.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Histórico**. 2024a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Painel da Qualidade**. 2024b. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/sistemas/paineldaqualidade/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Painel de Dados**. 2024c. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/paineldedados/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Relatório de gestão 2024**. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/governanca/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-de-Gestao-2024.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **UFRGS acolhe desabrigados da enchente no Ginásio da ESEFID**. 2024d. Fotografia. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/site/galeria-de-fotos/ufrgs-acolhe-desabrigados-da-enchente-no-ginasio-da-esefid/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **UFRGS desenvolve diversas ações durante as enchentes**. 2024e. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-desenvolve-diversas-aco-es-durante-as-enche-ntes>. Acesso em: 10 nov. 2024.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **UFRGS discute recuperação da Escola de Administração**. 2024f. Fotografia. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/site/noticias/ufrgs-discute-recuperacao-da-escola-de-administracao/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

UFRGS TV. **Seminário de Emergência Climática e Ambiental - Acontece na UFRGS**. [Vídeo]. YouTube, 25 nov. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pvXsogTHM-A>. Acesso em: 16 jan. 2026.

ZORZO, Camila; GUIMARÃES, Raíssa; KAPPAUN, Thomas; SOROKA, Vinícius; MAGALHÃES, Fernando. Atuação do Nesa/IPH frente às inundações. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/atuacao-do-nesa-iph-frente-as-inundacoes/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

APÊNDICE A — Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa

Em conformidade com as diretrizes de integridade científica relacionadas ao uso de Inteligência Artificial Generativa em pesquisas acadêmicas, declara-se que, durante a elaboração desta dissertação, o ChatGPT (modelo GPT-5.5), desenvolvido pela OpenAI, foi utilizado de forma complementar em atividades relacionadas à revisão gramatical, ortográfica e de fluidez textual, incluindo sugestões de reescrita, correções linguísticas, aprimoramento redacional e apoio à tradução do resumo para a língua inglesa (*abstract*).

Além disso, o Google Vids foi utilizado como suporte à transcrição automatizada dos materiais audiovisuais integrantes do *corpus* documental da pesquisa. Todas as transcrições produzidas por meio desse recurso foram posteriormente revisadas e corrigidas manualmente pelo pesquisador, com vistas à eliminação de imprecisões e à garantia de fidelidade ao conteúdo original.

Não houve utilização dessas ferramentas para geração autônoma de conteúdo científico, definição metodológica, categorização temática, análise ou interpretação dos dados, elaboração das conclusões ou construção dos argumentos centrais da pesquisa.

Toda a concepção teórica, seleção bibliográfica, desenvolvimento metodológico, constituição e análise do *corpus* documental, análise temática, interpretação dos resultados e responsabilidade pelo conteúdo apresentado são de autoria do pesquisador.